













## \*continuação

margem nos projetos em construção, relacionados aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e dos ativos para identificar as obrigações de desempenho previstas contratualmente, além dos aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no concreto de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalização por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recalcado do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais no cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e suas justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empre-

endimento; (vi) análise das comunicações com órgãos reguladores relacionados à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.3, 3.3, 3.8 e 5 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** Auditoria dos valores correspondentes: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 31 de março de 2023, sem modificação. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em

conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possuem influência, dentro de uma perspectiva razoável, nas decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, físico, oumissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que tal ato ou regulamento tenha proibido divulgação pública dos assuntos, ou quando, em circunstâncias excepcionais, acreditamos que os assuntos não devem ser comunicados em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação por interesse público.

São Paulo, 11 de abril de 2024.

**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC: SP034519/0  
Francisco F. A. Nonaka Andrade  
Contador CRC PE-026317/0

## Ericsson Inovação S.A.

CNPJ nº 14.570.160/0001-80

Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais - R\$)

Ativos	Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.249	14.430	11	66	1.146	11	66	1.146		
Contas a receber de clientes	4	15.895	26.777	9	445	929	17	94,63	66.651		
Custos de execução de serviço em curso	5	2.953	6.195	14	1.503	1.010	18	(67.530)	(66.595)	20.917	26.289
Créditos tributários		1.641	1.821	15	b	330	47	(7.432)	(4.896)	2.199	2.170
Outros créditos	6	1.810	2.138	12	12.602	13.770	18	(777)	(67)	63	622
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>45.548</b>	<b>51.361</b>								
Ativo fiscal diferido	15	2.208	2.300	16	b	20	19	18.900	25.093		
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<b>2.208</b>	<b>2.300</b>								
Imobilizado	7	3.704	3.427	10	40.647	43.710	19	(177)	(122)	10.882	1.667
Intangível	8	1.893	967			225	19	2.194	1.318	3.242	(1.346)
Direito de uso	9	432	1.112			225	15	20.917	26.289	2.199	2.170
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.029</b>	<b>5.506</b>					(5.982)	(6.837)	2.199	2.170
<b>Total do ativo</b>		<b>53.785</b>	<b>59.167</b>					(3.310)	(6.837)	329	(728)
								(92)	855	478	(47)
								17,515	20.307	14,423	32,310
										(1,168)	6,096
										14,423	32,310
										30,795	37,042
										(3,452)	(6,134)
										27,343	30,908

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31/12/2021	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Retenção de lucros legais	Reserva de lucros		
Lucro líquido do exercício	2	20.107	20.107	20.107	10.442
Dividendo mínimo obrigatório proposto de 2022	-	-	(5.077)	-	(5.077)
Dividendos adicionais referentes ao exercício de 2021	-	(10.445)	-	-	(10.445)
Retenção de lucros	-	15.230	(15.230)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>2</b>	<b>15.229</b>	<b>1</b>	<b>15.232</b>	<b>15.232</b>
Lucro líquido do exercício	16.b	-	-	17.515	17.515
Dividendo mínimo obrigatório proposto de 2023	-	-	-	(4.379)	(4.379)
Dividendos adicionais referentes ao exercício de 2022	16.b	-	(15.230)	-	(15.230)
Retenção de lucros	-	13.136	(13.136)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>2</b>	<b>13.135</b>	<b>1</b>	<b>13.138</b>	<b>13.138</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

**1. Contexto Operacional:** A Ericsson Inovação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/05/2012, com sede na Alameda Santos, 415, 7º andar, São Paulo/SP. Seus acionistas são a Ericsson Telecommunications S.A. (anteriormente denominada Portugal Telecom Inovação Brasil S.A.) e Ericsson Telecommunications S.A. A principal atividade da Companhia tem por objetivo a prestação de serviços em geral na área de Tecnologia da Informação, para continuar a oferecer a qualidade das funcionalidades realizadas da plataforma "On-line Charging System - OCS", denominada NGIN, serviços de suporte, manutenção, parametrização, implementação e desenvolvimento evolutivo da referida plataforma, serviços esses que são prestados pela Open Labs S.A. A grande parte dos serviços prestados está concentrada em um único cliente do ramo de telefonia. A receita desse único cliente representa 100% da receita em 2023 e em 2022. Para a execução dos serviços mencionados, foi estabelecido um contrato inicial, denominado como Contrato Condor, com vigência de sete anos a partir de 11/01/2012. Após o contrato inicial, a Companhia já firmou diversos aditivos contratuais, sendo que o último aditivo foi assinado em 09/01/2024, postergando o término contratual para 30/06/2025. Em 04/01/2024 o cliente enviou uma RFP (solicitação de proposta) à Companhia para extensão do contrato por mais 2 anos, até o final de 2025 e as negociações desta RFP encontra-se em andamento. Vale mencionar que o contrato Condor representou 74,2% da receita da Companhia de 2023. As receitas líquidas deste contrato Condor totalizam um montante de R\$ 770.260 para 2023 e R\$ 770.164 em 2022. Além desse contrato, a Companhia firmou um contrato, batizado de Pandora, que deu início a um novo projeto em parceria com a acionista Ericsson Telecommunications S.A. para o seu principal cliente no Brasil. A Companhia está implementando um novo sistema de "On-line Charging System" que perdurará por 6 anos, tendo como final de prestação de serviços em 30/06/2025. Em 15/10/2024, as Partes decidiram prorrogar o prazo de vigência do presente Contrato até 30/09/2026. Em 25/04/2022, o 2º aditivo contratual postergou o término para 31/12/2026. Vale mencionar que o contrato Pandora representou 25,8% da receita da Companhia de 2023. As receitas líquidas deste contrato totalizam R\$ 379 para 2023 e R\$ 26.487 em 2022. **Continuidade operacional:** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Companhia por meio da manutenção dos contratos mencionados acima com o cliente único. No cenário atual, não identificamos fatores relevantes que possam impactar a continuidade operacional da Companhia. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis aplicáveis no Brasil, compreendendo aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos contábeis, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração garante que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais (R\$) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Principais atividades contábeis:** As principais atividades contábeis são aquelas descritas a seguir: **a) Reconhecimento de receitas:** A Companhia reconhece receita das principais fontes de receitas a seguir: • Venda de serviços prestados e reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. • A venda de serviço é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de serviços, a remuneração recebida é alocada aos serviços relativos aos serviços entregues e aos serviços entregues. • Os serviços prestados e ainda não faturados são demonstrados no ativo como serviços a faturar. Os serviços faturados cujo serviço ainda não foi prestado são demonstrados no passivo como receita diferida. • A venda de serviço de suporte e manutenção é reconhecida no resultado mês a mês de acordo com os contratos. **b) Arrendamento:** A Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), e como arrendatária, reconhece os ativos de direito de uso que representam o direito contratual para os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início do contrato, descontados usando a taxa de juros incremental de 0,31%, ao mês, definida como a taxa de juros nominal (com inflação) equivalente ao que a Companhia teria ao contratar um empréstimo por prazo semelhante e com garantia semelhante. **c) Moedas estrangeiras:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional da Companhia, são registradas de acordo com a taxa de câmbio vigente na data de ocorrência do evento. Os ativos patrimoniais de ativo e passivo são atualizados com base na taxa de câmbio corrente vigente em 31 de dezembro de cada ano. Entre 31/12/2023 e 31/12/2022, a Companhia não possui saldos de contas do balanço patrimonial e transações denominadas em moedas estrangeiras. **d) Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **e) Impostos correntes:** O imposto corrente é baseado no lucro líquido do exercício. O lucro líquido do exercício é determinado no resultado por meio de exclusão de despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes da Companhia são calculados com base em aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relatório. Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de alíquotas futuras de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores externos. **f) Impostos diferidos:** O imposto diferido é o imposto devido a ou recuperar sobre as diferenças entre o valor contábil de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e as correspondentes bases de cálculo usadas na apuração do lucro real e é contabilizado pelo método do passivo. Os passivos fiscais diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos são reconhecidos quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro contábil. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante do reconhecimento inicial de ágio. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado no fim de cada período de relatório e reduzido quando não for provável que lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele. **Impostos diferidos** são calculados com base nas aliquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e aliquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório. **g) Imobilizado:** **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando necessário. A vida útil estimada, os valores residuais e o método de depreciação são revisados no fim do período de relatório e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. O ganho ou a perda na venda ou baixa de um ativo é determinado pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e é reconhecido no resultado. **Gastos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados e o custo pode ser mensurado com precisão. **h) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Máquinas e equipamentos 10 anos 5 anos Equipamentos de computação 10 anos 10 anos Móveis e utensílios 5 anos 5 anos Total 445 445

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g) Ativos Intangíveis:** Ativos intangíveis são aqueles que não são físicos, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas

Ativos	Balancos Patrimoniais			Demonstrações de Resultado			Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Caixa e equivalentes de caixa	3	23.249	14.430	11	66	1.146	11	66	1.146		
Contas a receber de clientes	4	15.895	26.777	9	445	929	17	94,63	66.651		
Custos de execução de serviço em curso	5	2.953	6.195	14	1.503	1.010	18	(67.530)	(66.595)	20.917	26.289
Créditos tributários		1.641	1.821	15	b	330	47	(7.432)	(4.896)	2.199	2.170
Outros créditos	6	1.810	2.138	12	12.602	13.770	18	(777)	(67)	63	622
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>45.548</b>	<b>51.361</b>								
Ativo fiscal diferido	15	2.208	2.300	16	b	20	19	18.900	25.093		
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>		<b>2.208</b>	<b>2.300</b>								
Imobilizado	7	3.704	3.427	10	40.647	43.710	19	(177)	(122)	10.882	1.667
Intangível	8	1.893	967			225	19	2.194	1.318	3.242	(1.346)
Direito de uso	9	432	1.112			225	15	20.917	26.289	2.199	2.170
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>6.029</b>	<b>5.506</b>					(5.982)	(6.837)	2.199	2.170
<b>Total do ativo</b>		<b>53.785</b>	<b>59.167</b>					(3.310)	(6.837)	329	(728)
								(92)	855	478	(47)
								17,515	20.307	14,423	32,310
										(1,168)	6,096
										14,423	32,310
										30,795	37,042
										(3,452)	(6,134)
										27,343	30,908

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Saldos em 31/12/2021	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital social	Retenção de lucros legais	Reserva de lucros		
Lucro líquido do exercício	2	20.107	20.107	20.107	10.442
Dividendo mínimo obrigatório proposto de 2022	-	-	(5.077)	-	(5.077)
Dividendos adicionais referentes ao exercício de 2021	-	(10.445)	-	-	(10.445)
Retenção de lucros	-	15.230	(15.230)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>2</b>	<b>15.229</b>	<b>1</b>	<b>15.232</b>	<b>15.232</b>
Lucro líquido do exercício	16.b	-	-	17.515	17.515
Dividendo mínimo obrigatório proposto de 2023	-	-	-	(4.379)	(4.379)
Dividendos adicionais referentes ao exercício de 2022	16.b	-	(15.230)	-	(15.230)
Retenção de lucros	-	13.136	(13.136)	-	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>2</b>	<b>13.135</b>	<b>1</b>	<b>13.138</b>	<b>13.138</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1. Contexto Operacional:** A Ericsson Inovação S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17/05/2012, com sede na Alameda Santos, 415, 7º andar, São Paulo/SP. Seus acionistas são a Ericsson Telecommunications S.A. (anteriormente denominada Portugal Telecom Inovação Brasil S.A.) e Ericsson Telecommunications S.A. A principal atividade da Companhia tem por objetivo a prestação de serviços em geral na área de Tecnologia da Informação, para continuar a oferecer a qualidade das funcionalidades realizadas da plataforma "On-line Charging System - OCS", denominada NGIN, serviços de suporte, manutenção, parametrização, implementação e desenvolvimento evolutivo da referida plataforma, serviços esses que são prestados pela Open Labs S.A. A grande parte dos serviços prestados está concentrada em um único cliente do ramo de telefonia. A receita desse único cliente representa 100% da receita em 2023 e em 2022. Para a execução dos serviços mencionados, foi estabelecido um contrato inicial, denominado como Contrato Condor, com vigência de sete anos a partir de 11/01/2012. Após o contrato inicial, a Companhia já firmou diversos aditivos contratuais, sendo que o último aditivo foi assinado em 09/01/2024, postergando o término contratual para 30/06/2025. Em 04/01/2024 o cliente enviou uma RFP (solicitação de proposta) à Companhia para extensão do contrato por mais 2 anos, até o final de 2025 e as negociações desta RFP encontra-se em andamento. Vale mencionar que o contrato Condor representou 74,2% da receita da Companhia de 2023. As receitas líquidas deste contrato Condor totalizam um montante de R\$











VIGOR

continuação

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Caixa e depósitos bancários à vista, Aplicações financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB, realizados junto a instituições financeiras de primeira linha, são pós-fixados e rendem em média cerca de 95,9% em na controladora e consolidado (84,75% em 2022) do valor da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

5. Contas a receber de clientes:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Valores a vencer, Vencidos: De 1 a 60 dias, De 61 a 90 dias, etc.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo Inicial, Adições, Reversões, Efeito no resultado das perdas esperadas, Perdas concretizadas, Saldo final.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Mercadorias, Produtos acabados, Produtos em processo, Matéria-prima e insumos, Almoxarifeado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Movimentação (-), Provisão baixa materiais obsoletos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Movimentação (-), Provisão baixa materiais obsoletos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: ICMS, IPI, PIS e COFINS, IRPJ e CSLL, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Ativo circulante, Ativo não circulante.

ICMS: O saldo de ICMS a recuperar advém da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados. A Companhia solicitou à Sefaz (SP) a homologação dos créditos acumulados de ICMS por meio do e-Credac (sistema de custeio). A expectativa de homologação para 2024, com a correspondente monetização ainda no próprio exercício com pagamento de fornecedores e quitação de ICMS devido na importação, com deságio estimado de 5%. Para os saldos registrados no curto prazo, a Companhia tem expectativa de realização dos saldos nos próximos 12 meses. PIS e COFINS: A Lei nº 10.637, de 30.12.2002, e a Lei nº 10.833, de 29.12.2003, respectivamente, instituíram o regime da não-cumulatividade para fins de apuração do PIS e da COFINS, que consiste na apuração de tais contribuições devidas em cada período de apuração com a dedução dos créditos decorrentes das aquisições de insumos, embalagens, equipamentos industriais, e outros permitidos pela legislação em vigor. Nesse contexto, a Companhia vem apurando créditos acumulados das referidas contribuições em função da tributação pela alíquota zero de algumas linhas de produtos como o leite, iogurtes, queijos e margarinas, conforme as disposições contidas na Lei nº 10.925 de 23.07.2004. Referidos créditos acumulados estão sendo compensados com demais tributos federais devidos pela Companhia e o excedente sujeito a ressarcimento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. IRPJ e CSLL: Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras durante o exercício, além do saldo negativo de IRPJ e CSLL apurado nos exercícios anteriores. A Companhia possui expectativa de utilização desses créditos em 2023.

8. Transações com partes relacionadas: Transações comerciais negociadas entre as empresas do grupo registradas como partes relacionadas ativas estão apresentadas a seguir:

Table with columns: Moeda, Vencimento, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Ativo circulante, Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda., Passivo circulante, Lala Serviços e Processos Globales, S.A. de C.V., Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

Transações comerciais entre partes relacionadas registradas no balanço patrimonial como clientes, fornecedores e outros passivos circulantes e não circulantes:

Table with columns: Clientes, Outros ativos, Fornecedores, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda., Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

Efeitos das transações entre partes relacionadas nas contas de resultado: receita e despesa financeira, receita de venda e prestação de serviços, compras de matérias-primas, mercadorias para revenda e outros:

Table with columns: Compras de matérias-primas, Juros, Outros, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda., Lala Serviços e Processos Globales, S.A. de C.V., Exercício findo em 31 de dezembro de 2022, Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda., Lala Serviços e Processos Globales, S.A. de C.V.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023: Lala Serviços e Processos Globales, S.A. de C.V. (960). Exercício findo em 31 de dezembro de 2022: Lala Serviços e Processos Globales, S.A. de C.V. (790).

(i) Os montantes destacados na rubrica Outras Receitas, referem-se à receita com arrendamento de terreno de uso das instalações fabris que são de propriedade da controlada Dan Vigor. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. O valor agregado das remunerações recebidas por esses administradores contempla os valores de remuneração mensal, benefícios diretos e indiretos e incentivos de curto e longo prazo por serviços nas respectivas áreas de competência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$6.719 (6 membros) e em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$7.876 (7 membros). 9. Investimento em controlada: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha o controle integral da Dan Vigor. A seguir estão apresentadas informações consideradas relevantes desta controlada:

Table with columns: Total Capital Patrimonial, Receita líquida do exercício, Resultado do exercício, 31 de dezembro 2023, Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda., 31 de dezembro 2022, Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda.

31 de dezembro 2023: Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda. 100% 1.556.890 23.351 233.991 2.655.429 153.384. 31 de dezembro 2022: Dan Vigor Ind. Com. Lat. Ltda. 100% 1.673.218 23.351 80.607 2.674.154 20.207.

A seguir a composição do investimento ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Table with columns: Movimentação Investimento, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Participação societária, Resultado não realizado (i), Ágio, Marcas, Mais e menos valias de outros ativos e passivos, Total.

(i) Eliminação dos efeitos de resultado referente ao arrendamento firmado entre VIGOR e Dan Vigor. A seguir a movimentação e a composição da equivalência patrimonial ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Table with columns: Saldo em 31.12.2021, Equivalência patrimonial (i), Saldo em 31.12.2022, Equivalência patrimonial (i), Saldo em 31.12.2023.

(i) O resultado de equivalência patrimonial é composto por: Resultado do Período, Resultado não realizado, Realização de mais e menos valias, Total.

A empresa Dan Vigor Indústria e Comércio de Laticínios Ltda. corresponde a entidade adquirida em 2015, com o objetivo de otimização das operações e melhorarmos a rentabilidade de cada atividade principal de forma segregada. Dan Vigor com a operação fabril e a Vigor Alimentos com as vendas e distribuição.

10. Imobilizado:

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Imóveis, Terra nua e terrenos, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Imobilizado em andamento, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Imóveis, Terra nua e terrenos, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Imobilizado em andamento, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

VIGOR ALIMENTOS S.A.

C.N.P.J. nº 13.324.184/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Imóveis, Terra nua e terrenos, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Imobilizado em andamento, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Custos: Imóveis, Terra nua e terrenos, Máquinas e equipamentos, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Consolidado, Custo, Depreciação acumulada, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Depreciação: Imóveis, Máquinas e equipamentos, Instalações, Equipamentos de informática, Veículos, Outros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Mercado Interno: Materiais, Insumos e serviços, Produtos acabados.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Mercado Externo: Moeda estrangeira, EUR, MXM.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: b) Fornecedores risco sacado: Fornecedores risco sacado.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Alguns fornecedores têm a opção de ceder títulos da Companhia, sem direito de regresso. A negociação da taxa de desconto é realizada diretamente entre Banco e fornecedor, no momento da formalização de cada operação de cessão. Cabe enfatizar que operacionalmente e comercialmente não houve alteração no processo, e que a referida transação de risco sacado não gera alteração nos preços praticados pelos fornecedores bem como outras condições comerciais com o fornecedor, mantendo-se a composição de preço praticado previamente à operação de risco sacado por esses mesmos fornecedores.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: 14. Empréstimos e financiamentos: Passivo circulante: Modalidade, Custo, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Em moeda nacional: Capital de Giro - Taxa Pré, Capital de Giro - Taxa Pós, CPFR, Finame.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Em moeda estrangeira: Lei 4131 - USD, 1,84% a.a. (Swap 12,08% a.a.).

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Passivo não circulante: Modalidade, Custo, Vencimento, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Em moeda nacional: Capital de Giro - Taxa Pós, CPFR, Finame.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Em moeda estrangeira: Lei 4131 - USD, 2,66% a.a. (Swap a CDI + 2,10% a.a.) 23.06.2026.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Total moeda estrangeira, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Os vencimentos dos empréstimos compõem-se: 2023, 2024, 2025, 2026.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo inicial, Captações, Amortizações de principal, Juros pagos, Variações cambiais.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo final, A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos as seguintes cláusulas de vencimento antecipado (Covenants) não relacionados a indicadores financeiros que foram atendidos em 31 de dezembro de 2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: 15. Debêntures: Modalidade, Custo, Vencimento, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Remuneração, (-) Custo para emissão.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Passivo circulante, Passivo não circulante.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo inicial, Amortizações de principal, Juros pagos, Despesas de juros e encargos.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo final, A Companhia possui em seus contratos de empréstimos e financiamentos as seguintes cláusulas de vencimento antecipado (Covenants) não relacionados a indicadores financeiros que foram atendidos em 31 de dezembro de 2023.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: 16. Arrendamentos a pagar: O passivo de arrendamento foi mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados usando conforme descrito a seguir. A Companhia analisou os prazos firmados em cada contrato e identificou que alguns envolvem bens que a expectativa de utilização vai além do período contratual. Para esses contratos existem cláusulas de renovações automáticas ou está condicionado ao desejo da própria Companhia para renovação. Dessa forma, os prazos considerados consistem na expectativa de continuidade do contrato. As taxas de juros consideradas para todos os contratos são as taxas reais necessárias para financiar a aquisição dos ativos arrendados em condições similares ao custo do dinheiro para a Companhia na data de adoção da norma e são revisadas anualmente. Para identificar as taxas adotadas foram utilizados indicadores de mercado e indicadores internos. Em 31 de dezembro de 2023 as taxas utilizadas pela Companhia variam de 4,03% a.a. a 11,73% a.a. (em 31 de dezembro de 2022 variam de 5,82% a.a. a 11,73% a.a.) atribuídas a cada contrato de acordo com o prazo contratual remanescente dos mesmos. A seguir está apresentada a movimentação ocorrida durante o período:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo Inicial, Novos arrendamentos, Distratos, Remuneração arrendamentos, Juros apropriados, Liquidações de juros.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows: Saldo Final, Passivo circulante, Passivo não circulante, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado



VIGOR

\* continuação

VIGOR ALIMENTOS S.A.

C.N.P.J. nº 13.324.184/0001-97

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Table with columns: Ativo de Indenização, 31.12.2022, Adições, Baixas, 31.12.2023. Rows include Controladora, Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e previdenciárias, Total, Consolidado, Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e previdenciárias, Total.

Table with columns: Despesas financeiras, Juros com financiamentos, Juros com arrendamentos, Juros com impostos, Outros juros. Rows include Despesas financeiras, Juros com financiamentos, Juros com arrendamentos, Juros com impostos, Outros juros.

Resultado financeiro líquido (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Table with columns: Classificação por natureza, Propaganda e publicidade, Perdas de créditos esperadas, Matéria prima, materiais de uso e consumo, serviços e fretes, Despesas com depreciação, Despesas com amortização, Despesas com pessoal, Remuneração de capitais de terceiros, Outras Receitas (despesas), Líquidas, Redução ao valor recuperável de ativos.

Table with columns: Modalidade, Tipo de Cobertura, Vigência Controladora, Consolidado. Rows include Automóveis, Incêndio, roubo e colisão, Riscos operacionais, Cyber.

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez. A Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Table with columns: Exposição à taxa CDI, Ativo, Aplicações financeiras, Passivo, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Parcelamentos Tributários, Exposição líquida.

Exposição à taxa CDI (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Table with columns: Instrumento protegido, Nacional (USD), Nacional (R\$), Custo financeiro, Vencimento. Rows include Empréstimos e financiamentos.

Riscos de crédito: A Companhia está potencialmente sujeita a riscos de créditos relacionados com as contas a receber, aplicações financeiras e contratos de proteção. No caso de contas a receber, as estratégias de redução do risco de crédito baseiam-se na pulverização da carteira, não possuindo clientes ou grupo empresarial que representem mais de 10% do faturamento consolidado, concessão de crédito relacionada com índices financeiros e operacionais saudáveis, limites de créditos, análise detalhada da idoneidade financeira dos clientes através do CNPJ próprio, empresas coligadas e CPF dos sócios, e através de consultas a órgãos de informações e monitoramento constante de clientes.

Table with columns: Ativos, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Instrumentos financeiros derivativos.

Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia encontrará dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vindocas. A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos sócios, no médio prazo, consistente com os riscos assumidos na operação.

Table with columns: Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Derivativos ativos, Derivativos passivos, Arrendamento, Total de instrumentos de dívida no curto prazo, Indicador de liquidez modificado.

h) Valores justos estimados: Os ativos e passivos financeiros são representados nas demonstrações financeiras pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas e estão contabilizados de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação. I) Instrumentos financeiros: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme qua-

Análise de sensibilidade: Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2023, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável, resultando nas despesas adicionais que a Companhia incorreria nesses cenários. A taxa de CDI foi retirada do site Banco Central.

Table with columns: Risco, Cenário provável (I), Cenário (II) Apreciação de 25%, Cenário (III) Apreciação de 50%. Rows include Controladora, Aplicações financeiras, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Parcelamentos Tributários, Premissa, Total, Taxa.

e) Riscos de taxas de câmbio: O risco de variação cambial refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia pode incorrer devido a variações adversas neste fator de risco, ocasionadas por motivos diversos, como crises econômicas, alterações de políticas monetárias soberanas ou oscilações de mercado. A Companhia possui ativos e passivos expostos a este risco, porém a Política de Gestão de Riscos é clara o não entender que a simples existência de exposições contrárias promova naturalmente proteção econômica, pois devem ser apreciadas outras questões pertinentes, como descausamentos de prazo e a volatilidade do mercado.

Table with columns: Efeitos no resultado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Controladora, Ativo, Contas a receber, Partes relacionadas - USS, Subtotal, Passivo, Empréstimos, Fornecedores, Subtotal, Total da exposição, Exposição líquida.

Table with columns: Consolidado, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Contas a receber, Subtotal, Passivo, Empréstimos, Fornecedores, Subtotal, Total da exposição, Exposição líquida.

Análise de sensibilidade: Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2023, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotizações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações financeiras, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições e os resultados dos derivativos:

Table with columns: Risco, Cenário provável (I), Cenário (II) Apreciação de 25%, Cenário (III) Apreciação de 50%. Rows include Controladora, Operacional, Premissa, Custo amortizado, Consolidado, Operacional, Premissa, Operacional, Premissa, Operacional, Derivativos.

Swap de VC e taxa de juros para CDI/Reais

Table with columns: Ativo CP, Ativo LP, Passivo CP, Passivo LP, Total. Rows include Swap de VC e taxa de juros para CDI/Reais.

Ativos

Table with columns: Valor justo por meio do resultado, Instrumentos financeiros derivativos - CP, Instrumentos financeiros derivativos - LP, Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber de clientes, Partes relacionadas, Ativos mensurados pelo custo amortizado, Total de ativos financeiros.

Passivos

Table with columns: Valor justo por meio do resultado, Instrumentos financeiros derivativos, Custo amortizado, Fornecedores, Fornecedores risco sacado, Empréstimos e financiamentos, Debentures, Parcelamentos tributários, Partes relacionadas, Passivos mensurados pelo custo amortizado, Total de passivos financeiros.

Durante o exercício não houve nenhuma reclassificação entre as categorias. O valor justo de instrumentos financeiros: De acordo com o IFRS 7/CP 40, a Companhia classifica a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis: Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por observação de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados de mercados ativos. Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía instrumentos financeiros avaliados conforme o nível 2. Valor justo versus valor contábil: Na opinião da Administração os ativos e passivos financeiros não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos.

Table with columns: Atividade Operacionais, 31.12.2023, 31.12.2022, 31.12.2023, 31.12.2022. Rows include Baixa de contingência com ativo de compensação, Total não caixa das atividades operacionais, Atividades de investimentos, Adições de imobilizado (I), Adições de intangível (I), Atividades de investimento, Adições de Arrendamento por direito de uso, Total não caixa das atividades de financiamento.

(I) Efeito líquido em relação às adições ao imobilizado e intangível da Companhia em exercícios anteriores, mas que o fluxo de caixa ocorreu no exercício corrente e as adições que não houve utilização de recursos monetários ou que a utilização dos recursos ocorrerá em datas posteriores ao fechamento destas demonstrações financeiras.

São Paulo, 24 de abril de 2024

Kelen Silvério Stabili Itagora - CRC SP 250484/O-0

Deloitte

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 Daniel Corrêa de Sá Contador CRC nº 1 SP 248616/O-3

Processos trabalhistas: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base na avaliação de risco feita pela Administração apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisões no montante de R\$22.635 para controladora e R\$34.847 no consolidado relativas a tais processos para fazer frente a eventuais resultados adversos nas ações em que é parte, já incluídos os encargos previdenciários. Do referido montante, a Companhia possui registrado como ativo de indenização montantes de R\$5.092 para controladora e R\$5.804 no consolidado. As ações, em sua maioria, são movidas por ex-empregados e terceiros, e os principais pedidos dizem respeito à jornada de trabalho, pedidos de vínculo empregatício, horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, bem como suposta ocorrência de acidentes de trabalho. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$4.213 para controladora e R\$4.168 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$21.261 para controladora e R\$30.072 no consolidado. Processos cíveis: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, foi realizada provisões no montante de R\$6.798 para controladora e R\$7.196 no consolidado e para o ativo de indenização foi registrado R\$4.213 para controladora e 4.213 no consolidado. Os pleitos, em sua maioria, estão relacionados a ações de indenização por rescisão de contratos de representação comercial e de prestação de serviços. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$189.848 para controladora e R\$349.633 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizavam R\$16.850 para controladora e R\$16.184 no consolidado. Processos fiscais e previdenciários: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na avaliação da Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, foi realizada provisões no montante de R\$285.530 para controladora e R\$285.602 consolidado e para o ativo de indenização foi registrado R\$285.457 para controladora e R\$285.457 no consolidado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$648.026 para controladora e R\$771.535 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível totalizavam R\$564.460 para controladora e R\$695.562 no consolidado. As principais ações com probabilidade de perda possível são: (i) R\$33.837 - Processo referente Auto de Infração tendo como parte contrária a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro; (ii) R\$44.573 - Processo referente Auto de Infração tendo como parte contrária a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. (iii) R\$209.532 - Processo que discute a natureza do ágio amortizado dos anos calendarizados de 2014 e 2015 na apuração de IRPJ e de CSLL. (iv) R\$43.248 - Processo referente Auto de Infração tendo como parte contrária a Receita Federal do Brasil. (v) R\$59.478 - Processo referente Mandado de Segurança tendo como parte contrária a União Federal. 19. Impostos sobre o lucro: São registrados com base no lucro tributável de acordo com a legislação e alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias. a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Exercícios findos em 31 de dezembro de: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Resultado antes dos impostos sobre o lucro, Alíquotas nominais, Expectativa de impostos sobre o lucro, Ajuste para demonstração da alíquota efetiva (Adições) exclusões permanentes: Resultado de equivalência patrimonial, Resultados fiscais, Despesas indedutíveis (Receitas não tributáveis), Líquidas, Outras adições permanentes, Impostos diferidos sobre o lucro.

Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro real ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimento em controlada, em que o exercício da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto: (i) sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimento em controlada, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Estão apresentados no balanço pela natureza do valor líquido de acordo com os saldos individuais (Controladora e subsidiária Dan Vigor). Em função de outros elementos que são utilizados para compensação no cálculo dos impostos sobre o lucro, a expectativa da Administração é de iniciar a realização dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a partir do exercício de 2027. Considerando o montante atual, o período para realização seria de aproximadamente 12 anos, contados a partir do início da recuperação, no entanto, este período estimado é incerto e está sujeito a diversos fatores que podem ou não estar sob controle da Administração. 20. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro 2023, o capital social da Companhia era R\$4.411.315 (quatro bilhões, quatrocentos e onze milhões, trezentos e quinze mil reais), dividido em 401.768 (quatrocentos e um mil, setecentos e sessenta e oito) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor. Em dezembro de 2022 o capital social da Companhia era R\$3.957.934 (três bilhões, novecentos e cinquenta e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e setenta e sete centavos), dividido em 355.851.002 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e uma mil e duas) ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor. A entidade LALA CENTROAMÉRICA, S.A. DE C.V. aportou o total bruto de R\$453.451.579,99 no exercício de 2023 na Vigor Alimentos S.A. tendo como principal finalidade a aquisição de empréstimos. Os aportes foram realizados em janeiro de 2023 no total de R\$217.400.000,00, em abril no total de R\$135.600.000,00 e em novembro no total de R\$100.451.579,99. A Companhia ainda está autorizada a aumentar o seu capital social em até mais 10.000.000 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Conforme estatuto social, o Conselho de Administração fixará o número, o preço, o prazo de integração e as demais condições da emissão de ações. A Companhia poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços às empresas sob seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

21. Receita operacional líquida:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Exercícios findos em 31 de dezembro de: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Receita Operacional Bruta de Vendas, Mercado interno, Mercado externo, Deduções de Vendas, Devoluções e descontos, Impostos sobre as vendas.

22. Resultado por ação: Básico: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante as ações mantidas como ações em tesouraria. A Companhia não possui ações em tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Table with columns: Consolidado, 2023, 2022. Rows include Resultado atribuído aos acionistas - R\$, Média ponderada de ações do exercício - milhares, Resultado por lote de mil ações - Básico - R\$, Diluído.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

23. Resultado financeiro líquido:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Exercícios findos em 31 de dezembro de: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Receitas financeiras, Rendas de aplicações financeiras, Ganho financeiro s/baixa de IFRS 16, Outros juros, Descontos obtidos, Juros sobre créditos fiscais.

24. Resultados financeiros líquidos:

Table with columns: Controladora, Consolidado, Exercícios findos em 31 de dezembro de: 2023, 2022, 2023, 2022. Rows include Despesas financeiras, Juros com financiamentos, Juros com arrendamentos, Juros com impostos, Outros juros, Atualizações cambiais, líquidas, Fornecedores receitas (despesas), Clientes receitas (despesas).

Resultado financeiro líquido (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Classificação por natureza, Propaganda e publicidade, Perdas de créditos esperadas, Matéria prima, materiais de uso e consumo, serviços e fretes, Despesas com depreciação (nota explicativa 10 e 11), Despesas com amortização (nota explicativa 12), Despesas com pessoal, Remuneração de capitais de terceiros, Outras Receitas (despesas), Líquidas, Redução ao valor recuperável de ativos (nota explicativa 12.1).

Classificação por função, Custo dos produtos vendidos, Despesas com vendas, Administrativas e gerais, Outras receitas e (despesas) operacionais, 25. Cobertura de seguros: No quadro abaixo está demonstrada a cobertura de seguros da Companhia em 31 de dezembro de 2023:

Modalidade, Tipo de Cobertura, Vigência Controladora, Consolidado

Automóveis, Incêndio, roubo e colisão, 11/07/2024, Tabela FIPE, Tabela FIPE

Responsabilidade, Riscos contra terceiros e Administradores, 01/06/2025, 24.593, 24.593

Quaisquer danos materiais a edificações, instalações, estoques e máquinas e equipamentos, 10/02/2026, 431.960, 431.960

Indenizar o Segurado e eventuais terceiros em prejuízos relacionados à Proteção de Dados e Riscos Cibernéticos, 20/01/2025, 55.000, 55.000

511.553, 511.553

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros: As operações estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio, riscos de créditos, taxas de juros e risco de liquidez. A Política de gestão de riscos: A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da tesouraria, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Exposição à taxa CDI (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Exposição à taxa CDI (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Exposição à taxa CDI (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.

Exposição à taxa CDI (i) São apresentadas as operações de empréstimos como: juros, IR s/ empréstimos e variação cambial e, também, as operações de derivativos como: ajuste ao valor justo (MTM) e variação cambial.







← continuação

**Notas explicativas às demonstrações financeiras da Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A.** - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

**a. Vida útil das Marcas:** Dada a estratégia de negócio e os investimentos efetuados, incluindo propagação e publicidade para fortalecimento e durabilidade das marcas, a administração avalia que uma estimativa de limite previsível para a vida útil das marcas pode não ser adequada. Assim, as marcas não são amortizadas, mas são avaliadas por *impairment*, a fim de assegurar que seus valores contábeis não ultrapassem os valores de realização. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios, estão contempladas abaixo.

**b. Perda (impairment) estimada em ativos não financeiros:** A Companhia testa eventuais perdas (impairment) nas contas de água, marcas e patentes e imobilizado de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.9. A administração definiu a existência de uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) e um único segmento de negócios (Nota 26), cujo valor recuperável foi determinado com base em cálculo do valor em uso, efetuados com bases em estimativas (Notas 16 e 17).

**c. Vida útil de ativos imobilizados:** A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações registradas, bem como não foi identificado necessidade de alteração na vida útil utilizada (Nota 16).

**d. Contingências passivas:** A nota 24 apresenta informações sobre passivos e contingências a que a Companhia está exposta no curso de seus negócios. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da administração, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Companhia. O andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas sofram alterações significativas.

**e. Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos:** O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeções dos lucros tributáveis futuros, o que pode impactar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos apresentado nas demonstrações financeiras. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura exigem julgamentos significativos pela administração da Companhia. Não há qualquer impacto ou repercussão fiscal no texto. A questão trata, apenas, da recuperabilidade dos impostos diferidos e não da sua qualidade.

**4. Gestão do risco financeiro: A. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, incluindo risco de moeda de valor justo, risco de taxa de juros, de fluxo de caixa e risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente os limites de crédito e a qualidade das contrapartes. A política de gerenciamento de risco da Companhia é estabelecida pela Diretoria. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas ao gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

**b. Risco cambial:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira e os instrumentos financeiros que mitigam riscos cambiais são como seguem:

	2023		2022	
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	1.884	-	9.146	1.833
Cessão de crédito	4.183	-	20.303	16.089
Instrumentos derivativos que mitigam riscos (*)	(5.433)	(185)	(27.353)	(31.951)
Exposição líquida	634	(185)	2.086	(14.029)

(\*) valores locais

**c. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo. Os empréstimos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros. Já os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A Companhia analisa sua exposição a taxas de juros de forma dinâmica e busca diversificação de indicadores de seu passivo financeiro. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedge alternativos. No quadro a seguir está apresentada a exposição ao risco de taxa de juros das operações vinculadas à variação do CDI:

	2023		2022	
	US\$ mil	EUR mil	R\$ mil	US\$ mil
Aplicações financeiras CDI (Nota 10)	(91.943)	(64.904)	(91.943)	(64.904)
Exposição líquida	(91.943)	(64.904)	(91.943)	(64.904)

**d. Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha com classificação de rating descritas na Nota 9 (Qualidade do crédito dos ativos financeiros).

**e. Risco de liquidez:** A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, caixa e equivalentes de caixa e linhas de crédito disponíveis são suficientes para financiar os compromissos financeiros e pagamentos de dividendos no futuro. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Alguns valores não fecham com o balanço patrimonial em virtude de ser uma estimativa.

	2023		2022	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Fornecedores</b>	47.600	-	-	47.600
Cessão de crédito	58.940	-	-	58.940
Outros passivos	16.929	13.518	-	34.480
Instrumentos financeiros derivativos	(2.192)	-	-	(2.192)
Exposição líquida	125.310	13.518	-	138.828

	2023		2022	
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
<b>Fornecedores</b>	68.743	-	-	68.743
Cessão de crédito	128.519	-	-	128.519
Outros passivos	32.554	15.631	-	32.554
Instrumentos financeiros derivativos	452	-	-	452
Exposição líquida	214.637	15.631	-	230.268

**f. Derivativos:** No ano de 2023 foram realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, de termo de moeda (Dólar x Real). As referidas operações em aberto foram realizadas para proteger as oscilações de passivos denominados em moeda estrangeira relativo à rubrica de fornecedores estrangeiros e cessão de créditos de fornecedores. Elas não são utilizadas para fins especulativos e são caracterizadas por serem instrumentos financeiros de alta correlação com os passivos a que estão vinculadas (vide análise de sensibilidade a seguir).

**31 de dezembro de 2023:** Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia totalizam R\$ 27.363 (Em 31 de dezembro de 2022, as operações de instrumentos derivativos contratadas pela Companhia totalizaram R\$ 168.691). Os resultados das operações ainda não liquidadas em 31 de dezembro de 2023 representaram perdas no valor de R\$ 2.080 (e em 31 de dezembro de 2022 perdas no valor de R\$ 206).

Tipo	Valor de referência						
	Contrapartes (nacional)		receptor (a pagar)		Realizados (as)		
	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	dez/23	dez/22	
<b>Moeda estrangeira</b>							
<b>Contratos a termo</b>	27.363	168.691	(2.079)	(206)	(14.623)	(2.092)	
	BR Partners, Bradesco Citi, Itaú, BofA, Original, Santander, Bradesco	32.217	173.722	(2.089)	(456)	(15.458)	(4.206)
Posição comprada	(4.854)	(5.031)	10	250	835	2.114	
Posição vendida	27.363	168.691	(2.079)	(206)	(14.623)	(2.092)	

**3. Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos:** Contratos a termo de moeda estrangeira são avaliados utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros de dólar estadunidense para cada data-base, conforme informado pela B3. **Análise de sensibilidade:** Apresentamos a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I), de cerca de 4,43% de oscilação para o dólar estadunidense que corresponde a 3 desvios-padrão da oscilação dos três meses do quarto trimestre do ano segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na taxa de câmbio do Real contra o dólar estadunidense, respectivamente (cenários II e III).

Risco (em R\$ milhares)	Cenário I		Cenário II		Cenário III	
	25% de oscilação		50% de oscilação		50% de oscilação	
	Pre-receita	Depre-ção	Pre-receita	Depre-ção	Pre-receita	Depre-ção
<b>Cotação do dólar</b>	4.576	5.132	3.641	6.068	2.427	7.281
<b>Moeda estrangeira</b>	(1.552)	1.552	(6.776)	6.776	(13.553)	13.553
<b>Hedge econômico</b>	(1.552)	1.552	(6.776)	6.776	(13.553)	13.553
<b>Objeto do hedge econômico</b>	1.561	(1.561)	6.817	(6.817)	13.635	(13.635)
<b>Efeito líquido</b>	9	(9)	41	(41)	82	(82)

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação à cotação do dólar estadunidense, mantendo constante todas as demais variáveis. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e juros pós-fixados sobre nossos financiamentos e aplicações financeiras projetadas para o primeiro trimestre de 2023.

**Cenários de variação**

	Cenário possível	Variação de 25%	Variação de 50%
Aplicações financeiras	272	(2.678)	(5.356)
<b>Total do efeito perda (ganho)</b>	<b>272</b>	<b>(2.678)</b>	<b>(5.356)</b>

Premissas cenário provável:  
CDI Previsto 11,32% a.a.

**5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de operação e retorno aos acionistas e beneficiários e otimizar o desempenho, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 podem ser assim sumarizados:

	2023	2022
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	(93.053)	(66.207)
Caixa e equivalente de caixa líquido	(93.053)	(66.207)
Total do patrimônio líquido	1.184.418	1.080.033
Patrimônio líquido ajustado	1.091.365	1.013.826

Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado %  
N/A

**6. Estimativa do valor justo:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3). A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2023.

	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
	<b>Ativos</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	17	17
Total do ativo	-	17	17
<b>Passivos</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.096	2.096
Total do passivo	-	2.096	2.096

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022.

	Nível 1	Nível 2	Saldo Total
	<b>Ativos</b>		
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.275	2.275
Total do ativo	-	2.275	2.275
<b>Passivos</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.481	2.481
Total do passivo	-	2.481	2.481

**7. Contabilidade de cobertura (Hedge Accounting):** A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. De acordo com as características do hedge, a Companhia possui, como prática contábil adotar a contabilidade de cobertura (hedge accounting), conforme previsto no CPC 38 (IAS 39). Como faculta a norma, especificamente para o hedge accounting, a Companhia não adotou a nova regra do CPC 48 (IFRS9). Para as operações que são designadas para hedge accounting, a Companhia documenta formalmente a relação entre os instrumentos de hedge e os itens objeto de hedge, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de hedge, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade da relação de hedge. A Companhia faz avaliações prospectivas e retrospectivas, tanto no momento da designação da relação de hedge, como continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de hedge sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo dos respectivos itens objeto de hedge durante o período para o qual o hedge é

designado, e se os resultados reais de cada hedge estão dentro da faixa de eficácia determinada pela Administração. **Hedges de fluxos de caixa:** A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa para a maioria das operações de fornecedores. Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Operação	Índexação	Tipo de hedge	Valor		Ganho no resultado abrangente
			principal	Saldo ativo/passivo	
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	3.618	(3.618)	-
NDF Fornecedores	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	3.618	(1.984)	43
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	2.000	(96)	(96)

Operação	Índexação	Tipo de hedge	Valor		Ganho no resultado abrangente
			principal	Saldo ativo/passivo	
Contas a pagar	USD	Fluxo de Caixa	105.336	(105.336)	-
NDF Fornecedores	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	105.336	(1.721)	668
NDF Compras	USD vs BRL	Fluxo de Caixa	63.355	1.515	1.515

As operações de Hedges de fluxo de caixa vigentes mantiveram a Razão de Hedge 1:1 com Taxa Média Ponderada de BRL/USD 5,4571 e BRL/EUR 5,3341 para NDFs de Fornecedores e BRL/USD 4,9211 para NDFs de Compras. O fluxo de caixa destas operações está informado na Nota de Gestão de Risco Financeiro - Risco de Liquidez (Nota 4e). Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expira ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de hedge accounting é aplicado no Patrimônio Líquido e reconhecido no resultado do exercício.

**8. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
<b>Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial</b>				
Contas a receber de clientes (Nota 11)	117.827	-	-	117.827
Aplicações financeiras (Nota 10)	91.943	-	-	91.943
Caixa e bancos (Nota 10)	1.110	-	-	1.110
Instrumentos financeiros derivativos	-	17	-	17
Outros ativos (Nota 14)	16.377	-	-	16.377
	227.257	17	-	227.274

**Passivo financeiro, conforme o balanço patrimonial**

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Fornecedores (Nota 18)	47.600	-	-	47.600
Cessão de crédito (Nota 19)	58.940	-	-	58.940
Outros passivos	34.480	-	-	34.480
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.096	-	2.096
	141.020	2.096	-	143.116

**Ativos financeiros, conforme o balanço patrimonial**

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Contas a receber de clientes (Nota 11)	105.169	-	-	105.169
Aplicações financeiras (Nota 10)	64.904	-	-	64.904
Caixa e bancos (Nota 10)	1.303	-	-	1.303
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.275	-	2.275
Outros ativos (Nota 14)	20.652	-	-	20.652
	192.028	2.275	-	194.303

**Passivo financeiro, conforme o balanço patrimonial**

	2023		2022	
	Custo amortizado	Valor justo por outros resultados abrangentes	Designados por hedge de fluxo de caixa	Total
Fornecedores (Nota 18)	68.743	-	-	68.743
Cessão de crédito (Nota 19)	128.519	-	-	128.519
Outros passivos	32.554	-	-	32.554
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.481	-	2.481
	229.816	2.481	-	232.297

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da Companhia. **9. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante informações históricas sobre os índices de inadimplência:

	2023		2022	
	AAA	AA	AAA	AA
<b>Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo (*)</b>				
AAA	93.503	66.207	93.503	66.207

O saldo residual do item "caixa e equivalentes de caixa" do balanço patrimonial é substancialmente diferente em caixa.

	2023		2022	
	AAA	AA	AAA	AA
<b>Ativos financeiros derivativos</b>				
AAA	17	2.275	17	2,275

(\*) Fonte: agências de risco Moody's, Standard & Poor's ou Fitch, em escala local, quando disponível, com cenário em escala global. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi reclassificado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Brainfarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.	2023		2022	
	Quantidade de ações e quotas	Participação %	Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2023	Patrimônio líquido ajustado em 31 de dezembro de 2022
AAA	92.823	197	325.175	325.175
			325.187	325.187

**16. Imobilizado:**

	Saldos em 1º de janeiro		Saldos em 31 de dezembro	
	de 2023	de 2022	de 2023	de 2022
<b>Ativos próprios</b>				
Terenos	658	-	-	658
Edificações e benfeitorias	58.143	7	(2.561)	25.050
Máquinas equipamentos e instalações	153.544	4.126	(221)	(9.419)
Veículos	26	-	(6)	-
Móveis e utensílios	2.143	80	(250)	-
Outros	7.129	1.832	(2.422)	70
<b>Total em operação</b>	221.643	6.045	(221)	(14.658)
Imobilização em andamento	26.979	3.579	-	(25.362)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	248.622	9.624	(221)	(14.658)



\* continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras da Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Derivativos (Ativos/Passivos) mantidos para Hedge de Empréstimos LP							Patrimônio Líquido	
	Tributos a recolher	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	Provisão PL a descoberto	Outros passivos	Instrumentos financeiros derivativos ativos	Instrumentos financeiros derivativos passivos	Patrimônio líquido	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	6.269	532	3.465	114	45.916	(7.538)	1.206	932.910	982.874
<b>Varições dos fluxos de caixa de financiamento</b>									
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	99.258	99.258
Pagamento de empréstimos - principal	-	-	-	-	(2.131)	-	-	-	(2.131)
Pagamento de empréstimos - juros	-	-	-	-	(1.745)	-	-	-	(1.745)
Dividendos pagos	-	-	(3.465)	-	-	-	-	-	(3.465)
Mútuos passivos	-	(532)	-	-	-	-	-	-	(532)
<b>Total das variações nos fluxos de caixa e financiamento</b>	-	(532)	(3.465)	-	(3.876)	-	-	99.258	91.385
<b>Outras variações</b>									
Aquisição	-	-	-	-	80	-	-	-	80
Baixa	-	-	-	-	(11)	-	-	-	(11)
Tributos a recolher	3.351	-	-	-	-	-	-	-	3.351
Juros apropriados	-	-	-	-	1.951	-	-	-	1.951
Remensuração	-	-	-	-	1.048	-	-	-	1.048
Stock option/matching/restricted	-	-	-	-	-	-	-	116	116
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	(5.660)	(5.660)
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	3.323	3.323
Constituição da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	10.911	10.911
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	28.780	28.780
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	13.058	-	-	-	-	10.395	23.453
Demais contas a pagar	-	-	-	-	10.581	-	-	-	10.581
AVJ - Hedge Fornecedores	-	-	-	-	-	9.562	(14.014)	-	(4.452)
Hedge fornecedores - Juros pagos	-	-	-	-	-	(4.299)	15.289	-	10.990
<b>Total das outras variações relacionadas com passivos</b>	3.351	-	13.058	-	13.649	5.263	1.275	47.865	84.461
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	9.620	-	13.058	114	55.689	(2.275)	2.481	1.080.033	1.158.720

**21. Imposto de renda e contribuição social diferidos: a. Composição dos tributos diferidos ativos:** Referem-se ao crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e sobre diferença temporária, baseado em estudo de realização considerando a geração de resultados tributáveis, a partir de 2023.

	2023	2022
<b>Crédito tributário</b>		
Prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL	16.439	764
Contingências	7.804	8.153
Perda de crédito esperado	2.190	2.190
Provisão para estoques	11.172	6.335
Impairment	3.378	2.740
Provisões trabalhistas	973	893
Outras diferenças temporárias	696	5.191
Total do crédito tributário	42.652	26.266
(-) Parcela de ativos fiscais diferidos compensáveis com passivos diferidos com a mesma autoridade tributária (também compensável na apuração do imposto corrente)	(46.154)	(23.671)
<b>Saldo remanescente do crédito tributário</b>	3.502	2.595

**b. Passivos fiscais diferidos:** Composto substancialmente por passivo diferido de imposto de renda e contribuição social, decorrente de diferenças temporárias.

	2023	2022
<b>Passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporais</b>		
Valor justo do imobilizado - combinações de negócios	4.113	4.717
Diferença de taxa contábil e fiscal de imobilizados	32.410	24.933
Débito tributário PIS/COFINS	4.072	4.072
Outros	235	10.933
Total do débito tributário	40.830	44.655
(-) Parcela de passivos fiscais diferidos compensáveis com ativos diferidos de mesma natureza	(46.154)	(23.671)
<b>Saldo remanescente do passivo diferido</b>	5.324	20.984

**c. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:**

	2023	2022
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		
Aliquota combinada - %	85,404	80,632
Despesa de IR/CS à alíquota combinada	34%	34%
Resultado de equivalência patrimonial	(29.037)	(27.391)
Subvenções governamentais	10.109	7.025
Juros e correções de natureza indenizatória s/ativos tributários	13.206	3.641
Despesas não dedutíveis (permanentes)	838	844
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado	5.146	1.717
Corrente	262	(14.164)
Diferido	262	(2.828)
Total	262	(11.336)
Operações continuadas	(14.164)	-
Operações descontinuadas	119	(13.797)
	143	(367)
	262	(14.164)
1%	-	-18%

**22. Tributos a recolher:**

	2023	2022
ICMS a recolher	5.026	9.493
Outros impostos a recolher	107	127
	5.133	9.620

**23. Outros passivos:**

	2023	2022
Frete a pagar	2.052	2.633
Serviços prestados	7.610	7.475
Compras de ativo fixo	1.203	2.438
Arrendamentos Mercantis (I)	16.477	17.689
Provisão de impostos sobre perdas de estoques	3.912	2.360
Outras	22.935	23.094
	54.189	55.689
Circulante	20.962	23.090
Não circulante	33.227	32.599

**(I) Passivos de arrendamentos:**

	2023	2022
Circulante	2.355	2.058
Não circulante	14.122	15.631
	16.477	17.689

As movimentações dos saldos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2023	2022
31 de janeiro de 2023	17.689	17.689
Pagamento de empréstimos - principal	(2.028)	(2.028)
Pagamento de empréstimos - juros	(1.618)	(1.618)
Adições	343	343
Baixa	(56)	(56)
Remensuração	2.200	(53)
Juros apropriados	16.477	(53)
31 de dezembro de 2023	16.477	17.689

**a. Vencimentos das prestações:** Os montantes dos arrendamentos mercantis em 31 de dezembro de 2023 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2023	2022
Até 2 anos	2.606	2.606
Entre 2 e 5 anos	6.249	6.249
Acima de 5 anos	5.267	5.267
	14.122	14.122

**b. Direito tributário sobre arrendamento:** O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embuído na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado a valor presente
Passivo de arrendamento	21.514	16.477
PIS/COFINS potencial	(1.990)	(1.524)
	19.524	14.953

**c. Contratos por prazo e taxa de desconto:** A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
De 2 a 5 Anos	10,71%
Acima de 5 Anos	9,07%

O quadro abaixo apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, das despesas financeiras e da depreciação, considerando o efeito da taxa da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamentos, descontados na taxa nominal.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
<b>Passivo de arrendamentos</b>		
Contábil - IFRS/CP 06 (R2)	16.477	17.689
Fluxo com projeção de inflação	17.459	18.515
Varição	5,96%	4,67%
<b>Direito de uso líquido - saldo final</b>		
Contábil - IFRS/CP 06 (R2)	14.854	16.233
Fluxo com projeção de inflação	15.739	16.991
Varição	5,96%	4,67%
<b>Despesas financeiras</b>		
Contábil - IFRS/CP 06 (R2)	(1.521)	(1.652)
Fluxo com projeção de inflação	(1.612)	(1.729)
Varição	5,96%	4,67%
<b>Despesa de depreciação</b>		
Contábil - IFRS/CP 06 (R2)	(2.300)	(59)
Fluxo com projeção de inflação	(2.437)	(62)
Varição	5,96%	4,67%

Aos Administradores e Acionistas **Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cosmed Indústria de Cosméticos e Medicamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Chamamos atenção para as Notas 1 e 28 às demonstrações financeiras, que descrevem que as vendas das mercadorias produzidas pela Companhia são substancialmente realizadas para sua controladora Hypera S.A., mantendo assim um elevado grau de dependência. Dessa forma, as demonstrações financeiras da Companhia devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permi-

**24. Contingências passivas:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava os seguintes passivos e os correspondentes depósitos prévios e/ou judiciais relacionados às contingências:

	2023		2022			
	Prognóstico de perda provável	Depósito judicial	Contingências líquidas de depósito judicial	Prognóstico de perda provável	Depósito judicial	Contingências líquidas de depósito judicial
Cível (i)	710	-	710	-	-	-
Trabalhista (ii)	1.791	-	1.791	2.948	(773)	2.175
Tributária (iii)	19.621	(19.621)	-	19.321	(19.052)	269
Administrativas/ outras (iv)	832	-	832	1.712	-	1.712
Responsabilidade de Ex - Proprietários	2.211	-	2.211	2.795	-	2.795
Proprietários	25.165	(19.621)	5.544	26.776	(19.825)	6.951

**Movimentação das Contingências**

	Atualização					
	2022	Monetária	Adições	Reversões	Pagamentos	2023
Cível (i)	-	23	687	-	-	710
Trabalhista (ii)	2.948	200	439	(332)	(1.464)	1.791
Tributária (iii)	19.321	1.644	204	(1.548)	-	19.621
Administrativas/ outras (iv)	1.712	88	272	(1.083)	(157)	832
Responsabilidade de Ex - Proprietários	2.795	243	238	(1.065)	-	2.211
Depósitos Judiciais	26.776	2.198	1.840	(4.028)	(1.621)	25.165
	(19.825)	(2.057)	-	2.261	-	(19.621)
	6.951	141	1.840	(1.767)	(1.621)	5.544

**(i) Cível:** São 2 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 710. **(ii) Trabalhista:** São 21 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 1.791. **(iii) Tributária:** São 2 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 0. **(iv) Administrativas/outras:** São 8 processos, onde o prognóstico de perda provável líquida de depósitos judiciais está estimado em R\$ 532. **d. Contingências possíveis - (Responsabilidade da Companhia e dos Ex-Proprietários):** A Companhia está envolvida em processos trabalhistas, civis, tributários e regulatórios que pela atual avaliação de probabilidade de perda, estabelecida com base na avaliação dos assessores jurídicos e aspectos legais, não requerem o registro de provisões, seja pela expectativa de perda classificada como possível, seja por exclusão de responsabilidade decorrente de acordo contratual. A Companhia não possui provisão para contingências cujo prognóstico é de perda possível, nos casos que são de responsabilidade dos ex-proprietários.

	2023		2022	
	Prognóstico de perda possível	Depósito judicial	Prognóstico de perda possível	Depósito judicial
Cível	-	237	-	1.478
Trabalhista	-	151	-	1.674
Tributária (i)	-	18.004	-	16.739
Administrativas/ outras	-	117	-	103
Responsabilidade de Ex - Proprietários	-	24	-	696
	-	18.533	-	20.690

**(i) Tributária:** A Companhia busca por meio de Mandados de Segurança (i) o afastamento da majoração da alíquota da contribuição ao SAT/RAT pelo Decreto nº 6.957/09 e a definição da alíquota por cada estabelecimento da Companhia que possui inscrição própria no CNPJ. Tendo em vista a existência de jurisprudência divergente no Superior Tribunal de Justiça em parte desses pedidos, a Companhia e seus assessores legais qualificam como risco de perda possível o valor de R\$ 11.201, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente ao processo se encontra depositado judicialmente. Os processos aguardam exame de admissibilidade pela Vice-Presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em razão da interposição de Recursos Especial e Extraordinário realizado pela Companhia. Em razão da jurisprudência do STF, promulgada na ADI 4.397, a Companhia alterou a probabilidade de perda das ações que discutem o afastamento da aplicação do FAP à alíquota da contribuição ao SAT/RAT de possível para provável, resultando em um aumento de suas provisões no valor de R\$ 19.052, sendo que não há risco de desembolso futuro, posto que todo o valor inerente aos processos se encontra depositado judicialmente. **25. Capital social e reservas: a. Capital social:** O capital social em 31 de dezembro de 2023, totalmente integralizado é de R\$ 995.027 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$ 941.158) - representado por 2.523.021.640 (em 31 de dezembro de 2022 - 2.520.813.692) ações ordinárias. Em 04 de outubro de 2023 foi aumentado o capital em R\$ 61.500 (sessenta e um mil, quinhentos mil reais), mediante a emissão de 139.138.674 (cento e trinta e nove mil e cento e trinta e oito mil e seiscentos e setenta e quatro) novas ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,44200575 cada ação. Em 28 de abril de 2023 foi aumentado o capital em R\$ 33.591 (trinta e três mil e novecentos e noventa e um mil reais), correspondente a, aproximadamente, 75% (sessenta e um inteiros e oito décimos por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e neste mesmo Ato foi aprovado a retificação do valor do aumento do capital social em R\$ 916 (novecentos e dezesseis mil reais). **b. Reserva de capital: b.1 Opções de compras de ações:** Foram aprovados em AGEs, pelos acionistas da Hypera S.A., controladora da Companhia, para os seus executivos e de suas subsidiárias, abrangendo os executivos da Cosmed, os Programas de Opção de Compra de Ações, nas seguintes datas:

	Reuniões do Conselho de Administração - RCA
Programa 2010	02 de fevereiro de 2011
Programa 2011	26 de dezembro de 2011
Programa 2013	03 de maio de 2013
Programa 2014	21 de fevereiro de 2014
Programa 2014-A	30 de dezembro de 2014
Programa 2017	11 de abril de 2017
Programa 2023	28 de dezembro de 2023

O plano é administrado pelo Conselho de Administração da Hypera e tem como objetivo de permitir que colaboradores da Companhia adquiram ações da Hypera. Nesta conta são registradas as opções de compra de ações pelos colaboradores da Companhia. **Plano de Concessão de ações em regime de Matching:** Foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, os Programas de Opção de Compra de Ações (nas datas de 23 de fevereiro de 2018, 21 de fevereiro de 2019 e 23 de março de 2021) regime de Matching, que tem por objetivo permitir que, no âmbito e como forma de implementação alternativa de pagamento do PPR 2017, PPR 2018, PPR 2019 e PPR 2020 a 2025 ou de bonificação por resultado conferida pela Companhia, direta ou indiretamente ("Bônus de Performance"). O prazo de carência de 1 ano para até 25% das opções outorgadas, 2 anos para até 50%, 3 anos para até 75%, 4 anos para até 100%, com obrigatoriedade de destinação de no mínimo, 50% do bônus anual líquido dos executivos participantes do plano para compra de ações da Companhia. O objetivo é que os beneficiários definidos, desde que atendidos determinados termos e condições, tenham a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, promovendo, em consequência, um maior alinhamento e integração dos seus interesses com os interesses da Companhia e o compartilhamento dos riscos do mercado de capitais. **b.2 Variação de laudo de cisão:** Variação entre o laudo e o valor efetivo da operação. **c. Reserva de lucros: Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Ajuste de avaliação patrimonial:** O ajuste de avaliação patrimonial inclui: o recebimento das contrapartidas de aumentos de valor atribuído a elementos do ativo referente ao acervo transferido via reorganização societária e a parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de Hedge utilizados em hedge de fluxo de caixa até o vencimento dos fluxos de caixa que foram protegidos. **e. Proposta de destinação do resultado:**







## → continuação

ações próprias, na captação de recursos por meio da contratação de empréstimos ou financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como dos prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida ou de patrimônio líquido (frequentemente referidos como títulos e valores mobiliários - TVM). Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. O saldo dessa conta transitória deve ser reclassificado para a conta específica, conforme a natureza da operação, logo seja concluído o processo de captação, ou baixado se o processo de captação não ocorrer. **4.7 Investimentos:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no balanço levantado pela controlada na mesma data-base das demonstrações financeiras individuais da Companhia. **4.8 Imobilizado:** Demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas de imobilização quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão estes prontos para o uso. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **4.9 Intangível: (a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento são só diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como intangíveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente. Os custos de desenvolvimento reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos. **(b) Direitos contratuais:** Os intangíveis resultantes de direitos contratuais são capitalizados com base nos custos incorridos para sua aquisição e dos quais espera que fluam para a Companhia benefícios econômicos futuros. Os direitos contratuais reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos. **4.10 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil definida, como o ativo, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventuais recursos de redução de valor (*impairment*). As revisões de *impairment* do ativo são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Partes de avaliação de *impairment* os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das negociações, sendo o pagamento devido no prazo estabelecido no contrato ou no decorrer do ato em caso. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **4.12 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos de custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ser pronto para seu uso ou venda pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. As debêntures são classificadas como passivo circulante e as amortizações mensais são calculadas de acordo com o fluxo operacional, sendo amortizado do valor principal e os juros são devidos e contabilizados no resultado em despesas financeiras, quando o fluxo de caixa operacional for superior ao montante proporcional do valor principal investido. **4.13 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida para obrigações individuais quando a entidade reconhece que qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena. O aumento da obrigação é reconhecido no resultado do exercício, como despesa operacional, exceto quando ocorrer pela passagem do tempo, cujo reconhecimento é efetuado no resultado do exercício, como "Despesas financeiras". **4.14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidas:** A despesa com imposto de renda e contribuição social do exercício representa a soma dos tributos correntes e diferidas. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apresentados líquidos, por meio de contribuinte, no ativo quando houver montantes antecipadamente pagos que excedem o total devido na data do relatório. O Imposto de Renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais sobre ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e correto o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há direita e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. **4.15 Reconhecimento da receita:** A obrigação de performance da Companhia consiste na prestação de serviços e de relacionamento das empresas e seus clientes, através de diferentes canais de comunicação. A obrigação de performance é satisfeta em um momento específico do tempo, em que o cliente da Companhia recebe os benefícios gerados pela cobrança, mensurados à medida que os serviços são prestados e ocorre a recuperação dos créditos. A Companhia não identifica elementos de financiamento significativo em seus contratos com clientes, tendo em vista que a mensuração de progresso, reconhecimento da receita e consequente pagamento do cliente são realizados em curto prazo, em que ocorre a liquidação dos pagamentos em aproximadamente 30 dias. **(a) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro excedente para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **(b) Demais receitas e despesas:** As demais receitas e despesas são registradas ao resultado do exercício, de acordo com o regime contábil de competência do exercício. **4.16 Capital social e outras contas do patrimônio líquido (passivo a descoberto):** (a) **Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido (passivo a descoberto). **(b) Reservas:** Representadas pelas reservas de capital, reserva legal e reserva de retenção de lucros, de acordo com as disposições contidas no estatuto social da Companhia. Essas reservas são movidas para as provisões legais e outras provisões em assembleia de acionistas. A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas, a fim de se promover a retenção da parcela correspondente ao lucro líquido para o qual não houve outra destinação, conforme disposições constantes no Estatuto Social da Companhia e deliberação do Conselho de Administração, aprovada em Assembleia Geral Ordinária em 30/04/21. **(c) Resultado básico e líquido por ação:** O resultado básico é calculado com base nas quantidades médias ponderadas de ações ordinárias em poder dos acionistas em circulação durante o

**(b) Resumo das informações financeiras:**

	Paschoalotto Serv. de Call Center Ltda.		Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda.		Paschoalotto Adm. de Ativos Ltda.		Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A.	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Ativo circulante	10.806	19.615	6.288	3.986			235	184
Ativo não circulante	24.567	37.833	47	45				
<b>Ativo total</b>	<b>35.173</b>	<b>57.448</b>	<b>6.335</b>	<b>4.031</b>				
Passivo circulante	14.241	19.771	542	332			235	184
Passivo não circulante	19.022	30.286	112					
Patrimônio líquido	1.910	57.448	5.681	3.699			88	47
<b>Patrimônio líquido total</b>	<b>35.173</b>	<b>57.448</b>	<b>6.335</b>	<b>4.031</b>				

**(ii) Demonstração do resultado sintético:**

	Paschoalotto Serv. de Call Center Ltda.		Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda.		Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A.	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Receita operacional líquida	61.268	82.134	5.896	4.344	4.670	4.662
Custos e despesas operacionais, líquidas	(64.595)	(63.118)	(546)	(1.225)	(693)	(518)
Resultado financeiro	1.910	57.448	5.681	3.699		
Imposto de renda e contribuição social	2.641	2.463	(671)	(478)	(516)	(513)
<b>Prejuízo (lucro) líquido</b>	<b>(5.473)</b>	<b>(4.884)</b>	<b>4.681</b>	<b>2.699</b>	<b>3.454</b>	<b>3.634</b>

As empresas do Grupo Paschoalotto Administração de Ativos Ltda. e Paschoalotto Administração de Bens Ltda. estavam em fase pré-operacional e foram encerradas em outubro de 2023, portanto, não apresentaram movimentações nos exercícios analisados. **7. Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição a estes. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. Além disso, o Grupo tem operado com bancos que atendem aos requisitos de solidez financeira e confiabilidade, segundo os critérios estabelecidos por sua Administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratuais, comparativamente com as taxas vigentes no mercado. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação, conforme segue: **Nível 1 -** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2 -** informações, além dos preços cotados no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); **Nível 3 -** informações para os ativos e passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A.**

exercício. O resultado diluído calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e ações ordinárias potenciais diluídas em circulação durante o exercício. **(d) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida com um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia e, quando aplicável, no que for estabelecido em acordo de acionistas. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, estabelecido no estatuto social do Grupo ou na legislação societária, somente é provisionado quando e se aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado. **4.17 Benefícios a empregados:** O Grupo concede a seus empregados benefícios de seguro de vida, assistência médica, odontológica e farmacêutica, participação nos resultados e alimentação, entre outros. A concessão desses benefícios obedece ao regime de competência e cessa ao término do vínculo empregatício. A participação nos lucros e resultados do Grupo é paga de acordo com convenção coletiva, com valores preestabelecidos. O Grupo possui o Incentivo de Curto Prazo ("Bônus"), que visa premiar os executivos na proporção em que as metas orçamentárias anuais da Companhia sejam entregues, cada executivo é premiado de acordo com a sua contribuição individual para os resultados do Grupo. Os valores são provisionados mensalmente no resultado. O Grupo possui Planos de Incentivo de Longo Prazo ("Planos"), que proporcionam a determinados membros da administração e empregados do Grupo ("Beneficiários"), a oportunidade de receber prêmios baseados em percentuais da valorização econômica da Companhia e com liquidação em caixa. O direito do Beneficiário a receber o incentivo relativo à parcela vestida dos planos está subordinado à verificação cumulativa dos seguintes fatores: a consumação de um evento de liquidação e verificação de uma valorização econômica da Companhia maior do que zero. Para que essa avaliação possa ocorrer, foi definido o valor e a data de referência, os fatores de ajuste e os índices de atualização, bem como a metodologia para cálculo da valorização econômica da Companhia para fins de cálculo do preço de exercício. Os detalhes a respeito dos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Phantom Stocks com executivos do Grupo estão descritos na Nota 29 (c). **4.18 Plano de opção de compra de ações:** O Grupo possui Plano de Opção de Compra de Ações, que tem por objeto a outorga de opções de compra de ações ordinárias a determinados membros da administração e empregados do Grupo ("Participantes"). Tais opções de compra de ações poderão ser adquiridas por determinados executivos do Grupo, a sua total discricionabilidade, mediante pagamento do preço das opções, que será definido de acordo com laudo de avaliação realizado por empresa especializada e independente, utilizando o modelo binomial ou o modelo de Black-Scholes de avaliação de opções, modelos amplamente utilizados para a precificação de opções deste tipo, com base em premissas de mercado. O preço das opções deverá ser pago, pelo Participante, à vista, via depósito em conta corrente da Companhia, em até 120 dias contados da outorga das opções. Os detalhes a respeito do Plano de Opção de Compra de ações com executivos do Grupo estão descritos na Nota 30. **4.19 Arrendamentos:** A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a máquinas e equipamentos, computadores e periféricos e móveis (aluguel de salas comerciais de sede administrativa). Desde o ano de 2019 a Companhia reconhece esses contratos de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2) no balanço patrimonial como direito de uso e passivos de arrendamento. O Grupo avalia contrato a contrato se a classe do ativo subjacente é de baixo valor. O Grupo entende, por se tratar de ativos relevantes para a operação, que a classe de ativos denominada computadores e periféricos não é considerada como ativos de baixo valor. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Grupo. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remunerações de passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. O prazo médio dos contratos de Companhia é de 5 a 25 anos, sendo a volatilidade do mercado o que mais influencia nas alterações de taxa. Os pagamentos são mensurados usando a taxa de curto prazo de equipamentos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear com uma despesa no resultado. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **5. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho de segmentos operacionais, é o Comitê Diretivo, também responsável pela tomada de decisões estratégicas do Grupo. O Comitê Diretivo considera que a Companhia possui um único segmento operacional com características econômicas dos serviços prestados serem semelhantes. Um setor de atividade específico dos principais clientes da entidade representa mais de 68% da receita e 64% do lucro operacional e a prestação de serviço para os demais clientes tem a mesma natureza. **6. Investimentos em controladas: (a) Movimento dos investimentos:**

	Paschoalotto		Beep Soluções	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Participação no capital social	99,99996%	99,99996%	99,00%	99,00%
Capital social	2.200	2.200	1.000	1.000
Resultado do exercício	(5.473)	(4.884)	4.681	2.699
Patrimônio líquido	1.910	7.391	5.681	3.699
Saldo Inicial				
1º de janeiro	7.391	12.275	3.662	3.427
Resultado da equivalência patrimonial	(5.481)	(4.884)	4.634	2.672
Distribuição de dividendos	-	-	(2.672)	(2.437)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.910</b>	<b>7.391</b>	<b>5.624</b>	<b>3.662</b>
<b>Investimentos em controladas</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>
Paschoalotto Serv. de Call Center Ltda.	1.910	7.391		
Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda.	5.624	3.662		
Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A. (iii)	43	10.776		
<b>Total</b>	<b>7.577</b>	<b>11.077</b>		
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>
Paschoalotto Serv. de Call Center Ltda.	(5.481)	(4.884)		
Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda.	4.634	2.672		
Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A. (iii)	1.727	1.816		
Paschoalotto Administração de Ativos Ltda. (i)	-	-		
Paschoalotto Administração de Bens Ltda. (ii)	-	-		
<b>Total</b>	<b>881</b>	<b>(998)</b>		
<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>
Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A. (iii)	1.720	1.816		
<b>Total</b>	<b>1.720</b>	<b>1.816</b>		

	Paschoalotto		Beep Soluções	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Participação no capital social	99,99996%	99,99996%	99,00%	99,00%
Capital social	2.200	2.200	1.000	1.000
Resultado do exercício	(5.473)	(4.884)	4.681	2.699
Patrimônio líquido	1.910	7.391	5.681	3.699
Saldo Inicial				
1º de janeiro	7.391	12.275	3.662	3.427
Resultado da equivalência patrimonial	(5.481)	(4.884)	4.634	2.672
Distribuição de dividendos	-	-	(2.672)	(2.437)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.910</b>	<b>7.391</b>	<b>5.624</b>	<b>3.662</b>
<b>Investimentos em controladas</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>	<b>31/12/23</b>	<b>31/12/22</b>
Paschoalotto Serv. de Call Center Ltda.	1.910	7.391		
Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda.	5.624	3.662		
Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A. (iii)	43	10.776		
<b>Total</b>	<b>7.577</b>	<b>11.077</b>		

	Paschoalotto		Beep Soluções	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Participação no capital social	99,99996%	99,99996%	99,00%	99,00%
Capital social	2.200	2.200	1.000	1.000
Resultado do exercício	(5.473)	(4.884)	4.681	2.699
Patrimônio líquido	1.910	7.391	5.681	3.699
Saldo Inicial				
1º de janeiro	7.391	12.275	3.662	3.427
Resultado da equivalência patrimonial	(5.481)	(4.884)	4.634	2.672
Distribuição de dividendos	-	-	(2.672)	(2.437)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>1.910</b>	<b>7.391</b>	<b>5.624</b>	<b>3.662</b>

**Outros investimentos:** I Paschoalotto Administração de Ativos Ltda. (fase pré-operacional), constituída em 26/10/16, da qual a Companhia possui 99% do capital social do investimento, foi encerrada em 04/10/23. II Paschoalotto Administração de Bens Ltda. (fase pré-operacional), constituída em 27/10/16, da qual a Companhia possui 99% do capital social do investimento, foi encerrada em 09/02/23. III Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., constituída em 25/11/20, da qual a Companhia possui 50% do capital social do investimento. Em 16/02/22 houve a aprovação da distribuição dos lucros acumulados da controlada Paschoalotto Serv. de Tecnol. da Informação Ltda., referente ao exercício social encerrado em 31/12/21, no montante de R\$ 2.437, os quais foram pagos em 17/02/22. Em 1 de fevereiro e 2/05/22 foi aprovado a antecipação da distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/12/21, no montante de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 450, totalizando R\$ 90, referentes a 50% do capital social investido, os quais foram pagos para a Companhia em 02 de fevereiro e 05/05/22. Em 3/08/22 foi aprovada a distribuição do saldo de reserva de lucros constituído nas demonstrações financeiras de 31/12/21 e a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para Utilites S.A., referente ao balanço intermediário levantado em 31/07/22, no valor de R\$ 75 e R\$ 425 respectivamente, os quais foram pagos para a Companhia em 05/08/22. Em 11/12/22 foi aprovada a antecipação de distribuição de dividendos intermediários da controlada em conjunto Beep Soluções Financeiras para



\* continuação

	Consolidado	
	31/12/23	31/12/22
<b>Vencimento de Longo Prazo</b>		
Até 31 de dezembro 2024	51.023	11.353
Até 31 de dezembro 2025	39.235	
Até 31 de dezembro 2026	10.810	
Até 31 de dezembro 2027	23.888	
<b>Total</b>	<b>101.966</b>	<b>23.888</b>
Em 31/12/23, o valor justo dos empréstimos se aproxima do valor contábil.		
<b>18. Direito de uso e passivo de arrendamento:</b> (a) Taxas de depreciação: O Grupo estimou a taxa de desconto, com base na taxa de juros livres de risco observadas no mercado financeiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas a sua realidade e considerando ativos similares de financiamento no mercado. O prazo médio dos contratos da Companhia é de 5 anos o que influencia nas alterações de taxa e a volatilidade do mercado.		
(b) <b>Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso:</b>		
	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/23
<b>Saldo inicial</b>	<b>179.909</b>	<b>183.217</b>
Adição	5.675	70.732
Restauração (d)	3.962	3.967
Remuneração (a)	52.516	37.621
Baixas (b)	(2)	(45.898)
Depreciação	(81.806)	(71.770)
<b>Saldo final</b>	<b>179.909</b>	<b>175.350</b>
(c) <b>Referê-re</b> substancialmente a extensões contratuais e reajuste anual conforme previsão em contrato. (d) <b>Referê-re</b> se a distritos de contratos e movimentações que ocorrem entre Controladora, Controlada e o fornecedor da locação do equipamento. (e) <b>Referê-re</b> substancialmente aos custos diretos iniciais incorridos na locação do imóvel da nova filial da Companhia na cidade de Ribeirão Preto, com a capacidade para 1.132 posições, sendo 1.018 posições para telemarketing e 114 posições administrativas. (f) <b>Referê-re</b> se ao custo de restauração de monitores arrendados.		

**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A.**

(c) **Composição e movimentação sumária dos passivos arrendados:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
<b>Saldo inicial</b>	<b>204.732</b>	<b>201.076</b>	<b>243.331</b>	<b>223.207</b>
Adição	5.675	70.732	5.743	94.415
Remuneração (a)	52.516	37.621	42.897	50.758
Baixas (b)	(2)	(45.898)	(2)	(62.332)
Depreciação	(106.632)	(83.346)	(116.959)	(94.036)
Juros provisionados	26.110	24.547	20.524	30.925
<b>Saldo final</b>	<b>182.399</b>	<b>204.732</b>	<b>205.491</b>	<b>243.331</b>
(a) <b>Referê-re</b> substancialmente a extensões contratuais e reajuste anual conforme previsto em contrato. Provisão a pagar de arrendamento mercantil:				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/23	31/12/23		
Provisão de arrendamento mercantil	201.708	231.454		
Ajuste a valor presente	(19.309)	(25.963)		
<b>Saldo final</b>	<b>182.399</b>	<b>205.491</b>		
O cronograma de pagamento das parcelas da provisão com arrendamento mercantil segue abaixo:				
	Controladora	Consolidado		
	31/12/23	31/12/23		
2024	80.692	89.380		
2025	52.168	60.822		
2026	42.338	50.507		
Vencimentos após 2026	(19.309)	(25.963)		
Ajuste a valor presente	(19.309)	(25.963)		
<b>Saldo final</b>	<b>182.399</b>	<b>205.491</b>		
Em entendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 22/019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:				
	Controladora	Consolidado		
	2023	2024	2025	2026
2027	2028	2029	Total	
172.680	101.955	57.597	21.818	8.318
172.680	106.649	62.876	24.883	9.333
	4.694	5.279	3.065	1.615
0,0%	4,6%	9,2%	14,0%	19,4%
	205.446	125.711	76.362	31.471
	205.446	130.577	82.047	34.915
	4.866	5.685	3.444	1.888
0,0%	3,9%	7,4%	10,9%	14,1%
(86.528)	(70.725)	(44.359)	(35.779)	(13.500)
(86.528)	(72.487)	(47.422)	(39.933)	(15.742)
	(1.762)	(3.063)	(4.154)	(2.242)
0,0%	2,5%	6,9%	11,6%	16,6%
(30.437)	(23.631)	(15.366)	(8.636)	(3.564)
(30.437)	(24.100)	(16.235)	(9.428)	(4.028)
	(469)	(869)	(792)	(464)
0,0%	2,0%	5,7%	9,2%	13,0%
(113.990)	(95.242)	(64.715)	(53.527)	(21.671)
(113.990)	(97.300)	(68.414)	(58.498)	(24.483)
	(2.058)	(3.699)	(4.971)	(2.812)
0,0%	2,2%	5,7%	9,3%	13,0%

**Ativo Direito de Uso**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
IFRS 16/CP 06	172.680	101.955
Ofício CVM	172.680	106.649
Dif		4.694
%	0,0%	4,6%
<b>Passivo Arrendamento</b>		
IFRS 16/CP 06	205.446	125.711
Ofício CVM	205.446	130.577
Dif		4.866
%	0,0%	3,9%
<b>Despesa com Depreciação</b>		
IFRS 16/CP 06	(86.528)	(70.725)
Ofício CVM	(86.528)	(72.487)
Dif		(1.762)
%	0,0%	2,5%
<b>Despesas Financeiras</b>		
IFRS 16/CP 06	(30.437)	(23.631)
Ofício CVM	(30.437)	(24.100)
Dif		(469)
%	0,0%	2,0%
<b>Pagamento</b>		
IFRS 16/CP 06	(113.990)	(95.242)
Ofício CVM	(113.990)	(97.300)
Dif		(2.058)
%	0,0%	2,2%

**19 Obrigações sociais e outros**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Salários e ordenados	11.109	10.551
Encargos sobre folha de pagamento	14.868	22.008
Férias a pagar	28.389	24.406
Provisão para participação em resultado (Nota 4.17)	1.757	1.743
Provisão para bônus (Nota 4.17)	9.888	4.715
Provisão para recall do dissídio	2.610	1.327
Provisão Phantom Stock (Nota 29 (c))	8.696	8.360
Outras obrigações sociais	2.549	2.705
	<b>79.866</b>	<b>75.815</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>71.170</b>	<b>67.455</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>8.696</b>	<b>8.360</b>
	<b>79.866</b>	<b>75.815</b>

**20. Obrigações fiscais:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Impostos retidos na fonte	2.310	2.646
PIS e COFINS a recolher	2.636	5.858
ISS a recolher	1.343	3.081
IRPJ e CSLL a recolher	—	220
IRPJ e CSLL a recolher (a)	(5.050)	(5.050)
	<b>11.978</b>	<b>17.900</b>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em reais - R\$)</b>	<b>(0,33)</b>	<b>(0,26)</b>

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para o exercício findo em 31/12/23, a Companhia não possui instrumentos com potencial para diluição de ações ordinárias e, consequentemente, o lucro por ação diluído é equivalente ao lucro por ação básico, conforme demonstrado anteriormente.

**24. Receita operacional líquida:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Serviços de telecobrança (a)	806.542	737.731
Descontos e abatimentos	(46)	(270)
Impostos incidentes sobre os serviços prestados	(45.048)	(41.377)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>761.448</b>	<b>696.084</b>

a) A Companhia realiza negociações de títulos em atraso que pertencem a seus clientes (substancialmente do setor bancário). O reconhecimento da receita, é realizado quando o cliente identifica o pagamento dos títulos negociados pela Companhia, e nesse caso a remuneração com parte do valor recuperado. Para os casos em que a remuneração ocorre em decorrência da disponibilização das estações de trabalho para realização da cobrança, o reconhecimento se dá em função do valor fixado contratualmente, conforme Nota 4.15.

a) O montante de R\$ 5.650 registrado na controladora e no consolidado em 31/12/23, decorrente da aplicação do IFRIC 23 - Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda, em que a Companhia ingressou com ação conforme mencionado na Nota 12.

**21. Impostos parcelados:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Secretaria da Receita Federal do Brasil (débitos previdenciários) (a)	7.127	7.584
Secretaria da Receita Federal do Brasil (demais débitos) (a)	33.799	14.025
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (débitos previdenciários) (a)	2.042	2.173
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (demais débitos) (a)	1.077	1.146
Parcelamento ISSQN (b)	3.934	—
	<b>47.979</b>	<b>24.928</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>10.350</b>	<b>4.116</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>37.629</b>	<b>20.782</b>
	<b>47.979</b>	<b>24.928</b>

Os impostos parcelados registrados como passivo não circulante têm seus vencimentos conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Até 31 de dezembro 2024	10.350	3.761
Até 31 de dezembro 2025	10.139	3.280
Até 31 de dezembro 2026	9.591	10.111
A partir de janeiro de 2028	7.549	—
<b>Total</b>	<b>37.629</b>	<b>20.762</b>

**25. Custos e despesas:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Salários, encargos e benefícios a empregados (a)	(497.510)	(457.692)
Energia, telefonia e outras tarifas	(73.301)	(79.741)
Serviços de manutenção, ações de cobrança e outros	(10.053)	(10.980)
Aluguel de imóveis, equipamentos e licenciamento de softwares (b)	(30.205)	(12.785)
Depreciações e amortizações	(25.098)	(21.916)
Depreciações e amortizações - direito de uso (c)	(81.806)	(71.779)
Manutenção, conservação e limpeza	(9.326)	(10.092)
Serviços prestados por pessoa jurídica (d)	(18.595)	(27.463)
Despesas diversas	(29.706)	(18.241)
Custo dos serviços prestados	(775.600)	(710.689)
Despesas comerciais	(4.134)	(4.078)
Despesas gerais e administrativas	(126.676)	(112.168)
	<b>(725.900)</b>	<b>(640.877)</b>

a) No exercício findo em 31/12/23, a Companhia teve um aumento médio de 8% no quadro de colaboradores, em comparação com o exercício de 2022, para suprir as demandas de novos contratos e expansão de contratos atuais, aumentando consequentemente os gastos com salários, férias, 13º salários, encargos sociais e benefícios a empregados. b) No exercício encerrado em 2023, o aumento refere-se substancialmente a contratação de licenças, como serviço - Saas, os quais foram contratados para fornecer segurança cibernética com inteligência artificial e prevenção de ameaças com base em indicador de ataques para impedir ameaças conhecidas e desconhecidas. c) No exercício encerrado em 31/12/23, houve um acréscimo da depreciação e amortização do direito de uso, em comparação com o exercício anterior, em decorrência da renovação e expansão dos contratos existentes de arrendamento de posições de atendimento, softwares, equipamentos de infraestrutura de tecnologia da informação, computadores e monitores, para atender a expansão das operações da Companhia. d) No exercício findo em 31/12/22 realizou-se a baixa dos adiantamentos de custos para a abertura de capital no montante total de R\$ 6.682, pois os gastos incorridos na época não serão reaproveitados no processo de oferta pública.

**26. Outras receitas operacionais, líquidas:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Custo de alienação de ativo permanente	(30)	(30)
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>(30)</b>	<b>(30)</b>
Resultado líquido	345	921
Créditos (a)	18	297
Alienação de ativo permanente	10	10
Outras receitas	581	184
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>954</b>	<b>670</b>
<b>Outras receitas operacionais, líquidas</b>	<b>924</b>	<b>640</b>

a) **Referê-re** se a receita reconhecida pelo recebimento dos créditos adquiridos da Sorocord. b) **Despesas e receitas relacionadas a remuneração de contratos de acordo com o IFRS 16/CP 06 (R2).**

**27. Resultado financeiro:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Atualização monetária (a)	373	708
Rendimento de aplicações financeiras	8.403	2.674
Encargos sobre mútuos	442	397
Atualização de depósitos judiciais	226	572
Outras receitas financeiras	18	297
<b>Receitas financeiras</b>	<b>9.662</b>	<b>4.648</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(23.630)	(7.047)
Juros sobre passivos de arrendamento	(26.110)	(24.547)
Juros sobre impostos parcelados	(7.420)	(4.936)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1.444)	(542)
Outras despesas financeiras	(1.563)	(327)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(60.167)</b>	<b>(37.399)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(50.505)</b>	<b>(32.751)</b>

a) **Referê-re** se aos juros Selic incidentes sobre a recuperação de crédito tributário, conforme mencionado na Nota 10.

**28. Imposto de renda e contribuição social:**

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
Resultado antes dos impostos	(62.852)	(45.045)
Alíquota	34%	34%
<b>Despesas às taxas nominais</b>	<b>21.370</b>	<b>15.315</b>
<b>Adições e exclusões permanentes:</b>		
Licenças Maternidade e Paternidade	(521)	(414)
Benefícios fiscais	(16)	(6)
Provisão de Equivalência Patrimonial	299	(135)
Provisão Bônus	—	(1.070)
Atualização monetária	74	193
Baixas Definitiva - Provisão ISS	—	(794)
Benefícios fiscais	26	26
Présumido de controlada	—	1.148
<b>Total</b>	<b>21.232</b>	<b>13.088</b>
Correntes	(67)	(478)
Diferidos	21.299	13.088
<b>Total</b>	<b>21.232</b>	<b>13.088</b>

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
<b>Ativo</b>				
Provisões para riscos trabalhistas e tributários	272	40	232	(271)
Provisão para perda na realização de ISS a recuperar			(794)	294
Provisão para bônus	2.874	1.784	1.090	439
Provisão Dissídio	887	436	451	621
Provisão fiscal e base de imposto de renda negativa	25.417	15.130	10.281	28.055
Prejuízo fiscal e base de contribuição social negativa	9.534	5.449	4.085	3.986
Provisão Phantom Stock	2.957	114	2.843	114
Operações com arrendamentos	6.246	254	5.995	723
Ativo e mais-valia, líquido de amortização (a)	3.874	(1.980)	5.854	(1.980)
	<b>52.061</b>	<b>21.232</b>	<b>30.632</b>	<b>13.088</b>
<b>Passivo</b>				
Atualização dos depósitos judiciais	137	137	137	137
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>	<b>51.924</b>	<b>21.232</b>	<b>30.695</b>	<b>13.088</b>

(a) **Referê-re** se ao benefício fiscal em relação ao ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) e mais-valia de ativos registrados na Companhia através de incorporação reversa da GIF em 2016. A Companhia, com base nas projeções de resultados tributários futuros, reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente tributáveis e indedutíveis, , como também sobre o prejuízo fiscal que não possui prazo prescricional. O valor contábil do imposto de renda diferido ativo é revisado periodicamente pela Companhia. Com base nas projeções de resultados tributários futuros, o Grupo estima realizar imposto de renda e contribuição social diferidos conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/23	31/12/22
2024	8.467	—



\* continuação

Paschoalotto Serviços Financeiros S.A.

<b>Eric Garmes de Oliveira</b> - Diretor Presidente	<b>Bruno Sepulveda Villela</b> - Diretor Financeiro (CFO)	<b>Guilherme Rocco Busch</b> - Diretor de Operações
<b>Contadora</b>		
<b>Elaine de Souza Schil</b> - CRC 1SP276491/O-9 - CPF 333.513.868-69		

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas, **Paschoalotto Serviços Financeiros S.A.** - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A. e da Paschoalotto Serviços Financeiros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS") (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

**Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é

suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento

Ribeirão Preto, 19 de abril de 2024



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP027654/F-4

**Marcos Franco Botelho**  
Contador CRC 1SP249995/O-8

**RIBEIRO VAZ PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ Nº 23.272.380/0001-19

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Ribeiro Vaz Participações S.A. submete à apreciação dos senhores, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao encerramento do exercício de 2023. **A Administração.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	10	Obrigações sociais e trabalhistas	10	-
Títulos a recuperar	28	24	Obrigações tributárias	1	1
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>34</b>	Dividendos a pagar	5.191	6.249
			Outras obrigações	423	422
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>Total</b>	<b>5.625</b>	<b>6.672</b>
Outros créditos	4.931	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	120.780	132.849	Capital social	69.780	38.426
Imobilizado	289	390	Reserva de capital	41.397	42.451
<b>Total</b>	<b>126.000</b>	<b>133.239</b>	Reserva de lucro	9.230	45.724
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>126.032</b>	<b>133.273</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>126.032</b>	<b>133.273</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

	2023	2022	Resultado operacional	2023	2022
Receita operacional líquida	153	155	Resultado financeiro líquido	(1)	(1)
Custo da prestação de serviços	-	-	<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>20.767</b>	<b>25.003</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>153</b>	<b>155</b>	Imposto de renda/Contribuição social	(4)	(7)
Despesas operacionais	20.615	24.849	<b>Resultado do exercício</b>	<b>20.763</b>	<b>24.996</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	33.053	42.451	30.241	-	105.745
Integralização de capital	5.373	-	-	-	5.373
Resultado do exercício	-	-	-	24.996	24.996
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(6.249)	(6.249)
Apropriação à reserva de lucro	-	-	18.747	(18.747)	-
Realização de reserva de lucro	-	-	(3.264)	-	(3.264)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>38.426</b>	<b>42.451</b>	<b>45.724</b>	-	<b>126.601</b>
Integralização de capital	31.354	-	(31.354)	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	20.763	20.763
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(5.191)	(5.191)
Apropriação à reserva de lucro	-	-	15.572	(15.572)	-
Realização de reserva de lucro	-	-	(20.712)	-	(20.712)
Ações em tesouraria/ágio na emissão de ações	-	(1.054)	-	-	(1.054)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>69.780</b>	<b>41.397</b>	<b>9.230</b>	-	<b>120.407</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

	2023	2022		2023	2022
<b>A - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			<b>B - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>20.768</b>	<b>25.003</b>	Aumento/redução investimentos	-	(14.046)
Ajuste de despesas/receitas que não afetam o caixa			Adiantamento de capital/reservas	-	5.373
Depreciação e amortização	101	102	Partes relacionadas	(1.092)	-
Resultado de equivalência patrimonial	(20.957)	(25.104)	<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos</b>	<b>(1.092)</b>	<b>(8.673)</b>
Outros ajustes	-	15.482	<b>C - FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
<b>Ajuste ao lucro</b>	<b>(88)</b>	<b>15.483</b>	Pagamento de dividendos	(18.086)	(17.671)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			<b>Caixa consumido pelas atividades de financiamentos</b>	<b>(18.086)</b>	<b>(17.671)</b>
Aumento/redução dos ativos	(4)	1.361	<b>AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>
Aumento/redução dos passivos	19.268	9.490	<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Imposto de renda e contribuição social	(4)	-	Saldo inicial	10	20
<b>Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais</b>	<b>19.172</b>	<b>26.334</b>	Saldo final	4	10
			<b>Variação no exercício</b>	<b>(6)</b>	<b>(10)</b>

**DIRETORES ESTATUTÁRIOS****CONTADORA**

<b>Janete Ana Ribeiro Vaz</b> Diretora-Presidente	<b>Raquel Ribeiro Vaz</b> Diretora Administrativa-Financeira	<b>Lourivana Rodrigues de Lima</b> CRC-DF 017.015/O-8
--	---	--

**YLL & ATG Collaborative S.A.**

CNPJ Nº 52.956.901/0001-55

**Demonstrações Financeiras**

	Balanco Patrimonial	Passivo	2.465.197,05C	Demontação do Resultado	31/12/2023
Ativo	2.465.197,05D	Passivo Circulante	2.111,49C	Receita Líquida	-
Ativo Circulante	70.197,00D	Fornecedores	2.111,49C	Lucro Bruto	-
Disponível	69.677,70D	Fornecedores de Serviços	2.111,49C	Despesas Administrativas	(87.523,03)
Aplicações Financeiras	-	Passivo Não-Circulante	18.957,03C	Assistência Contábil	(29.448,86)
Liquidez Imediata	69.677,70D	Passivo Exigível e Longo Prazo	18.957,03C	Livros, Jornais e Revistas	(1.920,00)
Outros Créditos	519,30D	Empréstimos Estrangeiros	1.000,00C	Assistência Jurídica	(53.793,40)
Tributos A Recupera/Compensar	519,30D	Empréstimos Estrangeiros a - LP (Yield Lab Latam Gp)	1.000,00C	Despesas Diversas	(209,90)
IRRF a Recuperar	519,30D	Patrimônio Líquido	2.444.128,53C	Taxas Municipais	(206,68)
Ativo Não-Circulante	2.395.000,05D	Reservas	100,00C	Taxas Diversas	(585,84)
Investimentos	2.395.000,05D	Capital Social	1.000,00C	Multas de Mora	(0,74)
Participações Societárias	2.395.000,05D	Capital Subscrito	1.000,00C	IOF	-
The Yield Lab Latam Opportunity Fund L.P.	2.395.000,05D	(-) Capital a Integralizar	900,00C	Reservas	3.292,98
		Reservas de Capital	2.600.000,00C	Juros de Aplicações	(2.690,13)
<b>Diretoria</b>		Reserva para Aumento de Capital	2.600.000,00C	Despesas Financeiras	(2.690,13)
<b>Kieran Finbar Gárlán</b> - Presidente		Reservas de Lucros	2.000,00C	Juros Passivos	(65,43)
CPF: 213.776.828-38		(-) Ajuste de Exercício Anterior	2.000,00C	Tarifa Bancária	(2.604,50)
<b>Contador</b>		Lucros ou Prejuízos Acumulados	157.971,49C	<b>Resultado Operacional</b>	<b>(86.920,18)</b>
<b>Jose Joaquim Pires Neto</b>		Reservas de Lucros	71.051,29D	<b>Resultado antes do IR e CSL</b>	<b>(86.920,18)</b>
CRC Nº 1SP290551/O-9 - CPF: 107.532.638-90		(-) Prejuízo do Exercício em Curso	86.920,18D	<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(86.920,18)</b>

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

CNPJ Nº 52.956.901/0001-55

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. **A Diretoria.**

**Balancos Patrimoniais Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)**

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
<b>Ativo circulante</b>	<b>99.470</b>	<b>100.283</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>40.388</b>	<b>41.892</b>
Caixa e equivalentes de caixa	257	87	Fornecedores	12.819	10.941
Títulos e valores mobiliários	36.116	18.078	Empréstimos e financiamentos	664	2.996
Contas a receber	50.947	70.528	Salários, provisões e encargos sociais	9.410	9.241
Estoques	6.233	7.001	Obrigações fiscais	11.593	10.704
Impostos a recuperar	3.491	1.745	Tributos Parcelados	590	958
Outros	2.426	2.864	Arrendamento	2.459	3.728
<b>Ativo não circulante</b>	<b>67.099</b>	<b>59.978</b>	Outros	2.854	3.424
Partes Relacionadas	3.356	1.881	<b>Passivo não circulante</b>	<b>27.209</b>	<b>25.918</b>
Depósitos judiciais	2.111	1.119	Empréstimos e financiamentos	-	663
Impostos diferidos	22.156	19.956	Partes Relacionadas	5.398	3.200
Investimentos	209	428	Tributos Parcelados	6.799	7.250
Imobilizado	28.990	16.369	Impostos diferidos	5.612	4.181
Direito de uso - Arrendamento	10.141	13.025	Provisão para contingências	774	702
Intangível	129	192	Arrendamento	6.627	9.222
Outros	8	7.008	Reserva de capital	38.874	32.351
<b>Total do ativo</b>	<b>166.569</b>	<b>160.261</b>	Capital social	81.255	10.177
			Reserva de capital	733	733
			Ações em tesouraria	(136)	(136)
			Adiantamentos para futuro aumento de capital	1.800	2.302
			<b>Total do passivo</b>	<b>166.569</b>	<b>160.261</b>

**Notas Explicativas**

**1. Principais práticas contábeis:** As demonstrações financeiras do HOSPITAL NOVO ATIBAIA S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo:

a) **Reconhecimento da receita e custos:** As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos

e laboratórias, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis gastos estimados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) **Ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes

**SOARES COSTA PARTICIPAÇÕES S.A.**

CNPJ Nº 23.677.692/0001-02

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Soares Costa Participações S.A. submete à apreciação dos senhores, as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao encerramento do exercício de 2023. **A Administração.**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)**

ATIVO	2023	2022	PASSIVO	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	11	61	Fornecedores	54	34
Impostos a recuperar	82	85	Obrigações sociais e trabalhistas	10	-
Outros créditos	442	477	Obrigações tributárias	74	142
<b>Total</b>	<b>535</b>	<b>623</b>	Dividendos a pagar	5.364	6.403
			Outras obrigações	2	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>Total</b>	<b>5.504</b>	<b>6.579</b>
Outros créditos	4.919	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Investimentos	130.039	141.795	Adiantamento para futuro aumento de capital	76.260	47.840
Imobilizado	5.395	1.601	Reserva de capital	41.392	42.446
<b>Total</b>	<b>140.353</b>	<b>143.396</b>	Reserva de lucro	12.560	46.194
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>140.888</b>	<b>144.019</b>	<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>140.888</b>	<b>144.019</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

	2023	2022	Resultado operacional	2023	2022
Receita operacional líquida	1.385	1.269	Resultado financeiro líquido	2	(4)
Custo da prestação de serviços	-	-	<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>21.577</b>	<b>25.836</b>
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>1.385</b>	<b>1.269</b>	Imposto de renda/Contribuição social	(119)	(223)
Despesas operacionais	20.190	24.571	<b>Resultado do exercício</b>	<b>21.458</b>	<b>25.613</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO****EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais)**

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva de lucros
--	----------------	---	--------------------	-------------------





### ASTIC IE PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 33.824.575/0001-88

#### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.

#### BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Ativo	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
<b>Ativo Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.469	3.792	2.411	36.770	73.083	
Concessionárias	9	-	-	-	21.096	17.448	
Impostos a compensar	10	353	253	14	1.411	1.051	
Dividendos a receber	-	-	-	4.412	-	-	
Despesas pagas antecipadamente	17	62	-	-	665	851	
Outros créditos	14	5	42	-	5	42	
Partes relacionadas	11	-	1.096	22	-	14	
Adiantamentos	11	62.117	48.044	13.044	62.117	48.044	
		<b>63.961</b>	<b>53.289</b>	<b>19.903</b>	<b>122.064</b>	<b>140.519</b>	
<b>Não circulante</b>							
Cauções e depósitos vinculados	12	-	-	-	43.509	43.215	
Investimentos	13	466.940	531.149	576.763	-	-	
Imobilizado	14	-	-	-	731.303	760.233	
Intangível	15	-	-	-	327.996	345.308	
		<b>466.940</b>	<b>531.149</b>	<b>576.763</b>	<b>1.102.808</b>	<b>1.194.783</b>	
		<b>530.901</b>	<b>584.438</b>	<b>596.666</b>	<b>1.224.872</b>	<b>1.289.275</b>	
					<b>1.316.171</b>		

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
<b>Passivo e patrimônio líquido Circulante</b>							
Fornecedores	16	16	21	9	5.118	5.041	
Salários e encargos	-	-	-	-	1.460	1.095	
Impostos a pagar	2	8	4	4	2.791	2.823	
Debêntures	18	-	-	-	2.792	2.172	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	63.423	57.781	
Notas promissórias	19	22.821	-	-	22.821	-	
Partes relacionadas	11	63	8	-	-	-	
Adiantamentos	-	-	6.037	-	-	-	
		<b>22.902</b>	<b>6.074</b>	<b>13</b>	<b>98.405</b>	<b>68.912</b>	
<b>Não circulante</b>							
Debêntures	18	-	-	-	101.343	98.645	
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	-	468.081	494.959	
Notas promissórias	19	-	22.996	45.000	-	22.996	
Provisão para desmantelamento	20	-	-	-	4.418	3.933	
Outras contas a pagar	21	1.000	750	-	45.626	45.212	
		<b>1.000</b>	<b>23.746</b>	<b>45.000</b>	<b>619.468</b>	<b>665.745</b>	
		<b>1.000</b>	<b>23.746</b>	<b>45.000</b>	<b>619.468</b>	<b>665.745</b>	
					<b>1.289.275</b>	<b>1.316.171</b>	

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Receita operacional líquida	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
<b>Receita operacional líquida</b>	23	-	-	-	179.558	156.335	145.717
<b>Custo de operação</b>	24	-	-	-	(8.308)	(7.902)	(7.116)
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	(21.752)	(21.028)	(14.903)
Materiais e serviços de terceiros	-	-	(571)	-	(29.262)	(29.251)	(29.359)
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	(4.109)	(3.662)	(3.766)
Outros custos de operação	(17)	-	-	-	(63.431)	(61.843)	(55.144)
<b>Total de custo</b>	(17)	(571)	-	-	116.127	94.492	90.573
<b>Lucro bruto</b>	(17)	(571)	-	-	63.431	61.843	55.144
<b>Recargas/(despesas) operacionais</b>	(17)	(571)	-	-	116.127	94.492	90.573
Despesas gerais e administrativas	(18.067)	(16.862)	(17.562)	(24.400)	(25.548)	(26.367)	
Outras despesas e receitas operacionais	-	(15)	-	767	1.449	2.180	
Resultado das participações societárias	52.148	26.277	18.577	-	-	-	
<b>Total de recargas/(despesas) operacionais</b>	24	34.081	9.400	1.015	(23.633)	(24.099)	(24.187)
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	24	34.064	8.829	1.015	92.944	70.393	66.386
<b>Resultado financeiro</b>	25	-	-	-	-	-	-
Receitas financeiras	381	1.001	57	12.351	13.073	3.745	
Despesas financeiras	(3.136)	(6.866)	(11)	(64.146)	(71.622)	(63.105)	
<b>Total do resultado financeiro</b>	(2.755)	(5.865)	56	(51.795)	(58.609)	(59.360)	
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	26	31.309	2.964	1.071	40.699	11.784	7.026
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(9.390)	(8.820)	(5.955)	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	26	31.309	2.964	1.071	31.309	2.964	1.071
Número de ações	555.476.996	555.476.996	555.476.996	555.476.996	555.476.996	555.476.996	
Resultado por ação (R\$)	0,06	0,01	0,00	0,06	0,01	0,00	

#### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>							
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	31.309	2.964	1.071	40.699	11.784	7.026	
Impostos a pagar	-	-	-	(21.752)	(21.028)	(14.903)	
Amortização de mais valia	17.319	17.319	17.319	17.319	17.319	17.319	
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	-	59.668	56.083	54.340	
Provisão para desmantelamento	-	-	-	485	432	391	
Ajuste financeiro sobre contrato suprimento de energia	-	-	-	1.678	11.997	6.842	
Resultado das participações societárias	(52.148)	(26.277)	(18.577)	-	-	-	
	(3.520)	(5.994)	(187)	149.111	126.866	115.277	
<b>Varição em ativos e passivos operacionais:</b>							
Concessionárias	-	-	-	(5.326)	(12.994)	(1.707)	
Impostos a compensar	(100)	(239)	(11)	(360)	(440)	(569)	
Despesas pagas antecipadamente	45	(62)	4	186	170	1.018	
Outros créditos	37	(42)	-	37	(42)	-	
Adiantamentos	(20.110)	(28.961)	(8.022)	(14.073)	(34.998)	(6.224)	
Fornecedores	(5)	10	9	77	411	(8.202)	
Salários e encargos	(6)	4	4	365	(609)	4.105	
Partes relacionadas	1.151	(1.066)	2	(4)	(2.132)	(14)	
Outras contas a pagar	250	750	-	414	11.308	2.182	
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	(22.258)	(35.600)	(8.201)	128.299	85.117	106.500	
Juros pagos	-	-	-	(48.886)	(50.214)	(45.100)	
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(7.290)	(9.003)	(2.210)	
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	(22.258)	(35.600)	(8.201)	72.123	25.900	58.740	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>							
Redução de investimento em controladas	50.000	-	-	-	-	-	
Dividendos recebidos	49.037	58.985	8.041	-	-	-	
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	(294)	(284)	(17.107)	
Adições a imobilizado e intangível	-	-	-	(339)	(258)	(318)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	99.037	58.985	8.041	(633)	(542)	(17.425)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>							
Dividendos pagos	(28.927)	-	-	-	(28.327)	-	
Aumento (redução) de capital	(50.000)	-	-	(45.151)	(50.000)	-	
Emissão de notas promissórias	-	-	-	45.000	-	45.000	
Amortização do principal de empréstimo, debêntures e notas promissórias	(175)	(22.004)	-	(28.877)	(42.522)	(25.350)	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	(79.122)	(22.004)	(151)	(107.803)	(42.522)	(25.501)	
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(2.323)	(1.381)	(311)	(36.313)	(17.164)	15.814	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.792	2.411	2.722	73.083	90.247	74.343	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.469	3.792	2.411	36.770	73.083	90.247	
	(2.323)	(1.381)	(311)	(36.313)	(17.164)	15.814	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

Resultado líquido do exercício	Notas	Controladora			Consolidado		
		31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
Resultado líquido do exercício	31.309	2.964	1.071	31.309	2.964	1.071	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	31.309	2.964	1.071	31.309	2.964	1.071	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE 2023 E DE 2022

Saldo em 01 de janeiro de 2021 - Reapresentado	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros	Resultados acumulados	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2021 - Reapresentado	605.000	(4.372)	-	(4.895)	595.733
Redução de capital social	(49.523)	4.372	-	(45.151)	-
Lucro do exercício	-	-	-	1.071	1.071
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Reapresentado</b>	<b>555.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.824)</b>	<b>551.653</b>
Lucro do exercício	-	-	-	2.964	2.964
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Reapresentado</b>	<b>555.477</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(859)</b>	<b>554.618</b>
Redução de capital	(50.000)	-	-	(50.000)	-
Lucro do exercício	-	-	-	31.309	31.309
Constituição de reserva legal	-	-	1.523	(1.522)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(14.463)	(14.463)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(14.463)	(14.463)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>505.477</b>	<b>-</b>	<b>1.522</b>	<b>-</b>	<b>506.999</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

#### NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** Astic IE Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Astic"), também referida em conjunto com suas controladas como "Grupo", é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, com sede e foro na Rua São José Gonçalves de Oliveira, 116, 6º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. Constituída em 4 de junho de 2019, tem por objeto social a participação em outras sociedades. A Companhia detém participação direta na Babilônia Holding S.A.

Empresas	Consolidação	31/12/2023		31/12/2022	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Babilônia Holding S.A.	Integral	100%	100%	-	-
A Babilônia Holding, por sua vez, tem participação nas seguintes empresas ("Controladas" ou "Centrais Eólicas Babilônia"):					
<b>Empresas</b>	<b>Consolidação</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Direta</b>	<b>Direta</b>
Central Eólica Babilônia I (Babilônia I)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia II (Babilônia II)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia III (Babilônia III)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia IV (Babilônia IV)	Integral	100%	100%	-	-
Central Eólica Babilônia V (Babilônia V)	Integral	100%	100%	-	-

#### 1.1 Autorizações dos Parques Eólico Babilônia I, II, III, IV e V

As controladas têm, junto à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), as seguintes autorizações e registros de geração:

Empresa	Usinas	Modalidade	Outorga	UF	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MWh/m)	Autorização	
							Início	Término
Central Eólica Babilônia I	Ventos de Santa Aparecida	Produtor	Autorização	BA	27,3	15,2	11/07/2016	11/07/2051
Central Eólica Babilônia II	Ventos de Santa Beatriz</							



**BONSUCEX HOLDING S.A.**

Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 52.839.420/0001-60 - NIRE nº 35.300.138.082

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 17 (dezesete) dias do mês de abril do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 15:00 horas, na sede social, à Praça General Gentil Falcão, nº 108, 12º andar, conjunto 122, Sala 01, bairro Brooklin Novo, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04571-150.

**2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

**3. PRESENÇA:** Presença dos acionistas detentores da totalidade das 52.631.577 (cinquenta e dois milhões e seiscentas e trinta e uma mil e quinhentas e setenta e sete) ações ordinárias nominativas da Companhia, com exceção das ações em tesouraria, conforme assinaturas lavradas no Livro de Presenças e na lista constante no Anexo I. **4. MESA DIRETORA:** Presidida por Silvio Tini de Araújo e Secretariada por Barbara Silveira Dafferner.

**5. DECLARAÇÕES:** O acionista declarou que previamente estava ciente do local, data, hora e ordem do dia, bem como dos assuntos a serem tratados na ordem do dia e respectivos documentos. **6. ORDEM DO DIA:** (i) Deliberar sobre a redução do capital social da companhia, tendo em vista ser excessivo com relação às necessidades da empresa, conforme art. 173 da Lei 6.404/1976. **7. DELIBERAÇÕES:** O Acionista, por unanimidade de votos dos presentes e sem reservas, com a abstenção dos legalmente impedidos, deliberou: (i) Aprovar a redução do capital social da companhia, em razão de ser excessivo em relação às suas necessidades. Assim, o capital social sofrerá a redução de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), passando de R\$450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) para R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), mantendo-se o número de ações em 52.631.579 (cinquenta e dois milhões e seiscentas e trinta e uma mil e quinhentas e setenta e nove), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à sociedade. (ii) O capital ora reduzido em R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) será pago através de moeda corrente nacional ou mediante entrega de ativos da sociedade no mesmo montante. (iii) O artigo 5º do Estatuto passa a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), dividido em 52.631.579 (cinquenta e dois milhões e seiscentas e trinta e uma mil e quinhentas e setenta e nove), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à sociedade." **8. ENCERRAMENTO:** Aprovadas por unanimidade todas as matérias sujeitas à aprovação do acionista, nos termos constantes da ordem do dia, inclusive o Estatuto Social devidamente consolidado, que consta como **Anexo II**, que irá reger a companhia, tendo sido lidos e achados conformes todos os documentos apresentados. Encerrado os trabalhos, foi lavrada a presente Ata, na qual constam a assinatura do acionista, tendo sido autorizada a elaboração e publicação em forma resumida, na forma da lei, estando a reprodução de inteiro teor desta ata arquivada na sede da companhia, ficando os Diretores investidos dos mais amplos e gerais poderes a fim de dar efetividade às deliberações aqui previstas, (a) Presidente: Silvio Tini de Araújo; (b) Secretária: Barbara Silveira Dafferner. Acionista: Silvio Tini de Araújo. E, por estarem assim justos e contratados, assina o acionista a presente ata em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com o Presidente e a Secretária. São Paulo, 17 de abril de 2024. **Silvio Tini de Araújo**, Silvio Tini de Araújo - Presidente; Barbara Silveira Dafferner - Secretária. **ANEXO I DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE JULHO DE 2024 - BONSUCEX HOLDING S.A.** - Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 52.839.420/0001-60 - NIRE nº 35.300.138.082

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA			
Acionista	Número de Ações	Percentual do Total	Assinatura
Silvio Tini de Araújo	52.631.577	99,99%	
Ações em Tesouraria	2	0,001%	Ações não votantes
	52.631.579	100%	

São Paulo, 17 de abril de 2024. Silvio Tini de Araújo - Presidente; Barbara Silveira Dafferner - Secretária. **ANEXO II DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024** (Consolidação do Estatuto Social). **BONSUCEX HOLDING S.A.** - Companhia Fechada - CNPJ/MF nº 52.839.420/0001-60 - NIRE nº 35.300.138.082 - **ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E PRAZO - Artigo 1º** - **BONSUCEX HOLDING S.A.** (doravante "Sociedade") é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Sociedade tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça General Gentil Falcão, nº 108 - 12º andar, Conjunto 122, Sala 01, Brooklin Novo, CEP 04571-150, podendo a Diretoria abrir ou extinguir estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional, ou no exterior, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 3º** - A Sociedade tem por objeto: (a) a representação comercial de equipamentos para beneficiar bens minerais por conta própria e de terceiros; (b) a prestação de serviços técnicos relativos às atividades de extração de bens minerais não ferrosos; (c) a intermediação de negócios; (d) a mediação de compra e venda de imóveis próprios; (e) a administração de condomínios e locação de bens próprios; (f) a participação, como sócia, acionista ou quotista, no capital de sociedades que possuam objetos sociais iguais ou diferentes do seu; e, (g) a prestação de serviços de assessoria a empresas, inclusive das quais participe. **Parágrafo único** - Para a consecução dos seus objetivos sociais, pode a Sociedade celebrar convênios com empresas privadas, ou entidades públicas, autarquias, sociedades de economia mista e fundos de participação, bem como firmar consórcios e participar de *joint venture*. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES - Artigo 5º** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais), dividido em 52.631.579 (cinquenta e dois milhões e seiscentas e trinta e uma mil e quinhentas e setenta e nove), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à sociedade. **Parágrafo 1º** - As ações serão escriturais, sem a emissão de certificados, podendo, entretanto, ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, tendo cada ação ordinária direito a um voto nas deliberações assembleares. **Parágrafo 2º** - A Sociedade poderá criar classe ou classes de ações preferenciais, aumentar a quantidade de uma espécie ou classe de ações sem guardar proporção com as ações de outras espécies ou com as demais ações, observando-se, no entanto, que o número de ações preferenciais deverá estar limitado a 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas. **Parágrafo 3º** - A Sociedade poderá realizar grupamento de ações, observadas as disposições legais. **Parágrafo 4º** - As integralizações de ações far-se-ão com observância das disposições legais a respeito. **Parágrafo 5º** - É assegurado o direito de preferência dos acionistas à subscrição de aumento de capital social, de acordo com o artigo 171 da mesma lei, que será exercido dentro de prazo não inferior a 30 (trinta) dias contados da realização da Reunião da Diretoria que deliberar o aumento de capital. **Parágrafo 6º** - A Diretoria poderá autorizar a aquisição de ações de emissão da Sociedade, para permanência em tesouraria e posterior revenda ou cancelamento. **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIA GERAL - Artigo 6º** - As assembleias gerais ordinárias realizar-se-ão anualmente dentro de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes. **Parágrafo 1º** - A assembleia geral será instalada e presidida por quem for eleito pelos acionistas presentes, que, por sua vez, indicará o secretário. **Parágrafo 2º** - A convocação para as Assembleias Gerais caberá a qualquer dos acionistas e far-se-á sempre por notificação escrita, carta registrada, fac-símile ou correio eletrônico endereçado aos acionistas com antecedência mínima de 8 (oito) dias em primeira convocação e 5 (cinco) dias em segunda convocação. A convocação deverá conter data, hora, local e as matérias da ordem do dia da assembleia com os respectivos documentos pertinentes. As formalidades de convocação aqui previstas ficam dispensadas quando todos os acionistas comparecerem à assembleia ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e hora e ordem do dia. **Parágrafo 3º** - As assembleias dos acionistas serão instaladas: (i) em primeira convocação com presença de acionistas titulares de 75% (setenta e cinco por cento) do capital social; e (ii) em segunda convocação com acionistas titulares da maioria absoluta de votos do capital social. **Parágrafo 4º** - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio. **Parágrafo 5º** - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em assembleia geral serão disponibilizados aos acionistas na sede da Sociedade a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação. **Artigo 7º** - À Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade competirá deliberar sobre todas as matérias relativas ao seu objeto e aquelas previstas na legislação de regência e em Acordo de Acionistas depositados na sede social. **Artigo 8º** - As deliberações sobre as matérias abaixo e respectivas implementações dependerão da aprovação de acionistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das ações com direito a voto: (a) quaisquer alterações deste Estatuto Social; (b) transformação, fusão, cisão, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária envolvendo a Sociedade e seus ativos; (c) dissolução, liquidação, recuperação judicial e falência da Sociedade; (d) criação de partes beneficiárias; (e) participação em grupo de sociedades, constituição ou participação em *joint venture* e contrato de parcerias estratégicas; (f) estabelecimento de limites para os atos que importem aquisições, alienações ou onerações de imobilizado e participações societárias, a contratação de empréstimos e financiamentos; (g) nomeação de auditores independentes e alteração de políticas fiscais contábeis; e (h) nomeação, contratação e destituição dos administradores, bem como sua remuneração. **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO - Artigo 9º** - A Sociedade terá Diretoria composta por no mínimo 02 (dois) e no máximo 03 (três) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. **Parágrafo 1º** - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 2º** - As reuniões de Diretoria somente poderão ser instaladas contando, necessariamente, com a presença do Diretor Presidente. **Parágrafo 3º** - As resoluções da Diretoria serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros presentes, cabendo ao Diretor Presidente o voto de desempate, e das reuniões serão lavradas as respectivas atas, que ficarão inscritas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. **Artigo 10º** - São expressamente vedados, e nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer dos Diretores e/ou procuradores que envolverem obrigações estranhas aos objetivos sociais, tais como: fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 11º** - Caberá à Diretoria, como órgão executivo da administração, assegurar o funcionamento regular da Sociedade, dentro dos limites traçados pela Assembleia Geral, ficando os Diretores investidos dos poderes para praticar os atos relativos ao objeto social, nos termos deste Estatuto Social. **Parágrafo 1º** - A Diretoria pode criar comitês de assessoramento adicionais, com objetos restritos e específicos e com prazo de duração determinado, devendo indicar os respectivos membros que os comporão. **Parágrafo 2º** - As normas sobre requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades dos administradores aplicam-se aos membros dos comitês de assessoramento que venham a ser criados por meio de reforma deste Estatuto ou por deliberação da Diretoria. **Artigo 12º** - A Sociedade será representada e somente será considerada validamente obrigada, observado o disposto nos parágrafos desta cláusula, por ato ou assinatura: (i) isolada do Diretor Presidente; ou (ii) de 02 (dois) Diretores, desde que um deles, obrigatoriamente, seja o Diretor Presidente; ou (iii) por um Diretor, em conjunto com um procurador, constituído isolada e exclusivamente pelo Diretor Presidente, sendo indispensável, entretanto, a assinatura do Diretor Presidente na representação para: (i) alienação, a qualquer título, de bens móveis e imóveis; (ii) constituição de garantias quaisquer; (iii) constituição de ônus ou gravames sobre os bens da Sociedade; (iv) obtenção de empréstimos e financiamentos; (v) celebração de contratos de prestação de serviços ou produtos continuados, de qualquer valor; (vi) desconto de duplicatas e títulos; (vii) celebração de contratos de arrendamento mercantil; (viii) contratação de executivos; (ix) contratação de advogados; e (x) quaisquer atos que não possam ser considerados como de mera gestão. **Parágrafo 1º** - As procurações somente poderão ser outorgadas pelo Diretor Presidente, sendo que deverão conter os poderes específicos do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano. **Parágrafo 2º** - A Sociedade poderá ser representada somente pelo Diretor Presidente ou procurador nomeado de acordo com o disposto no parágrafo anterior no que diz respeito ao comparecimento em entidades e órgãos governamentais ou ainda nos casos de prestação de depoimento pessoal e na qualidade de proponentes em audiências. **Parágrafo 3º** - Para a assinatura de contratos de locação de bens próprios, residenciais ou comerciais, desde que exclusivamente na qualidade de Locador; assim como contratos com fornecedores, desde que referidos contratos, tantos de locação como de fornecedores, individualmente, não ultrapassem o valor máximo anual de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), somente nesta hipótese de exceção, referidos contratos poderão ser assinados por um Diretor, em conjunto com um procurador, constituído isolada e exclusivamente pelo Diretor Presidente, cuja procuração deverá obedecer ao disposto nesta Cláusula e parágrafos. **Artigo 13º** - Compete ao Diretor Presidente, de acordo com a orientação que for fixada pela Assembleia Geral, manter permanente coordenação das diretrizes empresariais, jurídicas, políticas, corporativas e institucionais no desenvolvimento das atividades da Sociedade, e aquelas relativas às relações com os acionistas. **Artigo 14º** - Caso ocorram impedimentos momentâneos ou ausências, cada um dos Diretores será substituído por um outro Diretor escolhido pelo Diretor Presidente. **Artigo 15º** - Caso ocorra impedimento definitivo, renúncia ou vacância de qualquer membro da Diretoria, a Assembleia Geral deverá, dentro de no máximo 30 (trinta) dias, eleger seu substituto para servir pelo restante do mandato do membro da Diretoria substituído. **CAPÍTULO V - CONSELHO FISCAL - Artigo 16º** - A Sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 3 (três) membros efetivos, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, que deverá fixar sua remuneração, com mandato de até 1 (um) ano, permitida sua reeleição. A Assembleia Geral elegerá, também, um suplente específico para cada um dos membros do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal terá as atribuições, deveres e responsabilidades previstos em lei e não terá funcionamento permanente, devendo ser instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na forma da lei. **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS - Artigo 17º** - O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as correspondentes demonstrações financeiras da Sociedade. **Parágrafo 1º** - Do lucro líquido de cada exercício, após constituída a Reserva Legal, e ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, será deduzida quantia correspondente a, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) para distribuição aos acionistas, como dividendo, ou, por proposta dos órgãos de administração, como juros, a título de remuneração do capital próprio, de conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95. **Parágrafo 2º** - O lucro remanescente terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, com base em proposta da Diretoria. **Artigo 18º** - A Sociedade poderá elaborar demonstrações financeiras semestrais ou ainda em períodos menores, podendo ainda distribuir dividendos intermediários ou intercalares com base em tais demonstrações. **CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO - Artigo 19º** - A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo único** - Cabe à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período da liquidação. **CAPÍTULO VIII - MEDIAÇÃO - Artigo 20º** - Qualquer dúvida ou controvérsia, decorrente ou relacionada a este Estatuto, poderá, caso as partes assim decidam de comum acordo, ser submetida à mediação, que será realizada por um mediador eleito por mútuo consenso delas. Ao mediador será dado prazo de 30 (trinta) dias úteis para tentar conciliar as partes e emitir sua opinião quanto ao assunto em discussão. A opinião do mediador não vinculará as partes. **Artigo 21º** - Caso, mesmo após o emprego do disposto acima, as partes não alcancem solução amigável a respeito da dúvida ou controvérsia oriunda deste instrumento, ficarão ambas liberadas para adotar as medidas judiciais cabíveis visando à solução do litígio. **CAPÍTULO IX - FORO - Artigo 22º** - Para dirimir todas as questões relacionadas com o presente instrumento, fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ou venha a ser. Esta consolidação do Estatuto Social foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Bonsuex Holding S.A., realizada em 17 de abril de 2024. São Paulo, 17 de abril de 2024. Silvio Tini de Araújo - Presidente; Barbara Silveira Dafferner - Secretária. Acionista: Silvio Tini de Araújo.



## RAC Administração e Participações S/A

CNPJ/MF: 16.744.810/0001-92

Relatório da Diretoria

**Senhores Acionistas:** Dando cumprimento às disposições e estatutárias, vimos submeter à sua apreciação, as Demonstrações Contábeis, contas e documentos do exercício social findo em 31 de Dezembro de 2023. A Diretoria permanece à disposição dos acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Balço Patrimonial		2023		2022		Balço Patrimonial		2023		2022		Demonstração do Resultado		2023		2022	
Ativo/Circulante	10.311.508	9.352.329	Passivo/Circulante	8.772	42.356	Faturamento											
Disponível	911.638	150.271	Serviços a Pagar	657	693	Receita Bruta	3.227.363	847.460									
Caixa e Bancos	1	1	Obrig. Fisc. a Recolher	7.759	6.850	Vendas de Imóveis	1.010.993	-									
Apl. Liq. Imediata	911.638	150.270	Obrig. Soc. a Recolher	409	376	Receita de Aluguel	2.216.370	847.460									
Outras Contas a Receber	9.399.869	9.202.058	Prov. p/ Imposto de Renda	38.965	21.586	(-) Deduções	(117.799)	(30.932)									
Dupl. a Receber	7.095.951	19.052	Prov. p/ Contrib. Social	16.197	9.934	Impostos s/ Serviços											
Estoque	2.303.918	9.183.006	Contas a Pagar	23.736	2.917	Receita Líquida	3.109.564	816.527									
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.311.508</b>	<b>9.352.329</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>10.223.786</b>	<b>9.309.973</b>	Capital Social	5.725.337	5.725.337									
			(-) Capital Social a Integralizar	(1.921.973)	(1.921.973)	Lucro Operac. Bruto	(33.019)	-									
			Reservas Lucros	6.398.284	5.516.609	(-) Despesa Operac.	(668.490)	(262.061)									
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	32.138	-	(-) Desp. Administrativas	(588.586)	(248.985)									
			<b>Total do Passivo</b>	<b>10.311.508</b>	<b>9.352.329</b>	(-) Desp. Tributárias	(79.905)	(13.076)									
			<b>Varição do Capital Circulante Líquido</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Total</b>											
				Final	Final	Final											
			Ativo Circulante	10.311.508	9.352.329	959.179											
			Passivo Circulante	8.772	42.356	(45.366)											
			Varição Capital Circulante	-	-	913.813											
			<b>Diretor</b>														
			<b>Roberto Cuschner</b> - CPF: 030.691.518-92														
			<b>Contador</b>														
			<b>Kelvin Nobre Oliveira</b> - CRC 15P314.009/0-0														

**Resumo das Principais Práticas Contábeis**  
As Demonstrações Contábeis estão elaboradas com a Legislação do Imposto de Renda.

## BR BPO TECNOLOGIA E SERVIÇOS S/A.

CNPJ/MF: 24.913.412/0001-80

BALÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO		Em reais mil (R\$)		2023		2022		Demonstração do Resultado do Exercício		EM 31 DE DEZEMBRO - Em reais mil (R\$)		2023		2022	
ATIVO CIRCULANTE	2023	2022	PASSIVO CIRCULANTE	2023	2022	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Nota	2023	2022						
Caixa e equivalentes de caixa	3.3	65.007	Fornecedores	4	3.297	(-) Deduções da Receita	7	159.653	132.725						
Bancos e aplicações de liquidez imediata	19.312	15.029	Obrigações de Pessoal	4	3.227	Receita Operacional Líquida	8	141.611	116.831						
Contas a receber e outros recebíveis	3.4	23.102	Obrigações s/Folha de Pagamento	4	1.670	(-) Custo dos Serviços Prestados	8	(97.373)	(66.528)						
Créditos de Serviços - Clientes	15.552	15.541	Obrigações Tributárias s/Faturamento	4	5.962	LUCRO BRUTO	9	44.237	30.304						
Crédito Tributável/Compensável	165	1.083	Obrigações Tributárias s/Imposto de Renda	4	2.366	(-) Despesas Operacionais	9	(15.322)	(9.958)						
Adiantamentos	460	1.006	Empréstimos e Financiamentos	5	727	(+) Outras Receitas	9	2.230	2.908						
Outros Créditos	1.429	17.620	Outros Credores	5	120	Despesas com Pessoal	10	(4.298)	(3.494)						
Despesas Antecipadas	4.331	6.392	Processos Judiciais	5	285	Despesas de Administrativas	10	(3.574)	(1.946)						
Créditos Relativos Clientes	4.331	2.334	Parcelamento de Impostos Federais	5	1.130	Despesas Serviços Terceiros	10	(6.495)	(5.864)						
<b>NAO CIRCULANTE</b>	<b>50.130</b>	<b>30.550</b>	<b>NAO CIRCULANTE</b>	<b>39.215</b>	<b>16.182</b>	Despesas Tributárias	10	-	(7)						
Realizável a Longo Prazo	3.5	43.718	Empréstimos e Financiamentos	5	36.800	Depreciação e Amortização	10	(1.184)	(1.535)						
Empréstimo a Coligadas	40.139	24.816	Processos Judiciais	5	285	RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO	10	28.915	20.345						
Investimentos	3.404	1.886	Capital Social Realizado	6	33.999	LUCRO OPERACIONAL ANTES DO	10	(5.646)	(803)						
Impostos e contribuições a recuperar - LP	176	177	Reservas Lucros	6	8.109	RESULTADO FINANCEIRO	10	977	492						
Despesas Judiciais	354	154	Reservas Legais	6	3.096	Receita Financeira	10	(6.623)	(1.294)						
Imobilizável	3.7	4.672	Reservas de Lucros	6	8.109	(-) Despesa Financeira	10	-	-						
Intangível	3.8	1.386	Reservas de Lucros	6	3.096	RESULTADO OPERACIONAL	10	22.793	20.051						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>92.544</b>	<b>95.557</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>92.544</b>	<b>95.557</b>	BRUTO ANTES DO IRPJ E CSLL		23.270	19.543						

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Em reais mil (R\$)		2023		2022	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.793	16.068	Reserva Legal	1.670	40.531		
Lucro do exercício de 2022	-	12.991	Patrimônio Líquido	-	12.991		
Constituição de Reserva Legal (5%)	-	(650)			(8.875)		
Lucros distribuídos em 2023	-	19.534			44.647		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>22.793</b>	<b>19.534</b>			<b>44.647</b>		
Lucro do exercício de 2023	-	15.530			15.530		
Constituição de Reserva Legal (5%)	-	(777)			(0)		
Lucros distribuídos em 2023	-	(26.173)			(26.173)		
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>22.793</b>	<b>8.109</b>			<b>33.999</b>		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		Em reais mil (R\$)		2023		2022	
<b>Nota 1. Contexto operacional</b>	A BR BPO Tecnologia e Serviços S.A., sediada em Brasília - Distrito Federal - Brasil, tem como objetivo principal a prestação de serviços de informática e processamento de dados para terceiros, além de atendimento personalizado através de solução completa de call center incluindo implementação, operação e gerenciamento. Buscando complementar as atividades desenvolvidas, ainda presta serviços de estudos e consultoria de programas para captação de novos clientes, análise mercadológica, desenvolvimento, produção e colação de malas diretas para marketing direto, realização de pesquisas de satisfação, opinião e estatística e serviços técnicos de consultoria, desenvolvimento, suporte e manutenção relativas a informática e gestão da informação. <b>Nota 2. Formalidade da escrituração contábil</b> A BR BPO Tecnologia e Serviços S.A., mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico, os registros contábeis obedecem ao número de identificação dos relacionados ao respectivo documento de origem externo ou interno ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciam os fatos e as práticas dos atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por departamentos legais e estatutárias, serão transmitidas no "Diário" da BR BPO Tecnologia e Serviços S.A. (Diário Patronal (DP)). <b>Demonstração do resultado do exercício (DRE):</b> Demonstração das mudanças do patrimônio líquido (DMLP). <b>Demonstração do fluxo de caixa (DFC).</b> <b>Nota 3. Principais práticas e políticas contábeis adotadas</b> As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 26 de abril de 2024 e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as normas introduzidas pelos pronunciamentos, resoluções, orientações e interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Brasileiro de Contabilidade (CBC). <b>3.1 Reconhecimento de receitas e despesas:</b> As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pelo regime de competência. <b>3.2. Uso de estimativas</b> As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, as quais envolvem a preparação das demonstrações financeiras sob base de valores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações de avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação do valor adequado a ser registrado nas contingências. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. <b>3.3. Caixa e equivalentes de caixa</b> Os valores contabilizados neste grupo representam os saldos positivos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria Ativos Financeiros a valor justo por meio do resultado?	Descrição	2023	2022	Descrição	2023	2022

Taxa anual de depreciação %		2023		2022	
Equipamentos de informática	20	32,64	2.797		
Equipamentos de Imagem	20	34	8		
Instalações	10	31	5		
Máquinas e Equipamentos	10	3,206	2.918		
Móveis e utensílios	3,061	2.993			
Beneficiárias imóveis de terceiro	791	453			
<b>Total</b>	<b>10,387</b>	<b>9,164</b>			
Depreciação acumuladas	(5.715)	(4.841)			
Imobilizado líquido	4.672	4.323			

Taxa anual de amortização %		2023		2022	
Software	20	2.706	2.089		
Amortização acumulada	(1.320)	(1.010)			
Intangível líquido	1.386	1.079			

3.3. Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)		2023		2022	
Aplicação das alíquotas (25% IRPJ e 9% CSLL)	(7879)				
Provisão para IRPJ e CSLL	139	116			
<b>Total</b>	<b>(7.740)</b>	<b>(6.552)</b>			

4. Obrigações trabalhistas e tributárias		2023		2022	
Obrigações sociais e trabalhistas	10.557	8.705			
Salários a pagar	3.325	2.758			
Contribuição sindical	17	757			
INSS	964	757			
FGTS	445	365			
IRRF s/ Folha	244	175			
Provisão de férias e encargos	5.962	4.544			
Obrigações tributárias	4.229	3.255			
- COFINS a recolher	431	180			
ISS s/ faturamento	1.275	372			
PIS/PASEP s/ faturamento	92	37			
INSS retido a recolher	15	14			
PIS/COFINS a diferir	566	55			
IRRF retido a recolher	62	10			
Desp. retido	13	10			
- CSLL a pagar	28	483			
IRPJ a pagar	1.694	569			
Impostos Federais parcelados	63	1.502			
Outros tributos	83	33			
<b>Total</b>	<b>15.186</b>	<b>11.960</b>			

5. Empréstimos e financiamentos		2023		2022	
Os recursos financeiros tomados com empréstimo junto à Caixa Econômica e o Banco de Brasília S.A., são reconhecidos inicialmente no acionamento dos recursos, líquidos dos custos de transação e são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido até a data do balanço, e de acordo com número de parcelas restantes, estão demonstrados no curto e longo prazo. <b>6. Patrimônio líquido</b> Em 31 de dezembro de 2023 o Patrimônio Líquido da companhia é composto pelo capital social, representado por 22.793.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.					

## RENEA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ/MF nº 32.154.740/0001-36 - NIRE 3530035146-9

Ata Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de março de 2024

**Data, Hora e Local:** Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e quatro, às 10 horas, na sede social da Renea Infraestrutura S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, conjuntos 51/52, Jardim Paulista, CEP 01.451-000. **Convocação e Presença:** O Edital de Convocação da presente Assembleia, deixou de ser publicado em face da presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Portanto, regula sua realização nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, consoante faculta o disposto no artigo 1.072, §2º do Código Civil. **Composição da mesa:** **Presidente:** Sr. Reinaldo Bertin; **Secretário:** Sr. Fernando Augusto de Lima Silva. **Ordem do dia:** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, devidamente publicadas por meio impresso e digital no Jornal Diário Comercial do dia 20 de março de 2024, conforme anexo. **Deliberações:** As matérias constantes da ordem do dia foram colocadas em discussão e votação, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: aprovadas integralmente e sem reservas as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Encerramento e Aprovação de Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, existindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que lida foi aprovada e assinada por todos os sócios. **Assinaturas: Presidente da Mesa:** Reinaldo Bertin, **Secretário da Mesa:** Fernando Augusto de Lima Silva. **Acionista:** Contern Construções e Comércio Ltda. "Em Recuperação Judicial". (Reinaldo Bertin). **Certifico que a presente é cópia fiel do original que integra livro próprio** São Paulo, 25 de março de 2024. **Reinaldo Bertin** - Presidente da Mesa. **Fernando Augusto de Lima Silva** - Secretário. **Acionista:** Contern Construções e Comércio Ltda. "Em Recuperação Judicial" - Reinaldo Bertin. **JUCESP nº 187.711/24-0 em 24/04/2024.** Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

## Infracommerce CXAAS S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 38.456.921/0001-36 - NIRE 35.300.557.361

Extrato da Ata de Reunião do Conselho de Administração, Realizada em 19 de Março de 2024

**1. Data, Horário e Local:** Realizada aos 19 (dezenove) dias do mês de março de 2024, às 12h30, na sede da Infracommerce Cxas S.A. ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Convocação devidamente realizada, nos termos do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e do Artigo 7.1.2 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia. Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. Pedro Jereissati, Kai Philipp Schoppen, Carlos Brito Claissac, Pedro Sirotsky Melzer e Sra. Estela Maria Vieira de Souza. **3. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Pedro Jereissati; Secretária



## PIRAPORA II SOLAR HOLDING S.A.

CNPJ nº 27.129.024/0001-92

Balanco patrimonial em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)								
Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado			
		2023	2022	2023	2022			2023	2022				
<b>Circulante</b>													
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	724.854	430.940	15.298.904	Lucro líquido do exercício	33.831.187	21.000.271	33.831.187	21.000.271			
Títulos e valores mobiliários	5	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363	Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:							
Contas a receber	6	-	-	10.947.745	11.563.303	Depreciação e amortização	19	530.671	530.671	19.144.718	18.857.125		
Contas a receber de partes relacionadas	22.1	-	-	6.580	-	Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	20	12.189.549	13.936.724	32.226.117	39.003.067		
Tributos a recuperar	-	-	-	954.830	395.623	Rendimentos de títulos e valores mobiliários	20	(63.244)	(135.022)	(5.896.394)	(2.750.390)		
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	24.402	2.912	Imposto de renda e contribuição social diferido	21	-	-	(127.510)	(48.048)		
Despesas antecipadas	-	-	-	4.728	-	Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	5.080.535	4.101.894		
Dividendos a receber	22.3	11.127.778	8.472.758	-	-	Resultado de equivalência patrimonial	8	(46.853.809)	(35.674.767)	-	-		
		<b>18.610.743</b>	<b>20.766.093</b>	<b>91.021.549</b>	<b>71.953.105</b>	Outros		-	-	-	-		
<b>Não circulante</b>						<b>(365.646)</b>	<b>(342.124)</b>	<b>84.258.653</b>	<b>80.161.919</b>				
Tributos a recuperar	-	-	-	-	-	<b>Variações dos ativos e passivos operacionais</b>							
Investimentos	8	142.984.874	120.331.601	-	-	Contas a receber de clientes	6	-	-	615.558	416.188		
Imobilizado	9	1.615	-	354.516.786	369.950.000	Contas a receber de partes relacionadas	22.1	-	-	(6.580)	-		
Intangíveis	10	17.116.046	17.846.717	17.116.046	17.646.717	Adiantamentos	-	-	-	(21.490)	(758)		
Direito de uso	11.1	-	-	8.261.172	7.231.053	Despesas antecipadas	-	-	-	1.759	7.036		
		<b>160.416.501</b>	<b>138.268.133</b>	<b>380.207.970</b>	<b>395.117.584</b>	Tributos a recuperar	-	-	-	(51.337)	(52.525)		
<b>Total de ativos</b>		<b>179.027.244</b>	<b>159.034.226</b>	<b>471.229.519</b>	<b>467.070.689</b>	Tributos a recolher	12	6.401	1.633	877.738	(94.702)		
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>						Contas a pagar	13	20.782	(2.705)	339.004	(674.016)		
<b>Circulante</b>						Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	-	-	223.676	135.238		
Contas a pagar	13	42.136	21.353	3.915.037	4.575.741	Outros passivos	-	-	-	(1.409)	408		
Tributos a recolher	12	9.323	2.922	1.640.196	762.458	<b>1.980</b>	<b>(50.650)</b>	<b>1.438.410</b>	<b>(263.131)</b>				
Contas a pagar a partes relacionadas	22.2	-	-	400.592	176.916	<b>Caixa gerado pelas operações</b>							
Adiantamentos de clientes	-	-	-	1.409	-	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(4.896.590)	(4.162.736)		
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	19.521.419	19.399.520	<b>Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>							
Impostos a recolher	-	-	-	944.340	760.395	<b>(363.666)</b>	<b>(392.774)</b>	<b>80.800.473</b>	<b>75.736.052</b>				
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	1.064.322	909.754	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>							
Debêntures a pagar	15	10.108.986	12.584.966	10.108.986	12.584.966	Pagamentos na aquisição de imobilizado	9	(1.615)	-	(2.405.648)	(5.088.495)		
Dividendos a pagar	22.4	8.438.852	3.210.834	4.838.852	3.210.834	Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários	-	-	-	(18.130.485)	-		
		<b>18.599.297</b>	<b>15.820.075</b>	<b>46.033.744</b>	<b>42.381.933</b>	Dividendos recebidos	8	2.154.516	14.739.675	-	-		
<b>Não circulante</b>						<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>							
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	256.602.104	275.492.676	<b>25.693.731</b>	<b>12.748.574</b>	<b>(30.469.215)</b>	<b>(23.218.980)</b>				
Debêntures a pagar	15	123.020.414	121.566.451	123.020.414	121.566.451	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>							
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	7.828.632	5.664.597	Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(18.454.270)	(17.625.072)		
Impostos diferidos	-	-	-	337.092	317.273	Pagamento de empréstimos - juros	14	-	-	(19.457.043)	(25.404.316)		
		<b>123.020.414</b>	<b>121.566.451</b>	<b>387.788.242</b>	<b>403.040.997</b>	Pagamento de principal de debêntures	15	(5.782.000)	(4.720.000)	(5.782.000)	(4.720.000)		
<b>Patrimônio líquido</b>						Pagamento de juros sobre debêntures	15	(7.429.566)	(6.919.609)	(7.429.566)	(6.919.609)		
Capital social	16.1	10.075.818	10.075.818	10.075.818	10.075.818	Dividendos pagos	16.3	(12.843.335)	-	(12.843.335)	-		
Reserva legal	16.2	2.015.164	1.939.380	2.015.164	1.939.380	Pagamento de arrendamentos	11.2	-	-	(1.233.008)	(1.261.152)		
Dividendos adicionais propostos	16.4	25.316.551	9.632.501	25.316.551	9.632.501	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>							
		<b>37.407.533</b>	<b>21.647.699</b>	<b>37.407.533</b>	<b>21.647.699</b>	<b>(26.054.901)</b>	<b>(11.639.609)</b>	<b>(65.199.222)</b>	<b>(55.930.149)</b>				
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>179.027.244</b>	<b>159.034.226</b>	<b>471.229.519</b>	<b>467.070.689</b>	<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>179.027.244</b>	<b>159.034.226</b>	<b>471.229.519</b>	<b>467.070.689</b>	<b>(724.836)</b>	<b>716.190</b>	<b>(14.867.964)</b>	<b>(3.413.077)</b>				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Demonstração do resultado em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)								
Receitas e custos operacionais	Nota	Controladora		Consolidado		Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
		2023	2022	2023	2022								2023
Receita líquida de vendas	17	-	-	96.067.823	90.813.449	10.075.818	1.263.415	3	3	7.480.972	3.858.265	21.000.271	
Custos das vendas	18	-	-	(29.916.815)	(28.640.727)	Destinação do lucro líquido do exercício							
<b>Lucro bruto</b>				<b>66.151.008</b>	<b>62.172.722</b>	Reserva legal	16.2	-	675.965	-	(675.965)	-	
Despesas gerais e administrativas	19	(741.643)	(875.588)	(1.516.613)	(1.458.583)	Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	-	(3.210.834)	(3.210.834)	
Equivalência patrimonial	8	46.853.809	35.674.767	-	-	Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	9.632.498	(9.632.498)	-	
Outras receitas e despesas	-	-	-	-	-	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>							
<b>Lucro operacional</b>				<b>46.104.069</b>	<b>34.799.193</b>	<b>10.075.818</b>	<b>1.939.380</b>	<b>9.632.501</b>	<b>3</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>3.858.265</b>	<b>21.000.271</b>	
Despesas financeiras	20	(12.336.126)	(13.957.662)	(31.825.161)	(39.085.278)	Destinação do lucro líquido do exercício							
Receitas financeiras	20	63.244	158.739	6.183.582	3.624.924	Reserva legal	16.2	-	75.784	-	(75.784)	-	
<b>Resultado financeiro</b>				<b>(12.272.882)</b>	<b>(13.798.922)</b>	<b>(25.641.579)</b>	<b>(35.460.354)</b>	Dividendos mínimos obrigatórios	16.3	-	-	(8.438.852)	(8.446.282)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	Dividendos adicionais propostos	16.4	-	25.316.551	(25.316.551)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(5.080.534)	(4.101.894)	<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>							
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	127.510	48.048	<b>10.075.818</b>	<b>2.015.164</b>	<b>25.316.551</b>	<b>3</b>	<b>(7.480.972)</b>	<b>3.858.265</b>	<b>21.000.271</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	<b>37.407.533</b>					
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													
Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)								
Lucro líquido do exercício (+/-) Outros resultados abrangentes	Nota	Controladora		Consolidado		Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido	
		2023	2022	2023	2022								2023
Resultado líquido do exercício						10.075.818	1.263.415	3	3	7.480.972	3.858.265	21.000.271	
Outros resultados abrangentes						Destinação do lucro líquido do exercício							
<b>Resultado abrangente do exercício</b>						<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	<b>33.831.187</b>	<b>21.000.271</b>	<b>37.407.533</b>			
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.													

**1. Contexto operacional.** A Pirapora II Solar Holding S.A. ("Pirapora II Holding" ou "Companhia") é uma Companhia anônima, constituída em 1 de julho de 2017, que se regerá pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Almirante Barroso no 52, 18º andar, Centro. A Companhia tem por objeto social a participação no capital de outras companhias. A segunda fase do Projeto Pirapora, denominada Pirapora II, foi uma das vencedoras no 8º leilão de energia de Reserva, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 13 de novembro de 2015. Na ocasião, obteve êxito na venda de 25,2 MWm ao preço médio de R\$ 300/MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas três entidades (suas controladas) as quais receberam a autorização para exploração das usinas que, juntas, possuem capacidade total instalada de 90MW ofertada nesse mesmo leilão. Em 16 de maio de 2017, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora II para a Pirapora II Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Companhia passou a controlar 100% do capital de Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora II Energias Renováveis S.A e Pirapora IV Energias Renováveis S.A., detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 90MW. As empresas controladas têm o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar. As Entidades controladas entrarão em operação comercial ao longo do mês de maio de 2018, conforme evidenciado abaixo: • Pirapora II: a partir do dia 26 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.167, de 25 de maio de 2018; • Pirapora III: a partir do dia 18 de maio de 2018, conforme despacho nº 1.098, de 17 de maio de 2018; • Pirapora IV: a partir do dia 04 de maio de 2018, conforme despacho nº 998, de 03 de maio de 2018; Em 07 de dezembro de 2018, a Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Omega Geração S.A.) adquiriu 50% das ações da Companhia, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 20% participação da Canadian Solar UK Projects Limited. A partir desta data, a Serena Energia S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A. 1.1. Estrutura e autorizações para projeto. As entidades que fazem parte do Complexo Solar Pirapora II, localizado no município de Pirapora - MG, possui capacidade total instalada de 90 MW (114,926 MWp). Suas controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar e suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua celebração, para a construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares. Abaixo encontram-se evidenciadas as características de cada controlada, a saber:

Empresas constituídas	Assinatura da outorga	Capacidade
Pirapora II Energias Renováveis S/A	10 de maio de 2016	30 MW
Pirapora III Energias Renováveis S/A	09 de maio de 2016	30 MW
Pirapora IV Energias Renováveis S/A	31 de maio de 2016	30 MW

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o Power Purchase Agreement - PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Companhia, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato. As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo: • Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada; • Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV; • Subestação Coletora Pirapora II 34,5/138 kV; • Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora II à Subestação Pirapora 2; • Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV. 2. Apresentação das demonstrações financeiras. 2.1. Base de preparação. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2024. 2.2. Base de mensuração. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 2.3. 2.3. Mensuração do valor justo. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, adiantamento a fornecedores, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e debêntures, pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 2.3. 2.4. Base de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido. (a) Controladas. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

Controladas	Atividade	% Participação 2023 e 2022
Pirapora II Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora III Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%
Pirapora IV Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%

(b) Transações eliminadas na consolidação. Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que

não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.6. Uso de estimativas e julgamento. Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota



### PIRAPORA II SOLAR HOLDING S.A.

CNPJ nº 27.219.024/0001-92

os ativos atrelados aos parques fotovoltaicos, a vida útil estimada é de 25 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **3.7. Ativo Intangível.** Refere-se a mais valia reconhecida como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O ativo e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ativo Intangível	Mais valia	Valor contábil das licenças	Intangível amortizável	Período de outorga	Prazo
Pirapora II	1.962.532	3.786.499	5.749.031	10/05/2016	35 anos
Pirapora III	1.920.241	3.791.927	5.712.168	09/05/2016	35 anos
Pirapora IV	1.863.856	3.790.993	5.654.849	31/05/2016	35 anos
	5.746.629	11.369.419	17.116.047		

Ativos intangíveis com vida útil definida adequadamente separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(a) Gastos com projetos fotovoltaicos.** Os gastos com desenvolvimentos de projetos fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). Os gastos com projetos fotovoltaicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos fotovoltaicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização. **(b) Software.** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.8. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment).** **(a) Ativos financeiros.** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita. A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros. **(b) Ativos não financeiros.** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures.** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2). **(a) Debêntures.** Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços resritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentagon S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. **3.10. Provisões.** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(a) Provisão para receita excedente e ressarcimento.** Os custos de geração de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de sua medição. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, essas variações são divididas em ressarcimentos quadrantes e anuais. **(b) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Contas a pagar.** O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. **3.12. Resultado financeiro.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.13. Receita de contrato com cliente.** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. **(a) Receita de geração de energia.** A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadrânieo contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada com redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadrânieo contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra. **(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo).** Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizados em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis temporariamente, por estimativa preparada pela Companhia. **3.14. Tributos.** Adespeda com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado. **(a) Lucro presumido.** As controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **(b) Lucro real.** A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(c) Tributos correntes.** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **(d) Tributos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. **3.15. Arrendamento.** A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento ("arrendamento"). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período

de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **(a) Ativos de direito de uso.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. **(b) Passivo de arrendamento.** O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O passivo de arrendamento é mensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índices ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.16. Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de propriedade, planta e equipamento; • Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas; • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso. **3.17. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações. (a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis.** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade do International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões das normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição da alteração	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

**i. IFRS 17 - Contratos de Seguro.** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). **ii. Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8.** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2.** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. **iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre Base Erosion and Profit Shifting - BEPS. A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima. **(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	01/01/2024

#### 9. Imobilizado

	Consolidado						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Painéis solares fotovoltaicos	4% a.a	369.950.000	2.581.881	-	-	(18.240.626)	354.291.255
Adiantamento para aquisição de ativos	-	-	225.531	-	-	-	225.531
<b>Total</b>		<b>369.950.000</b>	<b>2.807.412</b>			<b>(18.240.626)</b>	<b>354.516.786</b>
Custo		452.444.970	-	-	-	-	452.444.970
Depreciação acumulada		(82.494.970)	-	-	-	-	(100.735.596)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>369.950.000</b>					<b>354.516.786</b>

Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como painéis fotovoltaicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 14). A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de impairment para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização para os seus ativos.

#### 10. Intangível

	Consolidado			
	Taxa de amortização	Saldo em 31/12/2022	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Licenças (i)				
Pirapora II	2,86%	5.927.645	(178.615)	5.749.030
Pirapora III	2,86%	5.889.230	(177.063)	5.712.167
Pirapora IV	2,86%	5.829.842	(174.993)	5.654.849
<b>Total</b>		<b>17.646.717</b>	<b>(530.671)</b>	<b>17.116.046</b>
Custo		21.228.748	-	21.228.748
Amortização acumulada		(3.582.031)	-	(4.112.702)
<b>Intangível líquido</b>		<b>17.646.717</b>		<b>17.116.046</b>

**Licenças (i)**  
Pirapora II 2,86% 6.106.260 (178.615) 5.927.645  
Pirapora III 2,86% 6.066.293 (177.063) 5.889.230  
Pirapora IV 2,86% 6.004.836 (174.993) 5.829.842  
**Total 18.177.388 (530.671) 17.646.717**  
Custo 21.228.748 - 21.228.748  
Amortização acumulada (3.051.360) - (3.051.360)  
**Intangível líquido 18.177.388 17.646.717**

**Licenças (i)**  
Pirapora II 2,86% 6.106.260 (178.615) 5.927.645  
Pirapora III 2,86% 6.066.293 (177.063) 5.889.230  
Pirapora IV 2,86% 6.004.836 (174.993) 5.829.842  
**Total 18.177.388 (530.671) 17.646.717**  
Custo 21.228.748 - 21.228.748  
Amortização acumulada (3.051.360) - (3.051.360)  
**Intangível líquido 18.177.388 17.646.717**

**(i)** Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Companhia. **11. Direito de uso e passivo de arrendamento.** Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,30% a.a. obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possui 02 (dois) contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Direito de uso de arrendamento	7.231.053	1.403.540	(373.421)	8.261.172
Arrendamento de imóveis	7.231.053	1.403.540	(373.421)	8.261.172

**Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após**

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 26 (R1)	Especificação os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui <i>covenants</i> futuros dentro de 12 meses atrelados a esse direito.	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Bancos	18	724.854	430.940	15.298.904
Total	18	724.854	430.940	15.298.904

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 23.

5. Títulos e valores mobiliários	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	7.481.895	11.568.481	78.652.324	44.692.363
<b>Total</b>	<b>7.481.895</b>	<b>11.568.481</b>	<b>78.652.324</b>	<b>44.692.363</b>

(i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023 sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (100% em 31 de dezembro de 2022) - rentabilidade do FIC Soberano DI Santander. As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6. Contas a receber de clientes	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia de reserva (i)	10.947.745	11.559.003
Outras contas a receber	-	4.300
<b>Total</b>	<b>10.947.745</b>	<b>11.563.303</b>

(i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente, ao fim do quadrânieo ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes. A Companhia e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

7. Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
IRPJ	-	-	49.765	49.765
CSLL	-	-	84.711	109
PIS	-	-	61.763	-
COFINS	-	-	203.735	-
IRRF	-	-	554.856	345.749
<b>Total</b>			<b>954.830</b>	<b>395.623</b>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. **8. Investimentos.** A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a))

	2023			
	Pirapora II	Pirapora III	Pirapora IV	Total
Ativos circulantes	28.995.923	28.711.898	25.830.763	83.538.584
Ativos não circulantes	121.521.036	120.008.351	121.246.955	262.776.342
Passivos circulantes	13.179.836	12.652.460	12.729.930	38.562.226
Passivos não circulantes	88.611.720			



### PIRAPORA II SOLAR HOLDING S.A.

CNPJ nº 27.219.024/0001-92

Em 28 de junho de 2018, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 366.477.563 tendo ocorrido a liberação total de R\$ 354.068.380. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque solar. Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0766% a.a com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 15 de fevereiro de 2019. O valor do principal será amortizado em 234 prestações mensais, com início em 15 de fevereiro de 2019 até 15 de julho de 2038. **14.3. Movimentação dos empréstimos**

Consolidado	
Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2022
313.566.963	294.892.196
(+) Juros apropriados 24.354.621	(+) Juros apropriados 19.142.640
(-) Amortização juros (25.404.316)	(-) Amortização juros (19.457.043)
(-) Amortização principal (17.625.072)	(-) Amortização principal (18.454.270)
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>Saldo final em 31/12/2023</b>
<b>294.892.196</b>	<b>276.123.523</b>

**Garantias.** O empréstimo conta com penhor de ações, cessão fiduciária dos direitos creditórios, cessão fiduciária dos direitos emergentes da autorização e cessão fiduciária dos direitos emergentes relacionados ao Contrato de O&M.

Empréstimos e financiamentos	
Moeda	Encargos anuais
2025	37.044.375
2026	36.064.938
2027	34.649.259
2028	33.247.361
2029	31.815.302
2030 - 2035	214.914.493
<b>Total</b>	<b>387.735.728</b>

**15. Debêntures. 15.1. Linha de crédito.** Em 13 de setembro de 2019, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Foram emitidas 118.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 18 de outubro de 2019. Abaixo, apresentamos as principais características:

Controladora e Consolidado	
Moeda	Encargos anuais
2025	10,12%
2026	10,12%
2027	10,12%
2028	10,12%
2029	10,12%
2030 - 2035	10,12%
<b>Total</b>	<b>10,12%</b>

**15.2. Movimentação das debêntures**

Controladora e Consolidado	
Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2022
131.854.302	134.151.417
(+) Juros apropriados 13.676.010	(+) Juros apropriados 11.927.407
(-) Amortização juros (6.919.609)	(-) Amortização juros (7.429.566)
(-) Amortização principal (4.720.000)	(-) Amortização principal (5.782.000)
(-) Custo a amortizar 260.714	(-) Custo a amortizar 262.142
<b>Saldo final em 31/12/2022</b>	<b>Saldo final em 31/12/2023</b>
<b>134.151.417</b>	<b>133.129.400</b>

**Covenants.** A não observância do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") e de dividendos de no mínimo 1,05 poderá acarretar deliberação de vencimento antecipado em Ata de Assembleia Geral de Debenturistas. Os índices calculados para 2022, são ICSD Consolidado 1,58 (1,40 em 2022) e ICSD dividendos 1,63 (1,27 em 2022). Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Debêntures	
2025	2026
18.379.129	20.750.930
2027	23.856.291
2028	27.188.988
2029	30.008.036
2030 - 2035	72.949.123
<b>Total</b>	<b>193.132.497</b>

**16. Patrimônio líquido. 16.1. Capital social.** O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 10.075.818, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 10.075.818 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Participação	
2023	2022
50%	5,037.909
50%	5,037.909
<b>Total</b>	<b>10.075.818</b>

**16.2. Reserva legal.** É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o valor constituído no exercício é de R\$ 75.784 (R\$ 675.965 em 2022), totalizando R\$ 2.015.164. **16.3. Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos a pagar e dividendos adicionais propostos. Em 31 de dezembro de 2023, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios do exercício é de R\$ 8.438.852 (R\$ 3.210.834 em 2022). Em 2023, a Companhia pagou os dividendos obrigatórios, constituídos em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 3.210.834.

Base de cálculo dos dividendos	
2023	2022
33.831.187	21.000.271
(-) Prejuízo acumulados anteriores (7.480.972)	(-) Prejuízo acumulados anteriores (7.480.972)
<b>33.831.187</b>	<b>13.519.299</b>
(-) Constituição da reserva legal (75.784)	(-) Constituição da reserva legal (675.965)
<b>33.755.403</b>	<b>12.843.334</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>8.438.852</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>25.316.551</b>

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

Consolidado	
2023	2022
99.672.498	94.948.821
(-) Ressarcimento (669.740)	(-) Ressarcimento (669.740)
<b>99.672.498</b>	<b>94.279.081</b>

**17. Recitas de vendas**

Consolidado	
2023	2022
99.672.498	94.948.821
(-) Ressarcimento (669.740)	(-) Ressarcimento (669.740)
<b>99.672.498</b>	<b>94.279.081</b>

**18. Custos das vendas**

Consolidado	
2023	2022
99.672.498	94.948.821
(-) Ressarcimento (669.740)	(-) Ressarcimento (669.740)
<b>99.672.498</b>	<b>94.279.081</b>

**19. Despesas gerais e administrativas**

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
(13.127)	(18.117)	(81.550)	(109.419)
(530.671)	(530.671)	(530.671)	(530.671)
(1.051)	(1.762)	(45.298)	(49.631)
<b>(544.849)</b>	<b>(550.550)</b>	<b>(657.519)</b>	<b>(689.721)</b>

**20. Resultado financeiro**

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
63.244	135.022	5.896.394	3.036.742
-	-	285.735	563.276
-	23.717	1.453	24.906
<b>63.244</b>	<b>158.739</b>	<b>6.183.582</b>	<b>3.624.924</b>

**21. Imposto de renda e contribuição social.** A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
33.831.186	21.000.269	38.784.209	25.054.117

**22. Transações com parte relacionadas**

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
-	-	(12.661.299)	(9.453.884)
-	-	4.953.024	4.053.846
-	-	(5.080.534)	(4.101.894)
-	-	127.510	48.048
-	-	<b>(4.953.024)</b>	<b>(4.053.846)</b>

**23. Instrumentos financeiros e gestão de riscos.** Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros. Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados nos ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diretamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

Consolidado	
2023	2022
(18.240.626)	(18.032.975)
(373.421)	(293.479)
<b>(18.614.047)</b>	<b>(18.326.454)</b>
(29.916.815)	(28.640.727)

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
(13.127)	(18.117)	(81.550)	(109.419)
(530.671)	(530.671)	(530.671)	(530.671)
(1.051)	(1.762)	(45.298)	(49.631)
<b>(544.849)</b>	<b>(550.550)</b>	<b>(657.519)</b>	<b>(689.721)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
(2.911)	(7.382)	(2.911)	(7.382)
<b>(2.941)</b>	<b>(7.382)</b>	<b>(67.261)</b>	<b>(68.454)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
(36.319)	(48.257)	(137.032)	(193.030)
(95.656)	(210.908)	(95.656)	(210.908)
(27.231)	(27.891)	(108.925)	(103.612)
(4.588)	(614)	(25.838)	(18.204)
(30.059)	(29.986)	(30.059)	(80.159)
<b>(193.853)</b>	<b>(317.656)</b>	<b>(605.604)</b>	<b>(794.711)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
-	-	(186.229)	(250.948)
-	-	(186.229)	(250.948)
<b>(741.643)</b>	<b>(875.588)</b>	<b>(1.516.613)</b>	<b>(1.803.834)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
63.244	135.022	5.896.394	3.036.742
-	-	285.735	563.276
-	23.717	1.453	24.906
<b>63.244</b>	<b>158.739</b>	<b>6.183.582</b>	<b>3.624.924</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
(11.927.407)	(13.676.010)	(30.482.080)	(38.030.631)
(119.687)	(878)	(132.927)	(47.661)
(262.142)	(254.284)	(262.142)	(254.284)
(23.540)	(24.546)	(23.540)	(24.544)
-	-	(893.928)	(711.722)
(3.350)	(1.944)	(30.544)	(16.434)
<b>(12.336.126)</b>	<b>(13.957.662)</b>	<b>(31.825.161)</b>	<b>(39.085.278)</b>
<b>(12.272.882)</b>	<b>(13.798.922)</b>	<b>(25.641.579)</b>	<b>(35.460.354)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
11.502.603	7.140.091	13.186.631	8.518.400
(15.930.295)	(12.129.421)	-	-
-	179.510	-	179.510
4.427.692	4.809.820	4.427.692	4.809.820
-	-	(12.661.299)	(9.453.884)
-	-	4.953.024	4.053.846
-	-	(5.080.534)	(4.101.894)
-	-	127.510	48.048
-	-	<b>(4.953.024)</b>	<b>(4.053.846)</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
33.831.186	21.000.269	38.784.209	25.054.117

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
3.199.445	2.900.472	3.199.445	2.900.472
2.080.421	1.151.927	2.080.421	1.151.927
(199.333)	(49.495)	(199.333)	(49.495)
<b>5.080.534</b>	<b>4.101.894</b>	<b>5.080.534</b>	<b>4.101.894</b>

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
3.915.037	> 1 ano	4.575.741	> 1 ano
400.592	> 1 ano	176.916	> 1 ano
15.912.528	> 1 ano	13.211.566	> 1 ano
33.778.998	> 1 ano	37.037.208	> 1 ano
8.438.852	> 1 ano	3.210.834	> 1 ano
<b>1.233.008</b>	> 1 ano	<b>1.261.152</b>	> 1 ano
<b>63.679.015</b>	> 1 ano	<b>607.994.402</b>	> 1 ano

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
3.915.037	> 1 ano	4.575.741	> 1 ano
400.592	> 1 ano	176.916	> 1 ano
15.912.528	> 1 ano	13.211.566	> 1 ano
33.778.998	> 1 ano	37.037.208	> 1 ano
8.438.852	> 1 ano	3.210.834	> 1 ano
<b>1.233.008</b>	> 1 ano	<b>1.261.152</b>	> 1 ano
<b>63.679.015</b>	> 1 ano	<b>607.994.402</b>	> 1 ano

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
3.915.037	> 1 ano	4.575.741	> 1 ano
400.592	> 1 ano	176.916	> 1 ano
15.912.528	> 1 ano	13.211.566	> 1 ano
33.778.998	> 1 ano	37.037.208	> 1 ano
8.438.852	> 1 ano	3.210.834	> 1 ano
<b>1.233.008</b>	> 1 ano	<b>1.261.152</b>	> 1 ano
<b>63.679.015</b>	> 1 ano	<b>607.994.402</b>	> 1 ano

Controladora		Consolidado	
2023	2022	2023	2022
3.915.037	> 1 ano	4.575.741	> 1 ano
400.592	> 1 ano	176.916	> 1 ano
15.912.528	> 1 ano	13.2	



## PIRAPORA II SOLAR HOLDING S.A.

CNPJ nº 27.219.024/0001-92

ções forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.  
PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5.  
Patricio Marques Roche - Contador - CRC 1RJ081115/O-4.

## CENTRO MÉDICO RIO MAR S.A.

CNPJ Nº 02.011.371/0001-02

Relatório da Diretoria				Demonstrações Financeiras do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			
Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetendo à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.							
<b>Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>							
<b>Ativo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>		
<b>Ativo circulante</b>	<b>2.927</b>	<b>2.303</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>356</b>	<b>309</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	18	30	Salários, provisões e encargos sociais	152	84		
Títulos e valores mobiliários	107	186	Obrigações fiscais	103	213		
Contas a receber	2.328	1.731	Outros	101	12		
Estoques	40	30	<b>Passivo não circulante</b>	<b>2.683</b>	<b>1.735</b>		
Impostos a recuperar	192	101	Partes relacionadas	963	167		
Outros	242	225	Impostos diferidos	5	-		
<b>Ativo não circulante</b>	<b>3.696</b>	<b>4.917</b>	Provisão para contingências	1.715	1.568		
Partes Relacionadas	-	1.951	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>3.584</b>	<b>5.176</b>		
Depósitos judiciais	8	8	Capital social	2.626	2.626		
Impostos diferidos	944	-	Reservas de lucros	799	2.547		
Imobilizado	2.741	2.958	Adiantamento para futuro aumento de capital	159	-3		
Outros	3	-	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>6.623</b>	<b>7.220</b>		
<b>Total do ativo</b>	<b>6.623</b>	<b>7.220</b>					
<b>Notas explicativas - Principais práticas contábeis:</b> As demonstrações financeiras da Centro Médico Rio Mar são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.							
Nilo César Braga de Almeida Contador - CRC 068910/O-6 - CPF 7.034.827-72							

## ONCOLOGIA REDE D'OR S.A.

CNPJ: 28.000.107/0001-59

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				Demonstrações dos Resultados findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Passivo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>			
<b>Circulante</b>	<b>462.272</b>	<b>284.343</b>	<b>Circulante</b>	<b>128.721</b>	<b>134.007</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	265.868	115.725	Fornecedores	65.663	66.779			
Contas a receber	173.902	143.706	Salários, provisões e encargos sociais	12.037	9.508			
Estoques	19.021	22.917	Obrigações fiscais	39.502	39.649			
Impostos a recuperar	142	70	Tributos parcelados	1.473	1.632			
Dividendos a receber	1.682	-	Arrendamentos a pagar	5.308	4.885			
Adiantamentos para futuro aumento de capital	497	1.484	Contas a pagar - serviços compartilhados	4.472	11.288			
Outros	1.160	441	Outros	266	266			
<b>Não circulante</b>	<b>243.281</b>	<b>266.209</b>	<b>Não circulante</b>	<b>18.619</b>	<b>21.812</b>			
Partes relacionadas	47.651	77.328	Depósitos judiciais	16	16			
Depósitos judiciais	553	577	Tributos parcelados	4.739	6.211			
Prêmios de opções a exercer	15.818	14.032	Arrendamentos a pagar	5.750	8.341			
PIS e COFINS diferidos	2.078	-	Contas a pagar - exclusividade	7.623	6.800			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.981	4.829	Provisão para contingências	491	444			
Investimentos	9.198	8.670	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>558.213</b>	<b>394.733</b>			
Imobilizado	44.378	38.919	Capital social	48.026	48.026			
Arrendamento	10.209	9.810	Reservas de capital	4.198	4.198			
Intangível	110.415	112.044	Ações em tesouraria	(20.965)	(20.965)			
				Reservas de lucros	519.201	355.721		
				Adiantamentos para futuro aumento de capital	7.753	7.753		
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>558.213</b>	<b>394.733</b>		
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais)</b>								
<b>Reservas de capital</b>								
<b>Descrição</b>	<b>Capital social</b>	<b>Ágio sobre transações de capital</b>	<b>Ações em tesouraria</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de reinvestimento</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Adiantamento para futuro aumento de capital</b>	
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>48.026</b>	<b>4.198</b>	<b>(20.965)</b>	<b>9.605</b>	<b>249.325</b>	<b>-</b>	<b>7.753</b>	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	96.791	-	
Constituição de reservas para reinvestimento	-	-	-	-	96.791	(96.791)	-	
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>48.026</b>	<b>4.198</b>	<b>(20.965)</b>	<b>9.605</b>	<b>346.116</b>	<b>-</b>	<b>7.753</b>	
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	163.480	-	
Constituição de reservas para reinvestimento	-	-	-	-	163.480	(163.480)	-	
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>48.026</b>	<b>4.198</b>	<b>(20.965)</b>	<b>9.605</b>	<b>509.596</b>	<b>-</b>	<b>7.753</b>	
<b>NILO CESAR BRAGA DE ALMEIDA</b> CPF: 967.034.827-72 <b>CONTADOR</b> CRC: RJ068910/O-6  <b>ONCOLOGIA REDE D'OR S.A.</b> <b>VINICIUS FERREIRA DA ROCHA</b> <b>DIRETOR</b> CPF: 267.697.978-79								

## ONCO D'OR ONCOLOGIA S/A

CNPJ: 17.459.123/0001-98

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)				Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.							
<b>Ativo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)</b>								
<b>Circulante</b>	<b>25.858</b>	<b>17.922</b>	<b>Reservas de capital</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	10.735	3.576	<b>Capital social</b>	<b>Ágio em transações de capital</b>	<b>Ações em tesouraria</b>	<b>Ajustes de valor patrimonial</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reservas de reinvestimento</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Adiantamento p/futuro aumento de capital</b>	<b>Total</b>
Impostos a recuperar	1.063	811	<b>249.572</b>	<b>(26.710)</b>	<b>(13.114)</b>	<b>-</b>	<b>15.878</b>	<b>304.027</b>	<b>-</b>	<b>81.803</b>	<b>611.456</b>
Adiantamento a acionistas	14.060	13.535	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>249.572</b>	<b>(26.710)</b>	<b>(13.114)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>934.197</b>	<b>776.221</b>	Estorno ágio transação de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos	702.979	518.281	Compra de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	231.218	257.940	Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(435)	-	(435)
<b>Total do ativo</b>	<b>960.055</b>	<b>794.143</b>	Resultado do exercício	-	-	-	-	-	139.179	-	139.179
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>	Constituição de reserva legal	-	-	-	6.959	-	(6.959)	-	-
<b>Circulante</b>	<b>707</b>	<b>209</b>	Constituição de reservas p/reinvestimento	-	-	-	-	131.785	(131.785)	-	-
Obrigações Fiscais	1	3	<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>249.572</b>	<b>(26.710)</b>	<b>(13.114)</b>	<b>-</b>	<b>22.837</b>	<b>435.812</b>	<b>-</b>	<b>81.803</b>
Contas a pagar por aquisições	500	206	Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(1.150)	-	(1.150)
Outros	206	206	Ajuste valor patrimonial - aquisição 50% IOV	-	-	-	2.522	-	-	-	2.522
<b>Não Circulante</b>	<b>35.537</b>	<b>43.734</b>	Resultado do exercício	-	-	-	-	-	172.239	-	172.239
Partes relacionadas	29.860	37.836	Constituição de reserva legal	-	-	-	-	8.612	-	-	8.612
Contas a pagar por aquisições	2.899	2.480	Constituição de reservas p/reinvestimento	-	-	-	-	-	162.477	-	162.477
Contas a pagar - exclusividade	-	640	<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>249.572</b>	<b>(26.710)</b>	<b>(13.114)</b>	<b>2.522</b>	<b>31.449</b>	<b>598.289</b>	<b>-</b>	<b>81.803</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.778	2.778	<b>Demonstrações dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (em milhares de reais)</b>								
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>923.811</b>	<b>750.200</b>	<b>31/12/2023</b>				<b>31/12/2022</b>				
Capital social	249.572	249.572	Equivalência Patrimonial	199.645	144.695	Receitas Financeiras	2.005	2.527			
Reservas de capital	(26.710)	(26.710)	Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	(28.916)	(5.925)	Despesas Financeiras	(495)	(2.118)			
Ações em tesouraria	(13.114)	(13.114)	Lucro antes do Resultado Financeiro e Impostos sobre o Lucro	170.729	138.770	Lucro Líquido do Exercício	172.239	139.179			
Ajustes valor patrimonial	2.522	-	<i>Reconhecemos a exatidão das presentes Demonstrações Financeiras. Rio de Janeiro - RJ / 22 de fevereiro de 2024</i>								
Reservas de lucros	629.738	458.649	Nilo César Braga de Almeida - CPF: 967.034.827-72 - Contador - CRC: RJ068910/O-6 / Vinicius Ferreira da Rocha - Diretor - CPF: 267.697.978-79								
Adiantamento para futuro aumento de capital	81.803	81.803									
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>960.055</b>	<b>794.143</b>									

## HOSPITAL NORTE D'OR DE CASCADURA S.A.

CNPJME nº 09.578.217/0001-58

Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.				Demonstrações Financeiras do Resultado				
<b>Balancos Patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				<b>Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)</b>				
<b>Ativo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>Passivo</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>			
<b>Ativo circulante</b>	<b>162.209</b>	<b>129.293</b>	<b>Fornecedores</b>	<b>4.437</b>	<b>5.422</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	1.024	528	Debêntures	1.058	22.452			
Títulos e Valores mobiliários	234	2	Conta garantida	22.723	3.838			
Contas a receber	152.976	122.365	Salários, provisões e encargos sociais	7.794	6.485			
Estoques	5.444	6.111	Obrigações fiscais	6.566	5.358			
Impostos a recuperar	2.175	135	Dividendos	10.349	4.966			
Outros	356	152	Arrendamento mercantil	326	631			
<b>Ativo não circulante</b>	<b>63.292</b>	<b>66.289</b>	Outros	1.096	455			
Depósitos judiciais	2.356	2.148	<b>Passivo não circulante</b>	<b>48.518</b>	<b>39.491</b>			
Partes relacionadas	268	170	Debêntures	30.000	30.000			
Impostos diferidos	8.172	5.627	Partes relacionadas	15.098	5.974			
Imobilizado	50.687	56.016	Provisão para demandas judiciais	533	468			
Direito de uso - arrendamento mercantil	1.367	1.728	Arrendamento Mercantil	1.345	1.399			
Outros	442	600	Outros	1.542	1.650			
<b>Total do ativo</b>	<b>225.501</b>	<b>195.582</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>122.634</b>	<b>106.484</b>			
				Capital social	12.104	12.104		
				Reservas de capital	5.188	5.188		
				Reservas de lucros	105.342	89.192		
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>225.501</b>	<b>195.582</b>		
<b>Notas explicativas - 1. Principais práticas contábeis:</b> As demonstrações financeiras do Hospital Norte D'Or de Cascadura S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) <b>Reconhecimento da receita e custos:</b> As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) <b>Ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais. <b>DIRETORIA: Ricardo Calado Faria; Magali Rebelo Maia; Luiz Antônio Tenuta; Nilo César Braga de Almeida</b> Contador - CRC: RJ068910/O-6 - CPF: 967.034.827-72								





### Pirapora Solar Holding S.A.

CNPJ/MF nº 25.117.259/0001-48

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022		2023	2022	2023	2022
<b>Ativos</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.889	551.624	202.520	19.302.606					
Títulos e valores mobiliários	5	41.452.708	43.038.396	176.749.440	110.190.612					
Contas a receber	6	-	-	20.537.406	12.063.269					
Contas a receber de partes relacionadas	23.1	247	-	196.198	43.345					
Tributos a recuperar	7	-	26.732	2.235.277	2.085.558					
Adiantamentos a fornecedores		5.832	1.501	385.707	280.687					
Despesas antecipadas		1.051	-	240.947	233.765					
Dividendos a receber	23.3	28.094.871	13.406.558	-	-					
		<b>69.587.598</b>	<b>57.024.811</b>	<b>200.547.495</b>	<b>144.199.842</b>					
<b>Não circulante</b>										
Tributos a recuperar	7	1.563.528	748.418	1.563.528	748.418					
Investimentos	8	358.894.896	337.127.523	-	-					
Imobilizado	9	1.768	-	682.868.897	712.359.207					
Intangíveis	10	27.303.516	28.305.481	27.304.306	28.306.271					
Direito de uso	11.1	-	-	14.669.616	12.840.099					
		<b>387.763.708</b>	<b>366.181.442</b>	<b>726.406.347</b>	<b>754.253.995</b>					
<b>Total de ativos</b>		<b>457.351.306</b>	<b>423.206.233</b>	<b>926.953.842</b>	<b>898.453.837</b>					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>										
<b>Circulante</b>										
Contas a pagar	13	55.836	42.997	4.653.868	2.409.705					
Tributos a recolher	12	73.101	21.269	2.764.392	1.088.758					
Contas a pagar a partes relacionadas	23.2	-	-	626.144	210.291					
Adiantamentos de clientes		301.270	301.270	1.270	152.321					
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	23.355.144	26.544.248					
Debêntures a pagar	15	19.431.118	28.353.607	19.431.118	28.353.607					
Impostos a recolher		-	-	1.785.246	1.457.529					
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	1.892.285	1.616.487					
Dividendos a pagar	23.4	10.007.976	1.928.244	10.007.976	1.928.244					
		<b>29.869.301</b>	<b>30.647.387</b>	<b>64.517.443</b>	<b>63.761.190</b>					
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	420.448.416	431.646.026					
Debêntures a pagar	15	216.052.723	207.475.700	216.052.723	207.475.700					
Passivo de arrendamento	11.2	-	-	13.873.389	10.154.805					
Provisões para contingências		-	-	-	10.998					
Impostos diferidos		-	-	632.589	321.972					
		<b>216.052.723</b>	<b>207.475.700</b>	<b>651.007.117</b>	<b>649.609.501</b>					
<b>Patrimônio líquido</b>										
Capital social	16.1	178.892.467	178.892.467	178.892.467	178.892.467					
Reserva legal	16.2	2.512.888	405.946	2.512.888	405.946					
Dividendos adicionais propostos	16.4	30.023.927	5.784.733	30.023.927	5.784.733					
		<b>211.429.282</b>	<b>185.083.146</b>	<b>211.429.282</b>	<b>185.083.146</b>					
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>457.351.306</b>	<b>423.206.233</b>	<b>926.953.842</b>	<b>898.453.837</b>					

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Receitas e custos operacionais</b>					
Receita líquida de vendas	17	-	-	163.119.472	152.582.302
Custos das vendas	18	-	-	(50.741.733)	(50.200.284)
<b>Lucro bruto</b>				<b>112.377.739</b>	<b>102.382.018</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(1.357.681)	(1.472.840)	(3.432.536)	(3.580.552)
Equivalência patrimonial	8	68.853.130	56.448.667	-	-
Outras receitas e despesas		(16.822)	-	4.444.662	2.513.031
<b>Lucro operacional</b>		<b>67.478.627</b>	<b>54.975.827</b>	<b>113.389.865</b>	<b>101.314.497</b>
Despesas financeiras	20	(30.649.226)	(33.560.052)	(78.748.590)	(81.410.011)
Receitas financeiras	20	5.309.444	162.996	16.389.339	10.955.698
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(25.339.782)</b>	<b>(33.397.056)</b>	<b>(62.359.251)</b>	<b>(70.454.313)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>	<b>51.030.614</b>	<b>30.860.184</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(8.902.421)	(9.316.648)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	-	-	10.652	35.235
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>	<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração da resultado abrangente em 31 de dezembro (em R\$, exceto se indicado de outra forma)					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>	<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>	<b>42.138.845</b>	<b>21.578.771</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas explicativas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas Dos Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022					
	Controladas	Atividade	% Participação	2023 e 2022	
1. Contexto operacional.	Pirapora V Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		
	Pirapora VI Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		
	Pirapora VII Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		
	Pirapora VIII Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		
	Pirapora IX Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		
	Pirapora X Energias Renováveis S.A.	Geração de energia solar	100%		

(b) **Transações eliminadas na consolidação.** Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. 2.5. **Moeda funcional e moeda de apresentação.** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. 2.6. **Uso de estimativas e julgamento.** Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas, e a revisão afeta apenas o período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

	Nota Explicativa
Estimativa	(a)
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	(b)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(c)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(d)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(e)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8

(a) **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do seu conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (b) **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido).** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22). O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. • O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. • Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. • Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. • Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. • Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária. (c) **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos.** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir empréstimo, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas

quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária). (d) **Provisão para receita extra/ressarcimento.** Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadriniais e anuais. São considerados excedentes quadriniais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadriniais e anuais. São considerados ressarcimentos quadriniais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada. 2.7. **Classificação entre circulante e não circulante.** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante. 3. **Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis.** As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 3.1. **Instrumentos financeiros.** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: (a) **Ativos financeiros.** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros ao custo amortizado;** e • **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** **i. Ativos financeiros ao custo amortizado.** Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, e caixas e equivalentes de caixa. **ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **iii. Desreconhecimento.** A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. (b) **Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, cancelada ou vencida. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com convertibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas. **3.3. Títulos e valores mobiliários.** Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas. **3.4. Contas a receber.** Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. Bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48. **3.5. Investimento em controladas.** O investimento em controladas (Pirapora V Energias Renováveis S.A., Pirapora VI Energias Renováveis S.A., Pirapora VII Energias Renováveis S.A., Pirapora VIII Energias Renováveis S.A., Pirapora IX Energias Renováveis S.A., Pirapora X Energias Renováveis S.A., Pirapora XI Energias Renováveis S.A., Pirapora XII Energias Renováveis S.A., Pirapora XIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XIV Energias Renováveis S.A., Pirapora XV Energias Renováveis S.A., Pirapora XVI Energias Renováveis S.A., Pirapora XVII Energias Renováveis S.A., Pirapora XVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XIX Energias Renováveis S.A., Pirapora XX Energias Renováveis S.A., Pirapora XXI Energias Renováveis S.A., Pirapora XXII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXIV Energias Renováveis S.A., Pirapora XXV Energias Renováveis S.A., Pirapora XXVI Energias Renováveis S.A., Pirapora XXVII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXIX Energias Renováveis S.A., Pirapora XXX Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXI Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXIV Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXV Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXVI Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXVII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XXXIX Energias Renováveis S.A., Pirapora XL Energias Renováveis S.A., Pirapora XLI Energias Renováveis S.A., Pirapora XLII Energias Renováveis S.A., Pirapora XLIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XLIV Energias Renováveis S.A., Pirapora XLV Energias Renováveis S.A., Pirapora XLVI Energias Renováveis S.A., Pirapora XLVII Energias Renováveis S.A., Pirapora XLVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora XLIX Energias Renováveis S.A., Pirapora L Energias Renováveis S.A., Pirapora LI Energias Renováveis S.A., Pirapora LII Energias Renováveis S.A., Pirapora LIII Energias Renováveis S.A., Pirapora LIV Energias Renováveis S.A., Pirapora LV Energias Renováveis S.A., Pirapora LVI Energias Renováveis S.A., Pirapora LVII Energias Renováveis S.A., Pirapora LVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora LVIX Energias Renováveis S.A., Pirapora LX Energias Renováveis S.A., Pirapora LXI Energias Renováveis S.A., Pirapora LXII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXIII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXIV Energias Renováveis S.A., Pirapora LXV Energias Renováveis S.A., Pirapora LXVI Energias Renováveis S.A., Pirapora LXVII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXVIII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXIX Energias Renováveis S.A., Pirapora LXX Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXI Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXIII Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXIV Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXV Energias Renováveis S.A., Pirapora LXXVI Energias Renováveis S.A., Pir





### Pirapora Solar Holding S.A.

CNPJ/MF nº 25.117.259/0001-48

veis S.A. e Pirapora X Energias Renováveis S.A.) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais. As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativas nas controladas. **3.6. Imobilizado.** O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques fotovoltaicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques fotovoltaicos, a vida útil estimada é de 25 anos. O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. **3.7. Ativo intangível.** Refere-se a mais valia reconhecida como resultado da aquisição das investidas além de intangíveis relacionados à aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelos órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O ágio e custo do intangível reconhecido são amortizados pelo período da outorga conforme demonstrado na tabela abaixo:

Ativo intangível	Mais valia	Valor contábil das licenças	Intangível amortizável	Período de outorga	Prazo
Pirapora V	3.473.692	1.987.011	5.460.703	01/03/2016	35 anos
Pirapora VI	3.473.692	1.987.011	5.460.703	01/03/2016	35 anos
Pirapora VII	3.473.692	1.987.011	5.460.703	02/03/2016	35 anos
Pirapora IX	3.473.692	1.987.011	5.460.703	02/03/2016	35 anos
Pirapora X	3.473.692	1.987.011	5.460.703	02/03/2016	35 anos
	17.368.460	9.935.055	27.303.515		

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. **(a) Gastos com projetos fotovoltaicos.** Os gastos com desenvolvimentos de projetos fotovoltaicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1). Os gastos com projetos fotovoltaicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos fotovoltaicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização. **(b) Software.** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **3.8. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment).** **(a) Ativos financeiros.** Um ativo tem perda ou não seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado. A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A Companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita. A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros. **(b) Ativos não financeiros.** O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022. **3.9. Empréstimos, financiamentos e debêntures.** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento no seu fluxo de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2). **(a) Debêntures.** Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. **3.10. Provisões.** Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(a) Provisão para receita excedente e ressarcimento.** Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A Companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrimestrais e anuais. **(b) Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas.** Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Contas a pagar.** O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. **3.12. Resultado financeiro.** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. **3.13. Receita de contrato com cliente.** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47 - Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede. **(a) Receita de geração de energia.** A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber. Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra. **(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo).** Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia. **3.14. Tributos.** A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) e de apuração dos tributos sobre o resultado. **(a) Lucro presumido.** As controladas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de

10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%. **(b) Lucro real.** A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(c) Tributos correntes.** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **(d) Tributos diferidos.** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos. **3.15. Arrendamento.** A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento ("arrendamento"). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2). **(a) Ativos de direito de uso.** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado o ativo restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. **(b) Passivo de arrendamento.** O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto. O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. **(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **3.16. Questões climáticas.** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso. **3.17. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações.** **(a) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e aplicáveis.** Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o International Accounting Standards Board (IASB) e, consequentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões das normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Divulgação de políticas contábeis materiais	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	Substituição ao IFRS 4 Contratos de Seguro	01/01/2023

**(i) IFRS 17 - Contratos de Seguro.** O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). **(ii) Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8.** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2.** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. **iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre Base Erosion and profit shifting - BEPS. A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima. **(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Saldo em 31/12/2022	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Redução de capital	68.472.779	67.468.323	67.600.924	68.559.510	65.025.987	337.127.523
Equivalência patrimonial	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(30.733.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.348.967	13.406.052	14.595.184	14.595.184	14.020.977	68.853.130
Saldo em 31/12/2023	72.504.739	71.734.283	73.541.710	73.541.710	69.570.354	358.894.896

Saldo em 31/12/2021	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Redução de capital	72.183.356	71.187.719	71.224.495	71.618.837	68.475.304	354.689.711
Equivalência patrimonial	(5.639.776)	(5.639.776)	(5.639.776)	(5.639.776)	(5.639.776)	(28.198.880)
Dividendos mínimos obrigatórios	11.004.335	10.923.875	11.463.839	11.662.638	11.393.980	56.448.667
Saldo em 31/12/2022	77.547.915	76.471.818	77.048.558	77.641.698	74.229.508	389.340.318

Saldo em 31/12/2022	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Redução de capital	68.472.779	67.468.323	67.600.924	68.559.510	65.025.987	337.127.523
Equivalência patrimonial	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(6.146.628)	(30.733.140)
Dividendos mínimos obrigatórios	13.348.967	13.406.052	14.595.184	14.595.184	14.020.977	68.853.130
Saldo em 31/12/2023	72.504.739	71.734.283	73.541.710	73.541.710	69.570.354	358.894.896

Ativo circulante	2023	2022
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	26.732	486
Lucro do exercício	26.732	486

Ativo circulante	2023	2022
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	26.732	486
Lucro do exercício	26.732	486

Ativo circulante	2023	2022
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	26.732	486
Lucro do exercício	26.732	486

Ativo circulante	2023	2022
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	26.732	486
Lucro do exercício	26.732	486

Ativo circulante	2023	2022
Ativo não circulante	-	-
Passivo circulante	-	-
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	26.732	486
Lucro do exercício	26.732	486

mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **iii. Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2.** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. **iv. Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. **v. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12.** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre Base Erosion and profit shifting - BEPS. A Companhia não identificou impactos materiais nas suas demonstrações financeiras quanto às aplicações das alterações normativas detalhadas acima. **(b) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.** Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1)	Efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	01/01/2024
Alterações CPC 26 (R1)	Especificação dos requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante e exigência de divulgação do direito da entidade de adiar a liquidação de um contrato de empréstimo de longo prazo que possui covenants futuros dentro de 12 meses	01/01/2024
Alterações CPC 06 (R2)	Especificação dos requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta.	01/01/2024

Controladora	2023	2022	2023	2022
Bancos	32.889	551.624	202.520	19.302.606
Total	32.889	551.624	202.520	19.302.606

Controladora	2023	2022	2023	2022
Títulos e valores mobiliários (i)	41.452.708	43.038.396	176.749.440	110.190.612
Total	41.452.708	43.038.396	176.749.440	110.190.612

(i) Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantidas, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2023, sobre o DI CETIP ("CDI") de 100% (100% em 2022) (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

Controladora	2023	2022	2023	2022
Contatos de energia de reserva (i)	20.537.406	11.764.414	-	-
Outras contas a receber	-	298.856	-	-
Total	20.537.406	11.764.414	-	-

(j) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes. A Companhia e suas controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

Controladora	2023	2022	2023	2022
IRPJ	-	-	534.820	534





### Pirapora Solar Holding S.A.

CNPJ/MF nº 25.117.259/0001-48

valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, vide nota 3.8. **11. Direito de uso e passivo de arrendamento.** Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 11,31% e 10,39% a.a., obtidas com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento. Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques fotovoltaicos, e tem duração mínima de 360 meses. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia possui 02 contratos de arrendamento reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir: **11.1. Direito de uso**

Consolidado				
2023				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Direito de uso de arrendamentos	12.840.099	2.491.141	(661.624)	14.669.616
Arrendamento de imóveis	12.840.099	2.491.141	(661.624)	14.669.616

Consolidado				
2022				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Direito de uso de arrendamentos	10.361.896	3.025.699	(547.496)	12.840.099
Arrendamento de imóveis	10.361.896	3.025.699	(547.496)	12.840.099

### 11.2. Passivo de arrendamento

Consolidado					
2023					
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Passivo de arrendamento	11.771.292	4.596.277	1.592.124	(2.194.019)	15.765.674
Arrendamento de imóveis	11.771.292	4.596.277	1.592.124	(2.194.019)	15.765.674
Circulante	1.616.487	-	-	-	1.616.487
Não circulante	10.154.805	-	-	-	10.154.805

Consolidado					
2022					
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Passivo de arrendamento	9.650.575	3.025.699	1.339.093	(2.244.075)	11.771.292
Arrendamento de imóveis	9.650.575	3.025.699	1.339.093	(2.244.075)	11.771.292
Circulante	1.277.498	-	-	-	1.277.498
Não circulante	8.373.077	-	-	-	8.373.077

### 12. Tributos a recolher

Consolidado				
2023				
	Controladora	2022	Consolidado	2022
PIS sobre faturamento	8.097	563	440.532	159.319
COFINS sobre faturamento	65.004	3.465	1.994.018	741.671
Tributos retidos na fonte	-	15.608	214.622	118.380
ICMS	-	-	105.829	47.853
ISS	-	-	3.016	3.016
Outros	-	1.633	6.375	18.519
<b>Total</b>	<b>73.101</b>	<b>21.269</b>	<b>2.764.392</b>	<b>1.088.758</b>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

### 13. Contas a pagar

Consolidado				
2023				
	Controladora	2022	Consolidado	2022
Serviços prestados	55.836	42.386	1.331.120	765.353
Aquisição de imobilizado	-	-	1.854.720	829.998
Serviços de manutenção	-	-	590.537	765.894
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	37.959	3.002
Ressarcimento CCEE (i)	-	-	760.430	-
Taxas e emolumentos	-	-	46.557	-
Outros	-	611	32.545	45.457
<b>Total</b>	<b>55.836</b>	<b>42.997</b>	<b>4.653.868</b>	<b>2.409.705</b>

(i) O Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadri-annual para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado. **14. Empréstimos e financiamentos.** Em 11 de julho de 2017, a Companhia assinou o contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 529.039.000, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2020. O objetivo do empréstimo foi a captação de recursos para construção dos parques solar. Sobre o principal da dívida incidem T.J.L.P. mais juros de 3,18% a.a. para os subcréditos A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2, E1 e E2 e T.J.L.P. para o subcrédito A3, com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 14 de março de 2018. A Companhia possui linha de subcrédito específica (A3) vinculada ao crédito principal para investimento em Projetos Sociais na região em que está situada as instalações do Parque Solar. O valor do principal será amortizado em 216 prestações mensais, com início em 15 de março de 2018 até 15 de março de 2036. Abaixo, apresentamos as principais características:

### 14.1. Linha de crédito

Consolidado					
2023					
	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2023	2022
Principal BNDES FINEM	R\$	3,18%	2024 a 2036	451.367.306	439.314.564
Juros	-	-	-	1.651.996	28.969.143
Custos de captação	-	-	-	(9.215.742)	(10.093.433)
<b>Total</b>				<b>443.803.560</b>	<b>458.190.274</b>
Passivo circulante	-	-	-	23.355.144	26.544.248
Passivo não circulante	-	-	-	420.448.416	431.646.026

### 14.2. Movimentação dos empréstimos.

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo inicial em 01/01/2022				Saldo inicial em 01/01/2023			
(+) Juros apropriados	45.040.925	(+) Juros apropriados	45.040.925	(-) Amortização juros	(41.453.194)	(-) Amortização juros	(40.371.971)
(-) Amortização juros	(41.453.194)	(-) Amortização juros	(40.371.971)	(-) Amortização principal	(17.832.093)	(-) Amortização principal	(19.677.161)
(-) Amortização principal	(17.832.093)	(-) Amortização principal	(19.677.161)	(-) Amortização juros	(140.315)	(-) Amortização juros	(136.786)
(-) Amortização juros	(140.315)	(-) Amortização juros	(136.786)	(-) Amortização principal	(116.062)	(-) Amortização principal	(123.026)
(-) Amortização principal	(116.062)	(-) Amortização principal	(123.026)	(-) Custo a amortizar	877.690	(-) Custo a amortizar	877.690
(-) Custo a amortizar	877.690	(-) Custo a amortizar	877.690	<b>Total</b>	<b>458.190.274</b>	<b>Total</b>	<b>443.803.560</b>

**Garantias.** Atualmente, o empréstimo conta com penhor de ações, penhor de equipamentos e alienação fiduciária de direitos creditórios. **Covenants.** A partir de 2019, inclusive, a Companhia e suas controladas precisam manter aprovação anual durante toda a vigência do Contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") Consolidado a ser verificado através das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas. Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo I do Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito nº 17.2.0221.1, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Consolidado ("ICSD") Consolidado para o ano de 2023 foi de 1,69. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Empréstimos e financiamentos				
2025	-	-	-	60.883.414
2026	-	-	-	61.052.834
2027	-	-	-	61.222.255
2028	-	-	-	61.392.062
2029	-	-	-	61.561.559
2030 - 2036	-	-	-	383.375.272
<b>Total</b>				<b>689.487.396</b>

### 15. Debêntures. 15.1. Linha de crédito.

Em 15 de agosto de 2018 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pirapora S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Foram emitidas 220.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$ 1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 15 de outubro de 2018.

Controladora e Consolidado					
2023					
	Moeda	Encargos anuais	Vencimento	2023	2022
Debêntures - principal	R\$	5,7656%	2024 a 2034	184.063.393	193.821.761
Debêntures - juros	-	-	-	65.635.355	57.627.481
Custos de captação	-	-	-	(14.214.907)	(15.619.935)
<b>Total</b>				<b>235.483.841</b>	<b>235.829.307</b>
Passivo circulante	-	-	-	19.431.118	28.353.607
Passivo não circulante	-	-	-	216.052.723	207.475.700

### 15.2. Movimentação das debêntures

Saldo inicial em 01/01/2022				Saldo inicial em 01/01/2023			
(+) Juros apropriados	28.026.556	(+) Juros apropriados	28.026.556	(-) Amortização juros	(15.971.909)	(-) Amortização juros	(14.810.751)
(-) Amortização juros	(15.971.909)	(-) Amortização juros	(14.810.751)	(-) Amortização principal	(8.360.000)	(-) Amortização principal	(9.680.000)
(-) Amortização principal	(8.360.000)	(-) Amortização principal	(9.680.000)	(-) Custo a amortizar	1.397.371	(-) Custo a amortizar	1.405.028
(-) Custo a amortizar	1.397.371	(-) Custo a amortizar	1.405.028	<b>Total</b>	<b>235.829.307</b>	<b>Total</b>	<b>235.483.841</b>

**Garantias.** A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPES Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X e por uma fiança bancária emitida pelo IDB. Os fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes:

Debêntures				
2025	-	-	-	30.711.980
2026	-	-	-	34.146.698
2027	-	-	-	36.812.231
2028	-	-	-	35.429.515
2029	-	-	-	38.390.579
2030 - 2034	-	-	-	255.047.328
<b>Total</b>				<b>430.538.331</b>

### 16. Patrimônio líquido. 16.1. Capital social.

O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 178.892.467, totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 178.892.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Participação%				
2023				
	2023	2022		
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	89.446.234	89.446.234	
Serena Energia S.A. (anteriormente denominada Ômega Geração S/A)	50%	89.446.233	89.446.233	
<b>Total</b>		<b>178.892.467</b>	<b>178.892.467</b>	

**16.2. Reserva legal.** É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, o valor constituído no exercício é de R\$ 2.106.942 (R\$ 405.946 em 2022), totalizando R\$ 2.512.888. **16.3. Dividendos.** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia constituiu em reserva para adicionais propostos outros 75% do lucro líquido para que seja aprovado em assembleia. Em 31 de dezembro de 2023, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2023 é de R\$ 10.007.976 (em 2022 o valor destinado pela Companhia foi de R\$ 1.928.244). Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

2023		2022	
Lucro líquido do exercício	42.138.845	21.578.771	-
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	-	(13.459.848)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>42.138.845</b>	<b>8.118.923</b>	<b>9.118.923</b>
(-) Constituição da reserva legal	(2.106.942)	(405.946)	-
<b>(=) Base para a distribuição dos dividendos</b>	<b>40.031.903</b>	<b>7.712.977</b>	<b>8.712.977</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>10.007.976</b>	<b>1.928.244</b>	<b>1.928.244</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>30.023.927</b>	<b>5.784.733</b>	<b>6.784.733</b>

A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

2023		2022	
Saldo Inicial	1.928.244	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	10.007.976	1.928.244	-
Dividendos adicionais propostos	5.784.733	-	-
Dividendos pagos	(7.712.977)	-	-
<b>Total</b>	<b>10.007.976</b>	<b>1.928.244</b>	<b>1.928.244</b>

**16.4. Dividendos adicionais propostos.** A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de Lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia constituiu R\$ 30.023.927 (R\$ 5.784.733 em 2022).

### 17. Receitas de vendas

Consolidado		2023		2022	
Receita bruta de vendas de energia	170.141.045	158.365.910	-	-	-
(-) Ressarcimento (i)	(811.425)	-	-	-	-
<b>Receita bruta</b>	<b>169.329.620</b>	<b>158.365.910</b>	-	-	-
(-) Deduções da receita bruta	-	-	(1.105.917)	(1.029.957)	-
PIS	-	-	(5.104.231)	(4.753.651)	-
COFINS	-	-	(6.210.148)	(5.783.608)	-
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(12.016.096)</b>	<b>(11,635.216)</b>	<b>(10,867.366)</b>	<b>(10,537.210)</b>	<b>-</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>157.313.524</b>	<b>146.730.694</b>	<b>147,472,244</b>	<b>147,828,694</b>	<b>147,291,484</b>

(i) Refere-se ao Ciclo de ressarcimento a CCEE correspondente ao saldo anual e quadri-annual para o atendimento do compromisso de entrega de energia no ambiente regulado. Em 2023, suas controladas registraram um aumento em sua receita líquida devido ao aumento no preço dos contratos de venda de energia com a atualização da inflação e maior geração de energia em relação ao ano anterior.

### 18. Custos das vendas

Consolidado		2023		2022	
Seguros	(1.388.515)	(1.268.727)	-	-	-
Custo de mercado de curto prazo - MCP	(135.136)	-	(49.569)	(1.080.356)	-
Aquisição de energia elétrica	(49.569)	-	(1.573.220)	(2.349.083)	-
<b>Total</b>	<b>(1,963,220)</b>	<b>(1,268,727)</b>	<b>(1,623,296)</b>	<b>(3,429,439)</b>	<b>-</b>

### Impostos e taxas

TUSD	(4.341.247)	(4.108.809)	-	-	-
Taxa de regulamentação	(621.815)	(501.987)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(4.963.062)</b>	<b>(4.610.796)</b>	<b>(4,610,796)</b>	<b>(4,610,796)</b>	<b>-</b>

### Serviços prestados

Serviços de consultoria	(357.260)	(285.327)	-	-	-
Manutenção das instalações	(5.904.496)	(5.887.423)	-	-	-
Serviços de assessoria	(918.558)	(845.684)	-	-	-
Outros serviços	(117.266)	(20.953)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(7,297,580)</b>	<b>(7,039,387)</b>	<b>(7,297,580)</b>	<b>(7,039,387)</b>	<b>-</b>







IBOL PARTICIPAÇÕES S.A.			
CNPJ/MF nº 12.357.812/0001-78			
Relatório da Diretoria: Prezados Senhores, apresentamos o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultados em 31/12/2022 e 31/12/2023.			
Balanço Patrimonial encerrado nos exercícios de 2022 e 2023 (Em R\$)		Demonstração de Resultados (Em R\$)	
	2022	2023	
<b>ATIVO</b>			<b>Receitas e Despesas (Em R\$)</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>375.476,09</b>	<b>652.237,21</b>	Receitas de Serviços (-) Impostos (-) Custo
Caixa e Bancos c/Movimento	280.307,59	534.068,71	1.029.018,00
Outros Créditos/Estoque	95.168,50	118.168,50	Despesas Administrativas
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>9.601.420,68</b>	<b>9.171.725,76</b>	(638.960,72)
Imobilizado/Depreciação	9.601.420,68	9.171.725,76	Despesas Tributárias
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.976.896,77</b>	<b>9.823.962,97</b>	(379.852,00)
<b>PASSIVO</b>			Despesas Financeiras
<b>Passivo Circulante</b>	<b>609.640,26</b>	<b>618.177,11</b>	(1.770,81)
Obrigações Sociais	1.502,88	1.636,80	Receitas Financeiras
Obrigações Fiscais	3.248,50	4.088,00	1.564,94
Outras Obrigações a Pagar	604.888,88	612.452,31	Resultado Operacional
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>384.000,00</b>	<b>192.000,00</b>	9.999,41
Financiamento	384.000,00	192.000,00	Provisões IRPJ/Contribuição Social
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>8.983.256,51</b>	<b>9.013.785,86</b>	(92.728,92)
Capital Social	4.354.000,00	4.354.000,00	<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Ano</b>
Reserva do Exercício	-	30.529,35	<b>(82.729,51)</b>
Lucros Acumulados	4.629.256,51	3.758.456,51	
Reserva Legal	-	870.800,00	
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.976.896,77</b>	<b>9.823.962,97</b>	
			<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em R\$)</b>
			<b>Saldo inicial do PL</b>
			2022
			2023
			Capital Social
			4.354.000,00
			Lucros acumulados no início
			4.629.256,51
			Reserva de Lucros
			-
			Lucro do Período
			-
			<b>Saldo Final do Patrimônio Líquido</b>
			<b>8.983.256,51</b>
			<b>9.013.785,86</b>
			<b>Diretores:</b> Oswaldo Moura Brasil do Amaral Filho - CPF: 092.266.567-20
			Paulo Fukui Nakamura - CPF: 332.253.977-68
			<b>Contadora:</b> Rosângela Silva Barbosa - CRC/RJ: 115.714-0

**Notas Explicativas:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das S/A e normas e procedimentos contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

**BANCO ARBI S/A**  
CNPJ/MF nº 54.403.563/0001-50 - NIRE 3330003066-2

**EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.** Ficam convidados os Srs. Acionistas do Banco Arbi S/A ("Sociedade") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária que se realizará às 10h do dia 30/04/2024, em **segunda convocação**, na sede social da Sociedade, situada na Av. Niemeyer, 02, Terreo, parte, Leblon, RJ, CEP: 22.450-220, para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores e apreciar o Relatório do Auditor Independente; (ii) As demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023; (iii) A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 2023; e, (iv) A proposta da remuneração global dos Diretores para o exercício social de 2024. **Participação dos Acionistas na Assembleia:** Nos termos do artigo 126 da Lei nº 6.404/76, os Acionistas ou seus representantes legais, para serem admitidos na Assembleia Geral, deverão apresentar os seguintes documentos: (i) Acionistas pessoa física: cópia do documento de identidade e, se for o caso, instrumento de procuração com a firma reconhecida do outorgante. Na hipótese de representação por procuração, os Acionistas deverão ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, sendo o procurador Acionista, administrador da Companhia ou advogado. Toda a documentação deverá ser entregue no momento da realização da Assembleia Geral. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. **Leo Eduardo da Costa Hime - Diretor.**

**OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.**  
CNPJ/MF nº 29.980.141/0001-08 - NIRE 33.3.0033158-1

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2024. 1. DATA, HORÁRIO E LOCAL.** No dia 18 de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da **OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.**, localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 ("Companhia"), de forma híbrida, admitindo participação por videoconferência, nos termos do Artigo 18, Parágrafo 1º do estatuto social da **OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.** ("Companhia") e "Estatuto Social", respectivamente). **2. PRESENÇA E CONVOCAÇÃO.** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social. **3. MESA.** Alfredo José Califfa, Presidente da Mesa e Fernanda Bernardino de Almeida, Secretária da Mesa. **4. ORDEM DO DIA.** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) o aditamento a contrato referente a transação entre a Companhia e partes a ela relacionadas, em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos do artigo 20, inciso "q", do Estatuto Social da Companhia e da "Política de Transações com Partes Relacionadas e demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A." ("Política de Transações com Partes Relacionadas"); e (ii) a autorização para que a Diretoria e eventuais procuradores, constituídos nos termos do Estatuto Social, pratiquem ou celebrem todos os atos e documentos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. DELIBERAÇÃO.** Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram: (i) a celebração do 1º aditivo ao "Contrato de Cessão de Direitos Sobre Embarcações" entre a Companhia, o Sr. Alfredo José Califfa e a Calnav Loções de Embarcações Ltda., em observância ao artigo 20, inciso "q", do Estatuto Social da Companhia, bem como a Política de Transações com Partes Relacionadas, para postergar o prazo limite de pagamento, pela Companhia, da contrapartida pela cessão dos direitos sobre as embarcações, nos termos da minuta de aditivo submetida para aprovação pelo Conselho de Administração. Os conselheiros consideram que a postergação de tal prazo é benéfica para a Companhia, de acordo com seu plano de negócios para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. (ii) a autorização para que a Diretoria e eventuais procuradores, constituídos nos termos do Estatuto Social, pratiquem ou celebrem todos os atos e documentos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **6. OBSERVAÇÕES FINAIS.** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Mesa: Alfredo José Califfa, Presidente da Mesa e Fernanda Bernardino de Almeida, Secretária da Mesa. **Membros do Conselho de Administração:** Alfredo José Califfa, Luis Paulo Assumpção, André Ponce de Leon Arruda, Ana Marta Horta Veloso, Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros e Victor Jorge Snabaitis Bomfim. *A presente transcrição é cópia resumida da ata de Reunião do Conselho de Administração da Oceânica Engenharia e Consultoria S.A., lavrada no livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 18 de abril de 2024. Mesa: **Fernanda Bernardino de Almeida - Secretária da Mesa; Alfredo José Califfa - Presidente da Mesa.** JUCERJA nº 6198829 em 24/04/2024.

**GPC QUÍMICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 90.195.892/0001-16 - NIRE 33.3.0028844-9

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2024**

**LOCAL E HORA:** Na sede da GPC Química S.A. ("Companhia"), situada à Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Rio de Janeiro/RJ, e por videoconferência às 14:00 horas. **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Registra-se, ainda, a presença dos Srs. Rafael Alcides Raphael e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Diretores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA:** Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Presidente; e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Eleição de membro do Departamento de **Compliance** e do Comitê de Conduta Ética da Companhia. **DELIBERAÇÕES:** Primeiramente, foi dispensada a leitura da convocação, sendo declarados abertos os trabalhos da reunião, tendo o seu Presidente esclarecido aos Conselheiros que a ata a que se refere esta reunião seria lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências na forma da lei. Após debates acerca do tema constante da ordem do dia, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, por unanimidade de votos, no sentido de eleger a **Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras**, Especialista Jurídica da Companhia, para os seguintes cargos: (i) **membro do Comitê de Conduta Ética**, em substituição a Sra. Luciana da Silva Fernandes; e (ii) **membro do Departamento de Compliance da Companhia**, para exercer a função de **Analista de Compliance da Companhia**, para o cumprimento de mandato coincidente com o dos demais membros do Comitê de Conduta Ética e do Departamento de **Compliance** da Companhia, ou seja, até 7 de agosto de 2025. O membro ora eleito tomará posse após a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro próprio da Companhia e não perceberá honorários. Em decorrência da deliberação *supra*, o Departamento de **Compliance** e o Comitê de Conduta Ética da Companhia passam a ter a seguinte composição: **1) Comitê de Conduta Ética:** a) como **Coordenador do Comitê de Conduta Ética**, o Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor Jurídico da Companhia); b) como **membros do Comitê de Conduta Ética**, o Sr. Rafael Alcides Raphael (Diretor Presidente da Companhia); o Sr. Adroaldo Roberto Cartronov Carvalho (Diretor Comercial e Industrial da Companhia); a Sra. Aline de Freitas Santos da Costa (Gerente Corporativo e de Recursos Humanos da Companhia); a Sra. **Andressa Leandro Siqueira** (Especialista Jurídica da Companhia); e a Sra. **Liliane Marcelle Neves Filgueiras** (Especialista Jurídica da Companhia); e **2) Departamento de Compliance:** a) como **Coordenador de Compliance**, o Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor Jurídico da Companhia); e b) como **Analistas de Compliance**, a Sra. **Andressa Leandro Siqueira** (Especialista Jurídica da Companhia); a Sra. **Luciana da Silva Fernandes** (Especialista Jurídica da controlada Apolo Tubular S.A.); e a Sra. **Liliane Marcelle Neves Filgueiras** (Especialista Jurídica da Companhia). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes. **Membros Presentes à reunião:** Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração; Carlos Eduardo de Sá Baptista - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares; Alcides Moraes Filho e Carlos Alberto da Silva Lopes - Membros do Conselho de Administração. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Todos os documentos que suportaram a presente reunião encontram-se arquivados na sede da Companhia. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. **Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares** - Secretário da Reunião. JUCERJA em 24/04/2024 sob o nº 6198833. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**  
Companhia Aberta  
CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 15ª EMISSÃO DE DEBENTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA** Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, Da Espécie Quirográfica, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **16 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debentures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): I. Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. II. Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. III. Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. IV. Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. V. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessor Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. VI. Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. **Informações Gerais:** 1. A AGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação a distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **2.1. 2.2. 2.3.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **2.4. 2.5.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **2.6. 2.7.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)). **2.8. 2.9.** Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 25 de abril de 2024.

**DEXXOS PARTICIPAÇÕES S.A.**  
COMPANHIA ABERTA  
CNPJ/MF nº 02.193.750/0001-52  
NIRE 33.3.0016624-6

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2024**

**LOCAL E HORA:** Na sede da Dexas Participações S.A. ("Companhia"), na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, às 12:00 horas. **PRESENÇA:** A totalidade dos membros da Diretoria Executiva da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros da Diretoria. **MESA:** Rafael Alcides Raphael - Presidente; George Abi-Rihan Cordeiro - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Eleição de membro do Departamento de **Compliance** da Companhia. **DELIBERAÇÃO:** Primeiramente, foram declarados abertos os trabalhos da Reunião e lida a ordem do dia, tendo o Presidente esclarecido que a ata a que se refere esta Reunião será lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências, na forma da lei. Após debate acerca do tema constante da ordem do dia, os membros da Diretoria Executiva da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos, no sentido de eleger a **Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras**, Especialista Jurídica da controlada GPC Química S.A., como membro do Departamento de **Compliance**, para exercer a função de **Analista de Compliance**, para o cumprimento de um mandato coincidente com o dos demais membros do referido departamento, ou seja, até 15 de junho de 2025. O membro ora eleito tomará posse após a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro próprio da Companhia e não perceberá honorários. Em decorrência da deliberação *supra*, o Departamento de **Compliance** da Companhia passa a ter a seguinte composição: **1) Coordenador do Departamento de Compliance:** Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor Jurídico das sociedades controladas pela Companhia - GPC Química S.A., Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e Apolo Tubular S.A.); e **2) Analistas de Compliance:** Sra. **Andressa Leandro Siqueira**, Sra. **Liliane Marcelle Neves Filgueiras** (ambas Especialistas Jurídica da controlada GPC Química S.A.); e **Luciana da Silva Fernandes** (Especialista Jurídica da controlada Apolo Tubular S.A.). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos membros presentes. **Membros Presentes à Reunião:** Rafael Alcides Raphael (Diretor Presidente); e George Abi-Rihan Cordeiro (Diretor Executivo e de Relações com Investidores). **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Todos os documentos que suportaram a presente reunião encontram-se arquivados na sede da Companhia. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* Rio de Janeiro, 10 de abril de 2024. **George Abi-Rihan Cordeiro** - Secretário da Reunião. JUCERJA em 24/04/2024 sob o nº 6199446. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

**APOLLO TUBOS E EQUIPAMENTOS S.A.**  
CNPJ/MF nº 33.017.088/0001-03  
NIRE nº 33.3.0004299-7

**ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2024.**

**LOCAL E HORA:** Na sede da sua controladora Dexas Participações S.A., na Rua do Passeio, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, e por videoconferência, às 13:00 horas. **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Companhia"). Registra-se, ainda, a participação dos Srs. Rafael Alcides Raphael e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Diretores da Companhia. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **MESA:** Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente; e Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares - Secretário. **ORDEM DO DIA:** Eleição de membro do Comitê de Conduta Ética e do Departamento de **Compliance** da Companhia. **DELIBERAÇÃO:** Primeiramente, foi dispensada a leitura da convocação, sendo declarados abertos os trabalhos da reunião, tendo o seu Presidente esclarecido aos Conselheiros que a ata a que se refere esta reunião seria lavrada na forma sumária, facultado o direito de apresentação de manifestações e dissidências na forma da lei. Após debates acerca do tema constante da ordem do dia, o Conselho de Administração da Companhia deliberou, por unanimidade de votos, no sentido de eleger a **Sra. Liliane Marcelle Neves Filgueiras**, Especialista Jurídica da coligada GPC Química S.A., para os seguintes cargos: (i) **membro do Comitê de Conduta Ética**, em substituição a Sra. Luciana da Silva Fernandes; e (ii) **membro do Departamento de Compliance**, para exercer a função de **Analista de Compliance da Companhia**, para o cumprimento de um mandato coincidente com o dos demais membros do Comitê de Conduta Ética e do Departamento de **Compliance**, ou seja, até 7 de agosto de 2025. O membro ora eleito tomará posse após a assinatura do Termo de Posse lavrado no livro próprio da Companhia e não perceberá honorários. Em decorrência da deliberação *supra*, o Comitê de Conduta Ética e o Departamento de **Compliance** da Companhia passam a ter a seguinte composição: **1) Comitê de Conduta Ética:** a) como **Coordenador do Comitê de Conduta Ética**, o Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor Jurídico da Companhia); e b) como **membros do Comitê de Conduta Ética**, o Sr. Rafael Alcides Raphael (Diretor Presidente e Financeiro da Companhia); o Sr. Igor de Oliveira Gomes (Diretor Industrial e Comercial da Companhia); a Sra. **Aline de Freitas Santos da Costa** (Gerente Corporativo e de Recursos Humanos da coligada GPC Química S.A.); a Sra. **Andressa Leandro Siqueira** (Especialista Jurídica da coligada GPC Química S.A.); e a Sra. **Liliane Marcelle Neves Filgueiras** (Especialista Jurídica da coligada GPC Química S.A.); **2) Departamento de Compliance:** a) como **Coordenador de Compliance**, o Sr. Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares (Diretor Jurídico da Companhia); e b) como **Analistas de Compliance**, a Sra. **Andressa Leandro Siqueira** (Especialista Jurídica da coligada GPC Química S.A.); a Sra. **Luciana da Silva Fernandes** (Especialista Jurídica da controlada Apolo Tubular S.A.); e a Sra. **Liliane Marcelle Neves Filgueiras** (Especialista Jurídica da coligada GPC Química S.A.). **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se antes a presente ata em livro próprio que, lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos Conselheiros presentes. **Membros Presentes à reunião:** Antônio Joaquim Peixoto de Castro Palhares - Presidente do Conselho de Administração; Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Carlos Eduardo de Sá Baptista; Alcides Moraes Filho; e Carlos Alberto da Silva Lopes - Membros do Conselho de Administração. **DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Todos os documentos que suportaram a presente reunião encontram-se arquivados na sede da Companhia. *Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio da Companhia.* Rio de Janeiro, 15 de abril de 2024. **Cesar Augusto Peixoto de Castro Palhares** - Secretário da Reunião. JUCERJA em 25/04/2024 sob o nº 6201776. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.



**SEGURADORA ALM S.A.**

CNPJ/MF 23.694.731/0001-80 - NIRE 33.3.0031845-3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2024.** Ficam convocados os senhores acionistas da Seguradora ALM S.A. ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 03 de maio de 2024, às 10:00 (dez) horas, na sede social da Companhia, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Figueiredo de Magalhães, 741, Loja A, Copacabana, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria constante da Ordem do Dia: eleição e alteração de membros da administração da Companhia. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2024. **Alexandre Vianna Dominguez** - Diretor-Presidente.

**PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A.**

CNPJ nº 33.061.813/0001-40 - NIRE 33.300.014.004

**Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 14/03/2024. Data, Horário e Local:** 14/03/2024, às 9h00, em sua sede social, localizada na Avenida República do Chile nº 330, Torre Leslie 24ª e 25ª andares, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20031-170. **Mesa:** Presidente: Sr. David Legher; Secretária: Sra. Bruna Lazaro. **Presença:** (i) Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. (ii) Sr. David Legher, na qualidade de membro do Conselho de Administração da Companhia, e (iii) Sr. Marcelo Luis Teixeira Santos, representante dos auditores independentes da Companhia, todos com utilização de videoconferência. **Convocação:** dispensada a comprovação do atendimento às formalidades de convocação prévia pela imprensa, face à presença da acionista única da Companhia, nos termos do §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76. **Publicações Prévias:** O Relatório Anual da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Parecer dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria, bem como as Demonstrações Financeiras da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram publicados no jornal "Diário Comercial" em sua edição impressa e na rede mundial de computadores (internet), ambas no dia 28 de fevereiro de 2024, nos termos do artigo 289, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Ordem do Dia:** (i) exame, discussão e votação do Relatório Anual dos Administradores, do Balanço Patrimonial, do Parecer dos Auditores Independentes, do Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria e das demais Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) autorização para prática dos atos necessários à execução das deliberações; (iv) fixação da remuneração anual global dos administradores da Companhia; e (v) outros assuntos de interesse da Companhia. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** (i) **Aprovar** (a) o Relatório Anual da Diretoria, (b) o Balanço Patrimonial, (c) o Parecer dos Auditores Independentes, (d) o Relatório do Comitê de Riscos e Auditoria, e (e) as Demonstrações Financeiras da Companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Como não houve nenhum pedido de esclarecimento a respeito das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o representante dos auditores independentes da Companhia, Sr. Marcelo Luis Teixeira Santos, presente nesta Assembleia, não precisou prestar quaisquer informações adicionais sobre as referidas Demonstrações Financeiras; (ii) Tendo sido aprovadas as contas, destinar a totalidade do Lucro do exercício, no valor de R\$ 888.903.946,71 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e três mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e um centavos), da seguinte forma: (a) R\$ 44.445.197,34 (quarenta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos) destinados a constituição de reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; (b) R\$ 211.114.687,34 (duzentos e onze milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) de dividendos obrigatórios aos acionistas, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, tendo estes sido antecipadamente aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 6 de outubro de 2023 e já pagos ao longo do exercício de 2023, dos quais (b.1) R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) distribuídos por meio de juros sobre capital próprio aos acionistas, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, e (b.2) R\$ 21.114.687,34 (vinte e um milhões, cento e quatorze mil, seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) distribuídos por meio de dividendos aos acionistas; além de (c) R\$ 88.885.312,66 (oitenta e oito milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, trezentos e doze reais e sessenta e seis centavos) destinados a distribuição de dividendos complementares aos acionistas, os quais também foram antecipadamente aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 6 de outubro de 2023 e já pagos ao longo do exercício de 2023; e (d) R\$ 833.344.062,03 (seiscentos e trinta e três milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e dois reais e três centavos) destinados a constituição de Reserva de Lucros (Reserva Estatutária); (iii) Autorizar os administradores e/ou procuradores da Companhia a assinar todos os documentos e a praticar todos os atos necessários à execução destas deliberações; (iv) Fixar o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, incluindo o Comitê de Riscos e Auditoria, no valor de R\$ 14.768.413,62 (quatorze milhões, setecentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e dois centavos), a ser distribuído na próxima reunião do Conselho de Administração da Companhia, aos membros desse órgão deliberativo, do Comitê de Riscos e Auditoria e da Diretoria; e (v) Não havendo outros assuntos a serem discutidos, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos. **Leitura e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Sr. David Legher; Secretária: Sra. Bruna Lazaro. **Auditor Independente:** Sr. Marcelo Luis Teixeira Santos. **Acionista Presente:** Pruservicos Participações Ltda., representada, conforme seu respectivo Contrato Social, pelo Sr. Gustavo Raposo dos Santos na qualidade de Diretor Vice-Presidente e pelo Sr. Felipe Votto na qualidade de Diretor Vice-Presidente. Rio de Janeiro, 14 de março de 2024. **Mesa:** David Legher Aguiar - Presidente; Bruna Lazaro - Secretária. **Acionista presente:** Pruservicos Participações Ltda. Gustavo Santos Raposo - Diretor Vice Presidente; Felipe Votto - Diretor Vice Presidente. Jucerja nº 6179475 em 12/04/2024.

**COPACABANA RIO HOTEL S/A**

CNPJ 27.492.099/0001-42 - NIRE 33300007539

**Editais de Convocação, Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.** Convidamos os senhores acionistas da COPACABANA RIO HOTEL S/A, em primeira convocação, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 03 de maio de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, nº 1256, Copacabana, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2023. 2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. Rio de Janeiro, 25 de abril de 2024. Aloysio Maria Teixeira Filho - Presidente do Conselho de Administração.

**LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46 - NIRE 33.3.0010644-8

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL D DEBENTURISTAS DA 22ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA**

Nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, a **VX PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 15.227.994/0001-50 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de Agente Fiduciário da 22ª Emissão De Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Em Série Única, Da Espécie Quirografária, Com Garantia Fidejussória Adicional, Para Distribuição Pública da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.** ("Debenturistas", "Emissão" e "Emissora", respectivamente), em decorrência, (i) dos recentes andamentos do Processo de Recuperação Judicial nº 0843430-58.2023.8.19.0001, que tramita perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro ("Recuperação Judicial"); e (ii) da iminente votação do Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores, vem **CONVOCAR** os debenturistas a reunirem-se em **PRIMEIRA CONVOCAÇÃO**, em Assembleia Geral de Debenturistas da Emissão ("AGD"), a ser realizada em **23 de maio de 2024, às 16h00**, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Escritura de Emissão celebrada entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Fiadora da Emissão, Light S.A. ("Escritura de Debêntures"), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia ("Ordem do Dia"): i. Ratificação dos atos praticados pelos Assessores Legais e pelo Agente Fiduciário na defesa dos interesses dos Debenturistas. ii. Aprovação, ou não, para que os Assessores Legais votem no Plano de Recuperação Judicial em Assembleia Geral de Credores ("AGC"), em representação aos Debenturistas, em consonância com a orientação de voto elaborada pelos Assessores Legais. iii. Aprovação, ou não, da orientação elaborada pelos Assessores Legais acerca das Opções de Pagamento previstas no Plano de Recuperação Judicial, a ser aprovado pelos credores em AGC, e demais providências relacionadas. iv. Aprovação das medidas operacionais necessárias em qualquer instância, assim como perante a Emissora e a B3, para cumprimento integral das deliberações aprovadas em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme instruções que serão apresentadas pelos Assessores Legais em até 3 (três) dias úteis da AGD. v. Aprovação da suspensão de todos os itens da ordem do dia desta AGD, com o propósito de permitir a reabertura e nova deliberação, se for o caso, para nova deliberação destes itens, em data a ser indicada pelo Assessores Legais, em caso de apresentação pela Light de aditamento ao PRJ, em prazo não inferior a 3 (três) dias úteis antes de antecedência da data pretendida para a retomada da AGD. vi. Aprovação para que o Agente Fiduciário celebre e adote todas e quaisquer medidas necessárias para refletir o aprovado nos itens acima. **1. Informações Gerais. 1.1.** AAGD será realizada de forma exclusivamente digital e remota, por meio de participação remota através da Plataforma Digital, conforme instruções dispostas no parágrafo das "Informações Gerais" disponível no website do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), observado o disposto no artigo 71, §2º, da Resolução CVM 81. O Agente Fiduciário disponibilizará (i) Plataforma Digital para participação e votação remota, como alternativa para viabilizar a participação à distância dos Debenturistas na AGD; (ii) Instrução de Voto à Distância; (iii) Material de apoio, disponibilizado no site do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)), que conterá todas as orientações e modelos a serem adotados pelos Debenturistas para envio de Instrução de Voto à Distância, bem como os documentos para participação e representação na AGD, observado o disposto do artigo 72, § 1º da Resolução CVM 81 e em conformidade com os artigos 126, § 1º da Lei das S/A e 654, § 1º e §2º do Código Civil. **1.2.** O Agente Fiduciário não se responsabilizará por quaisquer problemas operacionais ou de conexão que os Debenturistas possam enfrentar, bem como por eventuais questões alheias ao Agente Fiduciário que possam dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico. **1.3.** O Agente Fiduciário recomenda que os Debenturistas que optarem por participar da presente AGD de forma síncrona acessem a Plataforma Digital com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do início da Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de evitar eventuais problemas operacionais, e que os Debenturistas se familiarizem previamente com a Plataforma Digital para evitar problemas com a sua utilização no dia da Assembleia Geral de Debenturistas. **1.4.** Os Debenturistas que participarem via Plataforma Digital ou que tenham enviado Instrução de Voto à Distância serão considerados presentes à AGD e assinantes da ata e do livro de presença, ou, alternativamente, o registro em ata dos Debenturistas que participarem da Assembleia Geral de Debenturistas, pelos meios referidos neste edital, pode ser realizado pelo presidente da mesa ou pelo secretário da Assembleia Geral de Debenturistas, cujas assinaturas podem ser feitas por meio de certificação digital ou reconhecidas por outro meio que garanta sua autoria e integridade em formato compatível com o adotado para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas, observado o disposto no artigo 76, §2º da Resolução CVM 81. **1.5.** Este Edital se encontra disponível nas respectivas páginas do Agente Fiduciário ([www.vortex.com.br](http://www.vortex.com.br)). Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas e não expressamente aqui definidos terão os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. São Paulo, 26 de abril de 2024.



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F521-AE95-9EEA-8C78> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F521-AE95-9EEA-8C78



### Hash do Documento

A60B09C60FDC2EF52272BA95D18D320E5484CE8DB88A79B27CDE1485C06568BA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2024 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz - \*\*\*.729.427-\*\* em 25/04/2024 23:24 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03

